



RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Relatório de Gestão do exercício de 2025, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

**BELÉM-PA
2026**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

APL - Arranjos Produtivos Locais	PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações
BADAM - Banco de Dados da Amazônia	PGD - Programa de Gestão e Desempenho
BASA - Banco da Amazônia S/A	PIDS - Planos Integrados de Desenvolvimento Sustentável
CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar	PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
CAINS - Cadastro de Inadimplentes da Sudam	PDLS - Plano Diretor de Logística Sustentável
CCSS - Comissão de Coleta Seletiva Solidária	PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
CGU - Controladoria-Geral da União	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CIGOV - Comitê Interno de Governança	POSIC - Política de Segurança da Informação
CONDEL - Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	PPA - Plano Plurianual
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
CT&I - Ciência, Tecnologia e Informação	RFB - Receita Federal do Brasil
DICOL - Diretoria Colegiada	RP - Restos a Pagar
DIRAD - Diretoria de Administração	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
DGFAI - Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos	SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
DPLAN - Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	SIAV - Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais da Sudam
DPROS - Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável	SIN - Sistema de Gestão dos Incentivos Fiscais
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	SPU - Superintendência do Patrimônio da União
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
LOA - Lei Orçamentária Anual	SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	TCE - Tomada de Contas Especial
MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	TCU - Tribunal de Contas da União
PCT - Projeto de Cooperação Técnica	TED - Termo de Execução Descentralizada
PDCTIA - Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas	TMTP - Tempo Médio de Tramitação de Processos
PEI - Planejamento Estratégico Institucional	UF - Unidade Federativa
	UJ - Unidade Jurisdicionada
	UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa da Amazônia Legal
- Figura 2** - Diagrama Representativo da Estrutura Regimental da Sudam
- Figura 3** - Cadeia de Valor
- Figura 4** - Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027
- Figura 5** - Mapa Estratégico da Sudam 2021 – 2025
- Figura 6** - Tratamento das Denúncias Encaminhadas à Corregedoria da Sudam em 2025
- Figura 7** - Balanço das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria em 2025
- Figura 8** - Relacionamento entre as práticas de Governança de TIC

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Dotação Orçamentária Sudam 2025 (R\$)
- Gráfico 2** - Dotação Atualizada Sudam 2023 a 2025
- Gráfico 3** - Execução Orçamentária Sudam 2023 a 2025
- Gráfico 4** - Quantidade de Instrumentos Ativos por Unidade Federativa
- Gráfico 5** - Valor Total de Repasses Financeiros para Convênios por Unidade Federativa em 2025
- Gráfico 6** - Projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por Eixo
- Gráfico 7** - Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2023 a 2025
- Gráfico 8** - Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam – 2023 e 2025
- Gráfico 9** - Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2025
- Gráfico 10** - Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2025
- Gráfico 11** - Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico de 2023 a 2025
- Gráfico 12** - Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício de 2023 a 2025
- Gráfico 13** - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo de 2023 a 2025.
- Gráfico 14** - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico de 2023 a 2025

- Gráfico 15** - Evolução dos Restos a Pagar Pagos no Administrativo de 2023 a 2025
- Gráfico 16** - Evolução dos Restos a Pagar Pagos no Finalístico de 2023 a 2025
- Gráfico 17** - Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)
- Gráfico 18** - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2014-2025)
- Gráfico 19** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
- Gráfico 20** - Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2025

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Estruturas de Governança
- Quadro 2** - Composições Acionárias FDA
- Quadro 3** - Painel de Desempenho Estratégico da Sudam
- Quadro 4** - Metas Globais da Sudam em 2025
- Quadro 5** - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)
- Quadro 6** - Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2025
- Quadro 7** - Consultas prévias aprovadas em 2025
- Quadro 8** - Projetos aprovados em 2025
- Quadro 9** - Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício
- Quadro 10** - Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
- Quadro 11** - Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores
- Quadro 12** - Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2025
- Quadro 13** - Investimentos de capital em 2025
- Quadro 14** - Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2025
- Quadro 15** - Princípios do Modelo de Governança de TIC
- Quadro 16** - Diretrizes do Modelo de Governança de TIC
- Quadro 17** - Contratações/Aquisições mais relevantes de recursos de TI em 2025
- Quadro 18** - Principais iniciativas e resultados na área de TI em 2025

Quadro 19 - Principais ações da área de Segurança da Informação em 2025

Quadro 20 - Conclusões do Relatório de Auditoria nº 1358261, Recomendações e Medidas Adotadas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação das Denúncias sob responsabilidade da Corregedoria da Sudam em 31/12/2025

Tabela 2 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2025 (R\$)

Tabela 3 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2025 (R\$)

Tabela 4 - Restos a Pagar – Orçamento Próprio Sudam 2025 (R\$)

Tabela 5 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2025 (R\$)

Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2023 a 2025

Tabela 7 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2023 a 2025

Tabela 8 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2025

Tabela 9 - Linhas de produção incentivadas em 2025 (Laudos Constitutivos Emitidos)

Tabela 10 - Contratações FNO 2023 - 2024

Tabela 11 - Contratações FNO 2024 por UF

Tabela 12 - Evolução da Aplicação do FNO – Previsto x Contratado 2017 - 2024

Tabela 13 - Atendimento de Diretrizes do FNO em 2024

Tabela 14 - Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 por Estado e pelo Total de Recursos

Tabela 15 - Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2025

Tabela 16 - Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2025

Tabela 17 - Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2025

Tabela 18 - Evolução Orçamentária de 2023 a 2025 (R\$).

Tabela 19 - Execução Orçamentária de 2023 a 2025

Tabela 20 - Efetivo Força de Trabalho

Tabela 21 - Evolução da Força de Trabalho (2014-2025)

Tabela 22 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)

Tabela 23 - Força de Trabalho e Cargos de Liderança por gênero

Tabela 24 - Despesa com Pessoal (2023-2025)

Tabela 25 - Capacitações em 2025

Tabela 26 - Resumo dos Valores de Contratações em 2025

Tabela 27 - Modalidades Pregão e Concorrência em 2025

Tabela 28 - Dispensas de Licitações em 2025

Tabela 29 - Tipos De Inexigibilidades – 2025

Tabela 30 - Resumo das Contratações Diretas – 2025

Tabela 31 - Contratações de Bens e Serviços na Área de Gestão Patrimonial e Infraestrutura em 2025

Tabela 32 - Recursos Aplicados em TI em 2025

Tabela 33 - Média Mensal de Consumo de Água 2024-2025 (m³)

Tabela 34 - Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2025

Tabela 35 - Consumo de Papel em 2024-2025 (resmas)

Tabela 36 - Consumo de Copos Descartáveis em 2024-2025 (cento)

Tabela 37 - Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam 2024-2025

Tabela 38 - Balanço Patrimonial Sudam 2025

Tabela 39 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2025

Tabela 40 - Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2025

Tabela 41 - Resultado Financeiro Sudam 2025

Tabela 42 - Balanço Patrimonial FDA 2025

Tabela 43 - Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2025

Tabela 44 - Resultado Orçamentário FDA 2025

Tabela 45 - Resultado Financeiro FDA 2025

LISTA DE LINKS

Sítio Eletrônico da Sudam - <https://www.gov.br/sudam/pt-br>

Conselho Deliberativo - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>

Rol de Responsáveis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>

Governança, Integridade, Riscos e Controle - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>

Planejamento Estratégico - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>

Ouvidoria da Sudam - https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam

Carta de Serviços - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/carta-de-servicos>

Biblioteca da Sudam - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/central-de-conteudo/biblioteca>

PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

Carteira de Projetos PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>

Convênios e Transferências Voluntárias - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>

Incentivos Fiscais - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>

FDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>

FNO - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>

Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/pdctia>

Portal de Investimentos da Amazônia: <https://investimentos.sudam.gov.br/>

Demonstrações Contábeis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>

Plano Anual de Contratações - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

SUMÁRIO

MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE	8
1. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO	11
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	22
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	27
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	130
ANEXOS	144

MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE



Paulo Roberto Galvão da Rocha – Superintendente da Sudam

Cumprindo a finalidade da entidade, a Sudam avançou em 2025, intensificando a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional, fazendo as mudanças necessárias para possibilitar mais oportunidades, com democracia e integração de todos.

A nova versão da programação financeira anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), mais inclusiva, participativa e descentralizada, contemplando ainda mais os pequenos e micro produtores rurais e urbanos, foi um dos principais avanços de 2025.

Conseguimos incluir nessa programação a destinação de recursos específicos para a implementação de ações e políticas que constam nos planos integrados de desenvolvimento sustentável elaborados pela Sudam, num total inicial de seis planos integrados, todos elaborados com a participação da diversidade de setores, segmentos e movimentos da sociedade, incluindo governos das diversas esferas, instituições de ensino e pesquisa, empresários e trabalhadores.

Esses planos elencam demandas urgentes apontadas sobretudo pelos povos originários que habitam os territórios, vivem, trabalham e preservam a floresta, mas também labutam nas cidades que têm urgência em necessidades básicas, como fornecimento de água, energia e saneamento, assistência em saúde, mobilidade e crédito.

Com diálogo e parceria, conquistamos R\$ 120 milhões para a implementação de planos integrados de desenvolvimento sustentável de municípios do arquipélago do Marajó, no Pará, e Bailique, no Amapá, e mais R\$ 120 milhões para os planos integrados de desenvolvimento de outras quatro áreas: terras indígenas (Roraima), Lago de Tucuruí (Pará), Vale do Juruá (Acre) e Baixo Tocantins/Microrregião de Cametá (Pará).

Esse trabalho inicial visa prioridades de investimentos na Amazônia, pensando a região a partir dos amazônidas. Ou seja, desenvolvimento de baixo para cima e não o contrário, como a concepção adotada anteriormente, que acabou aprofundando desigualdades. Não temos dúvida de que devemos valorizar e aproveitar a vocação produtiva local.

Em relação à ciência e inovação, destacamos a inclusão, na programação financeira do FNO, do valor de R\$ 1,36 milhão para o Programa de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia (PDCTIA), recém-criado pela Sudam para redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia Legal, com o fortalecimento do ecossistema científico, tecnológico e de inovação regional para orientar e alavancar ações regionais para melhorar as condições de vida das populações historicamente esquecidas, como povos originários, comunidades tradicionais, mulheres e agroextrativistas.

Com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito nas localidades mais distantes, promovendo sua descentralização de forma inovadora e em atendimento à deliberação de 2025 do Condel/Sudam, viabilizamos a possibilidade de repasse de recursos do FNO, por meio de seu agente financeiro, o Banco da Amazônia, para operação por instituições e entidades credenciadas, tais como bancos, cooperativas de crédito, agências de fomento e confederações de cooperativas de crédito, devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com previsão de aplicação no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO Rural).

Necessário dizer que todo o trabalho da Sudam está alinhado com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), articulando-a com os planos nacionais, estaduais e locais, destacando-se o Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) – Instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância com a PNDR, com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2025, a Sudam avançou de forma significativa no aperfeiçoamento e na consolidação de sua governança institucional, fortalecendo mecanismos de coordenação, controle, integridade e transparência. Esse processo envolveu a atuação estruturada da Diretoria Colegiada, do Conselho Deliberativo e do Comitê Interno de Governança, bem como o fortalecimento das instâncias de assessoramento e controle. Ao longo do exercício, a Autarquia manteve agenda ativa de integridade, com ações educativas, revisão de instrumentos normativos e adoção da metodologia de avaliação de riscos e controles internos do MIDR.

E demos continuidade aos demais processos de trabalho da autarquia, abrangendo transferências voluntárias, incentivos fiscais, FNO, FDA e o PRDA, com avanços na gestão administrativo-financeira, evidenciados pelo aprimoramento dos processos de planejamento, execução orçamentária, controle, monitoramento e apoio à atividade finalística, contribuindo para a superação de desafios institucionais ao longo do exercício.

Por fim, destacamos o expressivo resultado alcançado em 2025 na concessão de incentivos fiscais, quando foram beneficiadas 236 pessoas jurídicas com os incentivos de Redução e Isenção do IRPJ. Esse quantitativo representa um avanço significativo em relação aos anos anteriores, considerando-se que, em 2024, foram beneficiadas 126 pessoas jurídicas e, em 2023, 116. O desempenho de 2025 evidencia a ampliação do alcance dos incentivos fiscais administrados pela Sudam, associada ao aprimoramento dos fluxos de atendimento e à maior eficiência e celeridade na análise dos pleitos submetidos à Superintendência.

Para 2026, seguimos na certeza de trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável da floresta e das pessoas que habitam esses territórios, cerca de 30 milhões de brasileiros que precisam de dignidade, respeito, geração de renda, com usufruto das riquezas da Amazônia, pois já não se admite uma população empobrecida em uma região de tantas riquezas.

Paulo Roberto Galvão da Rocha
Superintendente da Sudam

1. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS?

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, cuja finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

ONDE ESTAMOS?

Com sede em Belém (PA), a Sudam atua em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

COMO ATUAMOS?

A Instituição possui quatro macroprocessos finalísticos: Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; Convênios e Transferências Voluntárias; e Planos de Desenvolvimento.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento norteador é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Competências institucionais da Sudam - Lei Complementar nº 124, de 2007:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério da Economia na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; capacitação de recursos humanos; inovação e difusão tecnológica; políticas sociais e culturais; e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;

- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

1.1. Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Sudam foi instituída, na forma do art. 43 da Constituição Federal, por meio da Lei Complementar nº 124, de 2007, a qual estabelece a composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação do órgão e dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A estrutura regimental da Sudam encontra-se disposta nos termos do Decreto nº 11.230, de 07 de outubro de 2022, e o seu Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução Normativa nº 09, de 25 de setembro de 2023, pela Diretoria Colegiada da Autarquia.

Com relação às ações finalísticas, a Sudam tem como principais normas direcionadoras:

- Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento;
- Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, o qual aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;
- Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
- Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ademais, a Sudam dispõe de planos, políticas, normas e cartilhas que se relacionam com suas atividades internas ou institucionais. Dentre eles, destacam-se:

a) **Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PRDA** - Instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

b) **Plano de Ação** – documento elaborado anualmente, balizador das ações institucionais para o exercício. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2024-2027. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

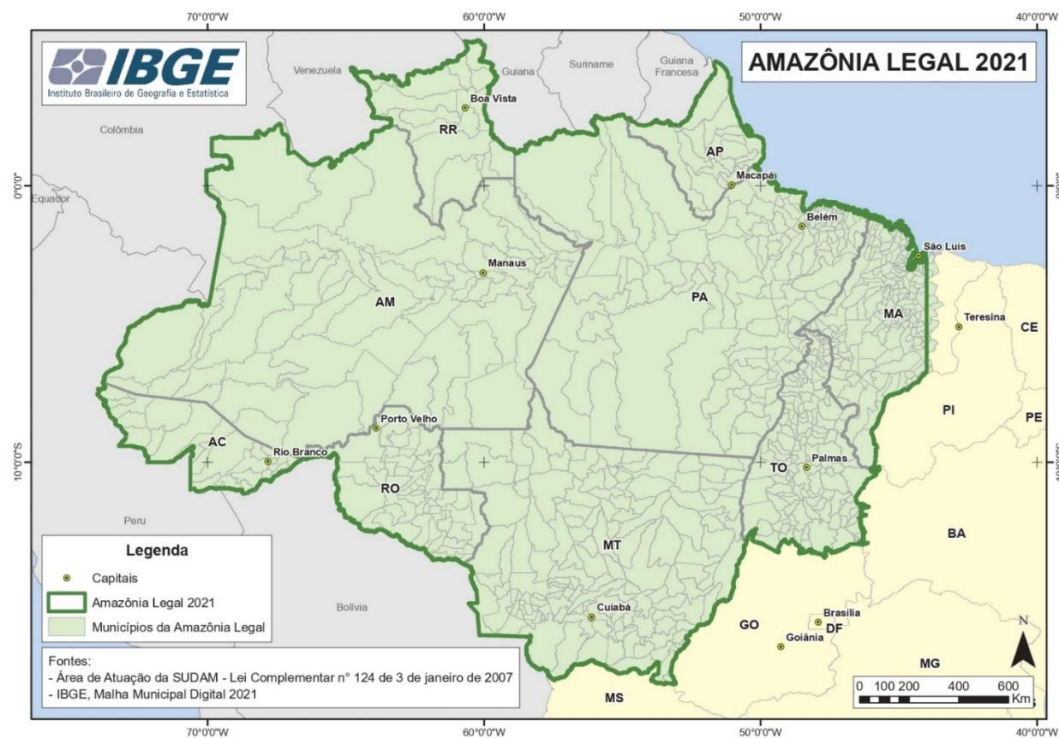
- c) **Cartilha de Ações Orçamentárias** – documento de orientação, elaborado anualmente, acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício. Disponível no link: [Recursos e metas das ações e programas finalísticos — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).
- d) **Resolução CONDEL nº 136, de 12 de agosto de 2025** – Regulamenta os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- e) **Resolução CGIRC nº 04, de 18 de fevereiro de 2019** – aprova a Declaração de Appetite a Risco, estabelecendo a tolerância ao risco exclusivamente nos níveis Baixo e Médio. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- f) **Política de Gestão de Riscos e Controles Internos** – estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, como subsídio à tomada de decisões em todos os níveis de gestão da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.
- g) **Plano de Integridade** – estabelece as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.
- h) **Plano de Governança, Riscos e Controles** - estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para gestão de riscos no âmbito da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.
- i) **Cartilha do Programa de Integridade da Sudam** – contém informações gerais sobre o Plano de Integridade da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.
- j) **Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC** - estabelece as diretrizes para a segurança no uso, tratamento e controle, proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos, por qualquer meio, pelos sistemas de informação da Sudam. Disponível no link: [Resolução nº877 - Política de Segurança da Informação e das Comunicações - POSIC 2023 — Repositório SUDAM](#).
- k) **Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam** - Prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da Sudam, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional. <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/codigo-de-etica.pdf>
- l) **Carta de Serviços** – contém as informações sobre os serviços, inclusive os setores responsáveis, meios de contato, horários de funcionamento, entre outros dados necessários para atendimento. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/carta-de-servicos>.

1.1.1. Ambiente de atuação

A Sudam atua no âmbito da Amazônia Legal, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 124/2007, que a institui e lhe atribui a responsabilidade de promover o desenvolvimento regional de forma planejada, articulada e sustentável. A atuação da Autarquia orienta-se pelos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelo Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), considerados marcos estratégicos das políticas públicas federais para a região.

A Amazônia Legal corresponde a um recorte territorial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção socioeconômica. A região possui aproximadamente 5,1 milhões de km², equivalente a 59,1% do território brasileiro, abrangendo integralmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, além de parte do Maranhão, localizada a oeste do meridiano 44º.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2021)

Do ponto de vista demográfico, sua população total alcançou mais de 29 milhões de habitantes em 2021 (IBGE). Os estados mais populosos são, em ordem decrescente: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Por outro lado, os menores contingentes populacionais concentram-se em Roraima, Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia.

A região apresenta uma vasta diversidade ambiental. Sua extensa área territorial abriga múltiplos ecossistemas e formações vegetais, incluindo florestas ombrófilas, florestas estacionais, áreas de cerrado, além de outras tipologias associadas às particularidades climáticas e edáficas da região. Essa diversidade reforça a importância de políticas que conciliem desenvolvimento econômico com preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, a Sudam exerce suas competências em mais da metade do território nacional, lidando com um mosaico de características naturais, econômicas, socioculturais e étnicas, além do significativo potencial geopolítico e estratégico da Amazônia Legal. Ademais, coexistem na região diversos agentes e instrumentos de fomento, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias público-privadas, compondo um ecossistema de desenvolvimento que demanda coordenação e integração institucional.

1.2. Estrutura organizacional e de governança

Em 2022, foi editado pelo Governo Federal o Decreto nº 11.230, que aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança da Sudam. A medida promoveu a adequação da Autarquia às disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que instituiu diretrizes para a simplificação e racionalização da gestão de cargos e funções no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O redesenho organizacional não implicou aumento de despesas e teve como propósito fortalecer a capacidade institucional da Sudam, promover a valorização do corpo técnico efetivo, aprimorar a distribuição de competências entre as unidades organizacionais e elevar a eficiência operacional da Autarquia. A reestruturação observou, ainda, as diretrizes da Lei Complementar nº 124/2007, que instituiu a Sudam, bem como as necessidades específicas do órgão e as características socioeconômicas da região onde atua.

Entre as mudanças de maior relevância, destaca-se a criação e estruturação da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, unidade estratégica para o cumprimento da missão institucional da Sudam. Embora estivesse prevista na legislação de criação da Autarquia, a Diretoria ainda não havia sido ativada formalmente, e sua implementação representa um marco para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, fortalecendo a capacidade de planejamento, articulação e execução de ações finalísticas.

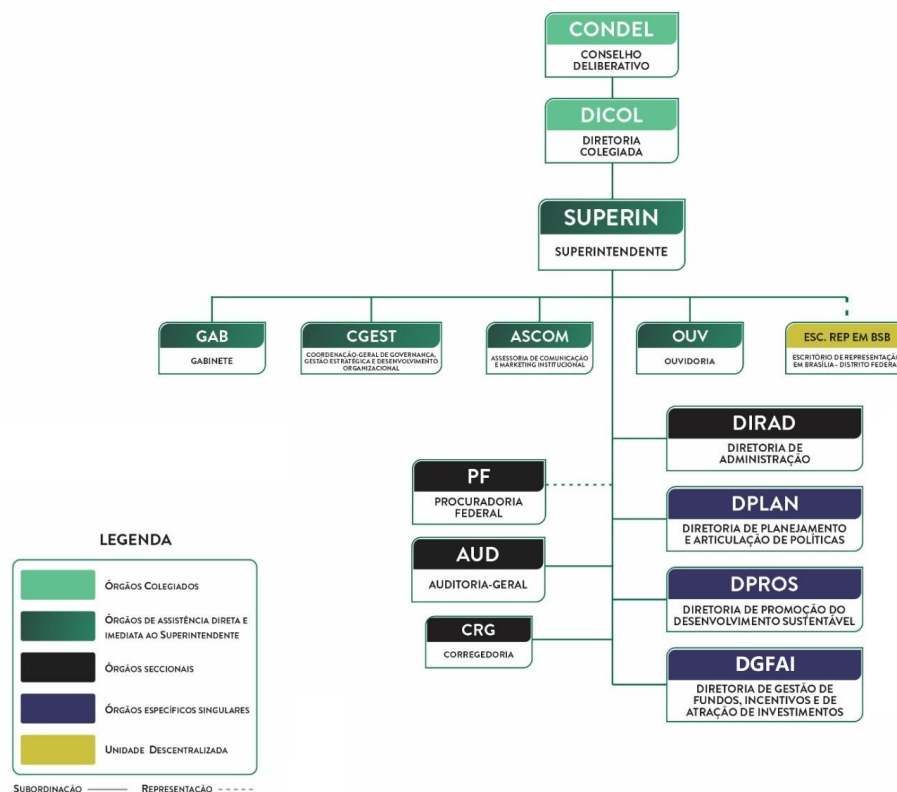
A Sudam tem sua estrutura organizada da seguinte forma:

- **Órgãos colegiados:** Conselho Deliberativo – CONDEL e Diretoria Colegiada – DICOL;
- **Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:** Gabinete; Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional; Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; e Ouvidoria;
- **Órgãos seccionais:** Procuradoria Federal, Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada, Corregedoria e Diretoria de Administração;

- **Órgãos específicos singulares:** Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas; Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos.
- **Órgão descentralizado:** Escritório de Representação em Brasília;

O regimento que detalha as unidades administrativas e suas competências, a lista de dirigentes e gestores, bem como o organograma da Sudam estão disponíveis no sítio eletrônico da Autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional>. Apresenta-se na Figura 2 a representação gráfica da estrutura regimental da Sudam:

Figura 2 – Diagrama Representativo da Estrutura Regimental da Sudam



Fonte: Decreto nº 11.230, de 2022.

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional, o Comitê de Governança Digital, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação, a Corregedoria, o Comitê Interno de Governança, a unidade de Ouvidoria, a Unidade Setorial da Integridade e a Comissão de Ética.

O quadro 1 descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias:

Quadro 1 – Estruturas de Governança

Estrutura	Normativo
Conselho Deliberativo	Decreto nº 11.230/2022 (arts. 8º e 9º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 11.230/2022 (arts. 10 e 11)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 11.230/2022 (art. 14)
Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional	Regimento Interno (art. 9º)
Comitê de Governança Digital	Portaria nº 57/2024
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria nº 003/2022
Corregedoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 15)
Comitê Interno de Governança	Portaria nº 78/2023
Unidade de Ouvidoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 12)
Unidade Setorial da Integridade	Resolução Cigov/Sudam nº 02/2024
Comissão de Ética	Resolução Dicol nº 17/2012

Fonte: CGEST/SUDAM

1.3. Rol de Responsáveis

O rol de responsáveis pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>.

1.4. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Sudam, em nível agregado, é um instrumento visual que objetiva dar melhor compreensão da relação entre vários macroprocessos de trabalho da instituição e a percepção da operacionalização dos mesmos, como fatores geradores dos benefícios à sociedade.

Na base da Cadeia de Valor, estão dispostas as funções de Governança, Gestão e Suporte, conjuntos de atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Acima, estão as funções finalísticas, as quais correspondem às competências fundamentais da Sudam: Planejamento, Articulação e Fomento. Através da execução de tais funções, são gerados os benefícios tangíveis e/ou intangíveis direcionados à sociedade, a qual se constitui a maior beneficiária das ações da Sudam, culminando, assim, no alcance da missão institucional.

Figura 3 – Cadeia de Valor



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2025

1.5. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

A seguir, elencamos resumidamente os principais processos de trabalho da Sudam, conforme sua Lei Complementar.

1.5.1. Transferências Voluntárias

No âmbito das transferências voluntárias, os convênios representam o compromisso da Sudam em investir em regime de mútua cooperação nos projetos apresentados pelos governos estaduais e municipais, com vistas a executar o Orçamento Geral da União, regulamentado por um conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, o Decreto nº 11.531, de 2023, a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 (atualizada pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29, de 22 de maio de 2024), bem como a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024.

Na figura de concedente, a Sudam celebra convênios para a execução de projetos que visem ao fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivas, melhoramento da infraestrutura urbana e rural, oferta de serviços, entre outros. Os recursos aplicados nesses empreendimentos são previstos no Orçamento Geral da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do orçamento próprio da Autarquia, bem como, em significativo volume, provenientes de emendas parlamentares.

Dentre os convênios celebrados com a Sudam, destacam-se os seguintes objetos: aquisição de máquinas e/ou equipamentos, eletrificação rural, pavimentação/construção de vias, construção/reforma de feiras e mercados e sistemas de abastecimento de água.

Maiores informações a respeito dos convênios e transferências voluntárias podem ser consultadas no sítio institucional da Autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>.

1.5.2. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais constituem instrumentos de promoção de investimentos voltados para atrair e manter empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento econômico da Amazônia Legal. Esses mecanismos reduzem a carga tributária das empresas e contribuem para a competitividade regional, favorecendo a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Têm como público-alvo empresas instaladas na Amazônia Legal.

O Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam, atualizado pela Resolução Condel/Sudam nº 136/2025, estabelece três modalidades de benefícios: redução fixa de 75% do IRPJ; isenção do IRPJ para produtos abrangidos pelo Programa de Inclusão Digital; e reinvestimento de 30% do IRPJ.

A implementação dos incentivos ocorre mediante enquadramento do empreendimento nos requisitos legais aplicáveis, tais como: localização na Amazônia Legal, enquadramento da atividade em setores prioritários definidos pelo Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e atendimento às exigências técnicas e operacionais previstas no Regulamento vigente.

Maiores informações a respeito dos incentivos fiscais administrados pela Sudam podem ser consultadas no sítio institucional da Autarquia, por meio do link <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>.

1.5.3. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme Decreto nº 10.053 de 9 de outubro de 2019 e Resolução Condel/Sudam nº 82, de 16 de dezembro de 2019, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Competindo ainda ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O FDA é destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na Amazônia Legal, na área de atuação da Sudam.

Maiores informações a respeito do FDA podem ser consultadas no sítio institucional da Autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>.

1.5.4. Fundo Constitucional do Norte - FNO

O FNO tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual – PPA para a Amazônia, levando em consideração a realidade ambiental da região.

Este Fundo busca promover maior efetividade na aplicação dos recursos, aumentando a produtividade dos empreendimentos, gerando empregos, ampliando a renda e contribuindo para uma melhor distribuição regional dos benefícios econômicos. Seu público-alvo inclui mini, micro, pequenos e médios empreendedores, agricultura de base familiar, empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local, produtores de alimentos básicos e projetos sustentáveis direcionados ao desenvolvimento regional.

Maiores informações a respeito do FNO podem ser consultadas no sítio institucional da Autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>.

1.5.5. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA é o instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O objetivo geral do plano é ser um instrumento de planejamento capaz de promover a redução das desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.

Maiores informações a respeito do PRDA podem ser consultadas no sítio institucional da Autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>.

1.6. Relação com ambiente externo

A Sudam tem como finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, bem como fortalecer a integração competitiva da base produtiva regional, tanto na economia nacional quanto internacional. Atua na implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, por meio da atração de investimentos, da implantação de projetos produtivos, da concessão de incentivos fiscais e do apoio às transferências voluntárias mediante convênios e ajustes.

Para cumprir sua missão institucional e responder adequadamente às demandas da região, a Autarquia necessita manter uma estrutura robusta de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos, capaz de assegurar a execução eficiente de suas ações e de mitigar eventuais situações que possam comprometer o alcance de seus objetivos estratégicos.

Além da Sudam, outras instituições públicas federais e estaduais atuam como financiadoras do desenvolvimento na Amazônia Legal, inclusive bancos oficiais que oferecem linhas de crédito com taxas competitivas. Contudo, os fundos administrados pela Sudam — o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) — se destacam por disponibilizar, em diversas modalidades, condições financeiras mais vantajosas, com taxas inferiores ao próprio custo de captação do Tesouro Nacional. Isso se deve ao fato de serem instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e contarem com redutores regionais aplicáveis à taxa final ao mutuário.

A Autarquia também exerce papel central na articulação com atores estratégicos nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e sociedade civil. Essa articulação visa à elaboração de programas e projetos prioritários para o desenvolvimento regional, alinhados à PNDR e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). A Sudam atua ainda na produção de insumos técnicos voltados ao fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), conforme a concepção das Rotas de Integração Nacional, e no apoio a estudos sobre microeixos logísticos de transporte de cargas e passageiros na Amazônia Legal, identificando empreendimentos estratégicos e prioritários para investimentos, com vistas à redução de custos, ao aumento da competitividade e à promoção do desenvolvimento sustentável da Região.

Diversos fatores do ambiente externo influenciam de maneira significativa a atuação da Sudam. Entre eles, destaca-se o ambiente macroeconômico, que envolve variáveis como PIB, política fiscal, política monetária, inflação e nível de investimentos públicos. Em cenários de crescimento econômico, há tendência de maior geração de empregos, expansão do consumo, elevação de investimentos e melhoria da arrecadação, condições que favorecem a implementação das políticas de desenvolvimento regional. Além disso, reformas estruturais e a consolidação do arcabouço fiscal podem ampliar o espaço orçamentário federal, potencializando investimentos públicos em áreas estratégicas.

O ambiente político também exerce influência relevante, especialmente no que se refere à articulação entre Poder Executivo e Legislativo. Relações institucionais harmônicas e cooperativas contribuem para a aprovação de agendas governamentais que impactam diretamente as políticas executadas pela Sudam, incluindo marcos legais, instrumentos financeiros e iniciativas de desenvolvimento regional.

Por fim, o aspecto ambiental assume papel cada vez mais central. A Amazônia ocupa posição de destaque nos debates nacionais e internacionais, envolvendo temas como biodiversidade, clima, ativos florestais, bioeconomia e negociações multilaterais (COP). A crescente valorização ambiental e socioeconômica da região, bem como a projeção internacional de seus ativos naturais, reforçam a relevância e a responsabilidade da atuação da Sudam, ampliando oportunidades de investimentos sustentáveis e de fortalecimento das cadeias produtivas vinculadas à economia verde.

1.7. Capital social e participação em outras sociedades

A Sudam não detém participação em outras sociedades.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA possui participações acionárias nas empresas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. – LMTE – e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. – LXTE.

As conversões de debêntures em ações foram aprovadas pelo agente operador Banco da Amazônia S.A. com a anuência da Sudam, conforme detalhado no quadro de demonstração das atuais composições acionárias.

Quadro 2 – Composições Acionárias FDA

Empresas	Acionistas	Capitais Sociais	Participações
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ 632.529.094,00	83,34%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA		16,66%
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ 667.013.209,00	85,04%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		14,96%

Fonte: Demonstrações Financeiras LXTE e LMTE (2024)

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Em 2025, a Sudam deu continuidade ao processo de aprimoramento de seu modelo de governança institucional, integridade, gestão de riscos e controles internos, consolidando transformações estruturais iniciadas em exercícios anteriores.

Esse processo teve como marco inicial o Decreto nº 11.230, de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Sudam, promovendo o remanejamento e a transformação de cargos em comissão e funções de confiança.

A partir desse novo arranjo institucional, a Autarquia iniciou uma transição em seu modelo de governança, com vistas ao fortalecimento das instâncias internas e ao aprimoramento da gestão de integridade, riscos e controles internos, alinhando sua atuação aos valores institucionais e à missão de promoção do desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

Como parte desse movimento de fortalecimento da governança, foi estabelecida a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional (CGEST), vinculada à Superintendência, com o objetivo de ampliar a capacidade institucional de coordenação do ciclo de governança. A atuação da CGEST passou a abranger, de forma integrada, a gestão de processos, a gestão de integridade, riscos e controles internos, compondo a segunda linha (ou camada) de defesa da Sudam, para além de um enfoque restrito ao controle interno.

Considerando a necessidade de consolidação desses mecanismos, a CGEST iniciou, em 2023, a revisão dos instrumentos normativos e operacionais vigentes na Autarquia relacionados à governança, à gestão de riscos e aos controles internos, processo que continuou a produzir efeitos ao longo dos exercícios subsequentes.

Alinhando-se ao disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foi instituído o Comitê Interno de Governança - Cigov da Sudam, por meio da Portaria nº 78, de 28 de dezembro de 2023, em substituição ao anterior Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles – CGIRC, pois, entende-se que o Comitê Interno de Governança representa um elemento primário para o aprimoramento das ferramentas de governança da Sudam. O Comitê passou a ser composto pelos membros da Diretoria Colegiada, pelo Chefe de Gabinete, pelo Ouvidor e pelo Coordenador-Geral da Coordenação de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional.

No exercício de 2024, o Comitê Interno de Governança instituiu a nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão da Sudam, por meio da Resolução Cigov/Sudam nº 01, de 27 de setembro de 2024, com a finalidade de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, como subsídio à tomada de decisões em todos os níveis de gestão da Sudam, e auxiliar na mitigação dos riscos e constituem a primeira linha (ou camada) de defesa da Sudam para propiciar o alcance de seus objetivos.

Ainda em 2024, o Comitê Interno de Governança instituiu o Programa de Integridade da Sudam, por meio da Resolução CIGOV/Sudam nº 02, de 27 de setembro de 2024. O Programa tem como função orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos, alinhando-o ao interesse público e promovendo o aperfeiçoamento e a transparência da gestão.

Ao longo de 2025, as ações da Sudam concentraram-se na implementação e no amadurecimento dos instrumentos de integridade e governança instituídos. Em abril de 2025, foi apresentada uma proposta de Plano de Integridade para o biênio 2025–2026. Contudo, foi necessária a readequação do documento para que este atendesse plenamente às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU). Identificou-se a necessidade de adotar uma metodologia capaz de elevar o grau de maturidade institucional e incorporar um levantamento detalhado de gestão de riscos, mapeando as unidades mais vulneráveis a desvios éticos e à corrupção. Diante disso, optou-se por ajustar a norma instituidora do Programa e elaborar um novo Plano para o biênio 2026-2027.

Mesmo durante o processo de revisão do plano, a Autarquia manteve sua agenda de integridade ativa, promovendo palestras e distribuindo materiais educativos. Entre as iniciativas, destacam-se atividades sobre assédio moral, a disseminação da Cartilha Lilás da CGU e, especialmente, a Caravana da Integridade realizada em 19 de agosto de 2025 nas dependências da Sudam. Promovido pelo Ministério da Integração e do

Desenvolvimento Regional (MIDR), o evento fortaleceu ações relacionadas à Integridade, Transparência, Gestão de Riscos, Controles Internos, Correição, Ética e Ouvidoria.

Como parte da programação da Caravana, a Assessoria Especial de Controle Interno do MIDR reuniu-se com a Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGEST) para discutir aspectos essenciais ao aprimoramento da gestão de riscos e do programa de integridade institucional. Na ocasião, a Sudam apresentou as dificuldades enfrentadas na implementação da Gestão de Riscos. Em resposta, a Assessoria recomendou a adoção da Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles Internos do MIDR e destacou que a Autarquia poderá contar com apoio técnico do Ministério para sua aplicação.

Em decorrência das discussões e considerando os benefícios da metodologia proposta, o Comitê Interno de Governança (CIGOV) autorizou sua adoção no âmbito da Sudam, por meio da Resolução CIGOV/Sudam nº 07, de 19 de dezembro de 2025. Para consultar os documentos relacionados à Governança, Integridade, Riscos e Controle da Sudam, acessar o link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.

A Auditoria-Geral, como Unidade integrante da Estrutura da Governança institucional, atuou na Auditoria Interna, em diversos processos, inclusive na modernização dos processos organizacionais e no fortalecimento dos mecanismos de governança institucional. Os processos são selecionados de acordo com a Matriz de Identificação de Eventos de Riscos que norteia os planos de auditoria. Análise de consultas prévias do FDA, Elaboração, Implementação, monitoramento e avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA e Celebração, liberação de recursos, monitoramento, execução e prestação de contas de convênios são alguns exemplos de auditorias internas voltadas à verificação de processos organizacionais.

Diante das recomendações feitas pela Auditoria-Geral em anos anteriores e do Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2024, a CGEST atuou durante o final de 2022 na construção de uma Metodologia de Gestão de Processos para a Sudam, a qual foi aprovada em 2023 pela Diretoria Colegiada. Destaca-se que a gestão de processos vem ao auxílio do trabalho desenvolvido no âmbito da Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos, tendo em vista que seus insumos fornecerão grande parte do material necessário para o entendimento das atividades institucionais e desenvolvimento das etapas necessárias ao gerenciamento dos riscos. Assim, foi incluída na metodologia a identificação de riscos presentes nos processos durante a etapa de mapeamento.

A execução da Metodologia de Gestão de Processos foi iniciada no final de 2023 com a identificação dos processos das unidades. Em 2024, esta etapa foi concluída com a elaboração da Árvore de Processos, documento listando todos os processos identificados junto às unidades da Autarquia, e da Carteira de Processos Prioritários, que contém os processos estratégicos da Sudam.

Em 2025, foram iniciados os trabalhos relativos à Carteira de Processos Prioritários, com o mapeamento de 5 (cinco) processos:

- Monitoramento de Projetos Voltados para o Desenvolvimento Sustentável;
- Seleção e Análise de Projetos Voltados para o Desenvolvimento Sustentável;
- Elaboração e Monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas;
- Avaliação de Desempenho Individual;
- Realização de capacitações.

Para 2026, prevê-se o avanço no mapeamento dos demais processos integrantes da Carteira, bem como a realização da etapa de análise e melhoria nos processos já mapeados.

2.1. Principais riscos e oportunidades identificados

A partir da aplicação da Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles Internos, aprovada no final de 2025, a Sudam iniciará as ações para a identificação e avaliação dos riscos existentes na instituição. Entretanto, os trabalhos realizados nos últimos anos na Autarquia pelas unidades responsáveis permitiram a identificação de alguns riscos, que, em parte dos casos, é comum a vários órgãos da administração pública: cortes ou alterações orçamentárias, redução do quadro de servidores, mudanças nas legislações, perda de gerência sobre instrumentos de ação e não renovação dos incentivos fiscais.

Para lidar com esses riscos, a Sudam tem buscado realizar parcerias com outras organizações públicas e privadas para inserir a instituição não apenas nas discussões afetas aos temas relacionados com sua missão institucional, mas também com vistas a otimizar seus instrumentos de maneira a executá-los e direcioná-los para que tenham maior efetividade junto à população que vive na Amazônia, seja por meio da revisão de seus projetos na carteira do PRDA, seja na proposição de novos projetos, ou ainda com a revisão de processos com vistas ao aprimoramento.

Para a implementação do PRDA 2024-2027, a Sudam elaborou uma Matriz de Risco, na qual foram identificados 7 (sete) riscos-chave e suas causas e consequências. Ademais, foi realizada a avaliação destes riscos pelos critérios de probabilidade e impacto e, por fim, estabelecida a devida resposta para cada, conforme Figura 4.

Figura 4 – Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027.

DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO			Resposta ao risco	
Causa	Risco-chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de risco inerente		
Insuficiência de recursos dos agentes envolvidos.	Não implantação de projetos do PRDA 2024-2027	Projetos não executados	5	10	50	RA	Compartilhar
Ausência de sistema de gerenciamento dos projetos do PRDA.	Carência de informações acerca da implantação dos projetos.	Monitoramento inadequado	5	3	15	RM	Mitigar
Falta de apoio político no Congresso à aprovação da lei do PRDA.	Não aprovação do PRDA no Congresso Nacional	Fragilização do instrumento perante os demais atores da região	7	7	49	RA	Mitigar
Fragilidades das estruturas de governança da região	Desalinhamento entre planejamento e implementação do PRDA	Influência negativa na avaliação da efetividade das ações	6	7	42	RA	Mitigar
Volatilidade da economia nacional e mundial	Ambiente econômico recessivo	Dificuldade na implementação de ações e obtenção de recursos	2	5	10	RB	Aceitar
Modificações legais (Reforma Tributária)	Diminuição de recursos dos instrumentos de financiamento da PNDR	Redução do número de entregas do PRDA	6	8	48	RA	Mitigar
Governança que não considera equidade como princípio	Desatensão, tratamento inadequado e exclusão de segmentos específicos do público atendido.	Resultados alcançados com baixa equidade	3	5	15	RM	Mitigar

Legenda:	RE = Risco Extremo	RA = Risco Alto	RM = Risco Médio	RB = Risco Baixo
----------	--------------------	-----------------	------------------	------------------

Fonte: PRDA 2024-2027

Para os próximos anos, a Sudam encontra-se frente a oportunidades de grande relevância, com destaque para o aumento dos esforços de cooperação entre os entes subnacionais, o que oportuniza maior atuação em prol do fortalecimento das capacidades governativas na Amazônia, e também a intensificação de investimentos nacionais e internacionais na região, o que pode proporcionar novas parcerias e vínculos desta Superintendência. Ademais, os avanços na área de tecnologia e inovação oferecem melhores possibilidades para a utilização das potencialidades da região e para o seu desenvolvimento sustentável.

2.2. Desafios e Perspectivas

A Sudam deverá intensificar o diálogo com os governadores da área de atuação e com as representações que compõem o Conselho Deliberativo, de forma a alinhar seus esforços às necessidades decorrentes dos efeitos econômicos, sociais e institucionais presentes nas realidades locais, setoriais e regionais. Do mesmo modo, o fortalecimento da interlocução com a sociedade, com o público-alvo das políticas públicas, com os servidores, colaboradores e demais parceiros institucionais — por meio da ampliação e qualificação dos canais de comunicação e interação, bem como do fortalecimento de unidades como a Ouvidoria e a Corregedoria — reafirma o compromisso da Autarquia com a colaboração e o fomento de políticas, programas, projetos e ações voltados à continuidade do desenvolvimento socioeconômico sustentável e à promoção da inclusão social.

Adicionalmente, pretende-se implementar melhorias na estrutura administrativa e no funcionamento sistemático da governança e da gestão de riscos, em nível tático, assim como nos processos organizacionais, em nível operacional. O incremento da eficiência administrativa, do aperfeiçoamento dos procedimentos e dos controles internos, bem como da efetividade dos resultados entregues à sociedade e às partes interessadas, compõem objetivos centrais do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), ao qual a Sudam aderiu em 2021 e no qual tem avançado de forma contínua ao longo dos últimos anos.

No âmbito da gestão de riscos, destaca-se que, em 2026, a Sudam iniciará a aplicação da Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles Internos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A adoção dessa metodologia permitirá maior padronização, rastreabilidade e robustez às etapas de identificação, avaliação e tratamento de riscos, contando com o apoio técnico do MIDR para sua implementação e consolidação.

Para 2026, a Sudam deverá elaborar seu novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI), com vistas ao estabelecimento das diretrizes estratégicas para os próximos anos. A partir da avaliação do planejamento vigente e de um processo de construção coletiva, que considere o contexto atual em que a Autarquia está inserida, espera-se definir um plano capaz de orientar a Sudam no cumprimento de sua missão e de seus objetivos institucionais, assegurando maior efetividade dos resultados, eficiência na gestão dos recursos e alinhamento às demandas e expectativas da sociedade amazônica.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1. Planejamento e cumprimento da missão

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, da então Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que estabelece as diretrizes para elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a Sudam elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o ciclo 2021–2024.

A construção do PEI contou com a participação de representantes de todas as unidades organizacionais da Autarquia, assegurando abordagem colaborativa e alinhamento institucional. O documento foi aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 5 de novembro de 2021.

Considerando a necessidade de garantir continuidade às diretrizes estratégicas, evitar descontinuidade administrativa e assegurar coerência na transição para o ciclo subsequente, a vigência do PEI 2021–2024 foi prorrogada até o exercício de 2025, nos termos da Resolução CIGOV/Sudam nº 5, de 19 de dezembro de 2025.

A identidade institucional da Sudam está expressa nos seguintes elementos:

- Missão: “Promover o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”.
- Visão de Futuro: “Ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia Legal”.
- Valores: integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Para a materialização dessa identidade e para orientar a atuação institucional, o Planejamento Estratégico Institucional estrutura-se em seis artefatos fundamentais: (i) Cadeia de Valor Simplificada; (ii) Mapa Estratégico; (iii) Objetivos Estratégicos; (iv) Indicadores; (v) Entregas Estratégicas; e (vi) Plano de Ação. O documento completo referente ao PEI 2021–2025 está disponível no sítio institucional da Autarquia: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>.

Acompanhando as boas práticas de governança e gestão pública, o monitoramento do Planejamento Estratégico tem sido realizado por meio de relatórios consolidados contendo os resultados alcançados pelas unidades responsáveis. Esses relatórios subsidiam a Alta Administração com informações essenciais acerca da execução das entregas estratégicas, do desempenho dos indicadores e do alcance dos objetivos estratégicos definidos. Os relatórios de monitoramento referentes aos exercícios de 2021 a 2024 encontram-se disponíveis no sítio institucional; o relatório referente ao exercício de 2025 encontra-se em tramitação interna para apreciação pela Diretoria Colegiada.

Com o encerramento da vigência do PEI 2021–2025, a Sudam encontra-se em tratativas preliminares para iniciar o processo de elaboração do novo Planejamento Estratégico Institucional, que definirá as diretrizes, prioridades e perspectivas estratégicas para o próximo ciclo quadrienal, mantendo o compromisso com a melhoria contínua, a transparência e o desenvolvimento regional sustentável.

Figura 5 – Mapa Estratégico Sudam 2021-2025



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2025

3.2. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores e metas de desempenho do exercício

De acordo com o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2025, foram definidos 20 (vinte) objetivos estratégicos, organizados em 5 (cinco) perspectivas. Para cada objetivo estratégico, foram elaborados indicadores e metas para cada exercício. No quadro a seguir, apresenta-se o Painel de Desempenho Estratégico da Sudam com os resultados alcançados até 2025:

Quadro 3 – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

Perspectiva Impacto Socioeconômico					
Objetivo Estratégico	Entregas Estratégicas	Unidade Responsável	Indicadores	2025	
				Meta Anual Acumulada	Resultado Alcançado
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	7	8
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	6	8
Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPROS	Número de projetos apoiados	7	9
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO*	100%	131,66%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	100%	100%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais)	Celebração e/ou ampliação de parcerias, acordos de cooperação e convênios com instituições para divulgação dos incentivos fiscais	DGFAI	Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e Convênios Celebrados/ampliados	2	1

	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Manifestações Técnicas Pós-vistorias elaborados no prazo*	90%	86%
	Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	DGFAI	Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	28	28
	Diminuição do tempo de análise de pleitos relacionados ao FDA.	DGFAI	Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA*	20	13,74
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPROS	Coefficiente de Bolsas (B) e/ou Equipamentos (E)	13	14,21
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPROS	Nº de Projetos Apoiados	7	9
Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPROS	Número de projetos apoiados	8	8
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação, Relatórios.	DPLAN	Quantidade de instrumentos ou documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional elaborados, apoiados ou articulados	14	14
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPROS	Percentual de atividades executadas para a elaboração do programa de CT&I	100%	100%
Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	30	35

Perspectiva Processos Internos					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD	Índice de Execução Orçamentária*	98%	99,72%
	Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	DIRAD	Número de Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	10	10
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DPROS	Índice de disponibilização de orçamento*	2,5%	-5,6%
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Número de eventos internos realizados	20	16
			Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	70%	58%
Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de Avaliação	12	11
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	13	13
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	CGEST	Processos mapeados	34	31
Perspectiva Infraestrutura e Inovação					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	90%	98%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	90%	93%
	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas	5	5

			desenvolvidos/ implementados		
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	6	6
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	7	7
	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	6	4
	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	5	5
	Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	9	9
Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Contratação de empresa para a execução de reformas	DIRAD	Nº de processos licitatórios concluídos	1	1
	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	1400	1760,47
Perspectiva Aprendizado e Crescimento					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Servidores Capacitados	DIRAD	Taxa de Execução do PDP	65%	66,23%

Fonte: CGEST/SUDAM

*Indicadores que não possuem mensuração cumulativa

Em relação à avaliação de desempenho institucional referente ao ciclo de 2025, estruturada em consonância com o Planejamento Estratégico atual, a Sudam obteve um resultado de 93%, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Metas Globais da Sudam em 2025

Meta Global	Meta Prevista	Peso	Resultado Alcançado
Planejar, articular e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento includente e sustentável na Amazônia	80%	60	98%
Otimizar os processos internos com foco em resultados	80%	20	83%
Desenvolver e valorizar o capital humano da instituição	80%	10	100%
Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da instituição	80%	10	79%
TOTAL		100	93%

Fonte: CGEST/SUDAM, 2026

3.3. Apoio da estrutura de governança para o cumprimento dos objetivos estratégicos

3.3.1. Conselho Deliberativo – CONDEL

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- **Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia:** decorre da ocupação de cargo, ou seja, os titulares destes cargos serão efetivamente membros do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 11.230, de 2022, e no Regimento Interno do CONDEL/SUDAM.

- **Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais:** é realizada por meio de indicação das classes e prefeituras, sendo nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que ocupa a função de Presidente do CONDEL.

As informações detalhadas sobre o Conselho estão disponíveis no sítio institucional: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>.

3.3.2. Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei Complementar nº 124, de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 11.230, de 2022. É composta por um Superintendente que a preside e por quatro diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República.

Dentre suas competências, é responsável por assistir ao CONDEL, exercer a administração da Sudam, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da área de atuação da autarquia, consolidando propostas no PRDA; bem como elaborar relatório anual de avaliação da ação federal na área de atuação da Sudam.

3.3.3. Comitê Interno de Governança - CIGOV

O Comitê Interno de Governança, instituído pela Portaria Sudam nº 78, de 28 de dezembro de 2023, tem como objetivo proporcionar a melhoria da gestão e garantir as entregas da Sudam com base nas boas práticas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos, melhorias dos Controles Internos e Transparência no âmbito da Sudam.

O CIGOV é composto pelo Superintendente, Diretores, Chefe de Gabinete, Ouvidor e pelo Coordenador-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional. Cabe ao Comitê, dentre outras competências, promover iniciativas e adotar instrumentos que busquem implementar o acompanhamento de resultados na Autarquia, que proporcionem soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório.

3.3.4. Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC

Instância responsável pelo estudo, planejamento e controle previsto nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC. Dentre suas competências, destacam-se a assessoria na implementação de ações de segurança da informação, a participação na elaboração e proposição de alterações de normas internas de segurança da informação, bem como a deliberação sobre estas.

O CSIC é composto pelo Gestor de Segurança da Informação da Sudam, por um representante do Gabinete, por um representante de cada diretoria finalística e pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações.

3.3.5. Auditoria-Geral

A Unidade de Auditoria-Geral da Sudam tem suas competências explicitadas no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 11.230, de 2022. Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e com a instituição do Decreto nº 11.230, de 2022, a Auditoria-Geral (AUD) encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria-Geral é exercida por uma unidade sistêmica e constituída por um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, e tem como principal finalidade o fortalecimento da gestão, com o acompanhamento de seus resultados e atos, monitorando as ações de controle, propondo melhorias e ações corretivas, além de realizar o acompanhamento do cumprimento das deliberações do TCU e das recomendações da CGU.

3.3.6. Corregedoria

Com a vigência do Decreto nº 11.230, de 2022, foi instituída a Corregedoria da Sudam, ligada diretamente ao dirigente máximo da autarquia, em conformidade com o disposto pelo Sistema Nacional de Correição do Poder Executivo Federal. Dentre as competências atribuídas cabe a execução de atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito da Sudam, tais como a apuração de denúncias, instauração de processos e a atuação visando a prevenção de irregularidades, identificação de riscos e orientação aos agentes públicos sobre as infrações administrativas e como evitá-las, em parceria com as demais instâncias de integridade do órgão.

3.3.7. Ouvidoria

Tem por finalidade promover ações de atendimento junto à sociedade e aos colaboradores da Sudam. Dentre suas competências, destacam-se o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos interessados (pessoas físicas e jurídicas), objetivando: mediar situações de conflitos; fortalecer a cidadania e a democracia participativa; agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão; ampliar o espaço público à participação da sociedade civil; manter a ética e a excelência nos serviços prestados.

3.3.8. Unidade Setorial da Integridade

A Unidade Setorial da Integridade compõe a estrutura de funcionamento do Programa de Integridade da Sudam. Dentre as competências principais, destacam-se: coordenar a estruturação, implementação, execução e o monitoramento contínuo do Programa de Integridade; coordenar a elaboração e a revisão do Plano de Integridade e acompanhar a sua execução, com vistas à prevenção e à mitigação de riscos à integridade eventualmente identificados; e submeter proposta do Plano de Integridade ao Comitê Interno de Governança para aprovação e posterior publicação.

3.3.9. Comissão de Ética

Atua como instância consultiva dos dirigentes e dos respectivos servidores e tem como objetivo promover os princípios da conduta ética do servidor no âmbito do relacionamento e do patrimônio público. Responsável por acolher e analisar denúncias, instaurar processo de apuração, bem como de realizar diligências. Cabe, ainda, à Comissão, o estabelecimento de normas internas e procedimentos de prevenção a eventuais conflitos de interesse aos ocupantes de cargos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada.

3.4. Ações de supervisão, controle e correição

Para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos, a Sudam dispõe de sua estrutura de governança e da atuação de diversas unidades administrativas no desenvolvimento e execução de ações de supervisão, controle e correição.

Em atenção aos princípios da transparência e da accountability, a Sudam disponibiliza ampla acessibilidade de seus dados à sociedade no seu sítio eletrônico, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes>. Ademais, a página da Sudam conta com a seção de Transparência e Prestação de Contas, que traz as principais informações de resultado da Autarquia, seguindo as orientações da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, e que pode ser acessada pelo link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/transparencia-e-prestacao-de-contas/>.

3.4.1. Auditorias

No exercício de 2025, a Auditoria-Geral da Sudam desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, cuja elaboração segue as orientações da Controladoria-Geral da União. A apresentação das ações de auditoria interna realizadas no exercício, contendo um relato das atividades executadas frente às ações planejadas no PAINT, estão dispostas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIANT, disponível no sítio eletrônico da Sudam, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/auditoria>.

3.4.2. Correição

Em 2025, as atividades de correição da Sudam foram conduzidas com foco prioritário na apuração de irregularidades e na redução do passivo processual existente, em razão de limitações estruturais e de pessoal que impactaram a capacidade operacional da unidade. A atuação concentrou-se no tratamento de demandas reprimidas, na prevenção de riscos de prescrição e na condução de análises preliminares e procedimentos disciplinares.

A unidade integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SisCor, conforme Decreto nº 5.480/2005 e Portaria Normativa CGU nº 27/2022, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do órgão Central (CGU). Em 2025, a Sudam foi classificada:

- Nível de Maturidade Correicional: Nível I (Inicial), caracterizado por processos não estruturados e forte dependência de esforços individuais.

- Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional (IDECOR): enquadramento no Grupo 3 (nível intermediário), demonstrando avanços mesmo diante das limitações institucionais.

Durante o ano de 2025, a Corregedoria recebeu 07 (sete) denúncias por meio da plataforma Fala.BR, todas devidamente analisadas, conforme Figura 6:

Figura 6 - Tratamento das Denúncias Encaminhadas à Corregedoria da Sudam em 2025



Fonte: Corregedoria/Sudam

Além disso, permanecem em apuração denúncias de exercícios anteriores, priorizadas segundo critérios como criticidade, risco prescricional e disponibilidade de recursos humanos.

Tabela 1 – Situação das Denúncias sob responsabilidade da Corregedoria da Sudam em 31/12/2025

Análise Inicial de Admissibilidade / Investigação Preliminar Sumária - IPS		Análise Concluída		Processo Administrativo Disciplinar	
Aguardando Análise	Em andamento	Sem Pendência de Decisão	Com Pendência de Decisão	Em Andamento	Concluído
0	11	6	4	0	1

Fonte: Corregedoria/Sudam

Dentre as principais entregas realizadas no exercício, destacam-se a instauração de 06 (seis) Investigações Preliminares Sumárias (IPS) e a conclusão de um (01) Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Tais iniciativas contribuíram de forma relevante para a mitigação do passivo processual ainda existente no âmbito da unidade, refletindo esforços voltados à regularização do fluxo de trabalho correcional.

A principal dificuldade enfrentada no exercício refere-se à insuficiência de estrutura da unidade tanto física quanto de pessoal. A inexistência de servidores efetivamente lotados e a ausência de apoio terceirizado têm prejudicado o adequado desenvolvimento das atividades. Para o enfrentamento dessas dificuldades, foram estabelecidas parcerias internas, por meio da solicitação de colaboração de servidores de outras unidades da Sudam, a fim de que atuassem, de forma excepcional, no apoio às atividades correcionais.

3.4.3. Integridade

A Sudam instituiu o Programa de Integridade, por meio da Resolução Cigov/Sudam nº 02, de 27 de setembro de 2024, conduzido em observância aos preceitos e orientações definidas pela Controladoria-Geral da União. Este Programa tem a função precípua de orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público, promovendo assim o aperfeiçoamento e a transparência da gestão pública.

De acordo com a sua estrutura de funcionamento, o Cigov atua no nível estratégico e acompanha as atividades do Programa de Integridade, enquanto que a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional atua como Unidade Setorial de Integridade. Como Instâncias Internas de Integridade, estão as unidades: Corregedoria, Auditoria-Geral, Ouvidoria, Comissão de Ética, Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional e Coordenação-Geral de Pessoal.

No final de 2024, as unidades envolvidas, sob a coordenação da Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e Desenvolvimento Organizacional, iniciaram a elaboração do Plano de Integridade 2025–2026, cujo objetivo é promover medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que possam comprometer o alcance dos objetivos da Sudam.

Em abril de 2025, uma versão preliminar do Plano foi apresentada; entretanto, verificou-se a necessidade de readequá-la para atender plenamente às diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU). Constatou-se, ainda, a importância de adotar uma metodologia capaz de elevar o grau de maturidade institucional e incluir um levantamento detalhado de gestão de riscos, permitindo mapear as unidades mais suscetíveis a vulnerabilidades éticas e potenciais ocorrências de corrupção.

Diante desse cenário, decidiu-se ajustar a norma instituidora do Programa de Integridade e elaborar um novo Plano para o biênio 2026–2027. A previsão é de que o documento seja finalizado e aprovado no primeiro trimestre de 2026.

3.4.4. Tomada de Contas Especial

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte

dano ao Erário, a Sudam adota providências com vistas à instauração da Tomada de Contas Especial – TCE para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Ao longo de 2025, foram instauradas 2 (duas) TCEs e realizados 2 (dois) cadastros de débitos inferiores ao limite mínimo estabelecido pelo TCU, no sistema e-TCE. Ao final do exercício, a Autarquia contabilizava 7 (sete) TCEs em elaboração, enquanto outros 39 (trinta e nove) processos já se encontravam autuados no Tribunal de Contas da União – TCU, aguardando julgamento.

A atuação tempestiva na identificação de irregularidades, somada à pronta instauração dos processos de Tomada de Contas Especial, reafirma o compromisso institucional com a integridade, a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento da região amazônica.

3.4.5. Ouvidoria e Controle Social

A Ouvidoria da Sudam, integrante da Rede Nacional de Ouvidorias, recebe continuamente manifestações dos usuários através da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, gerenciado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União - CGU. Com a tramitação exclusiva pelo Fala.BR, verificou-se um melhor fluxo no controle interno das manifestações, garantindo segurança nas informações prestadas ao usuário com rastreabilidade e monitoramento por parte da CGU. Em 2025, o tempo médio de resposta ao usuário foi de 12 (doze) dias contínuos, dentro do prazo limite de 30 (trinta) dias estipulado pelas Leis nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Todavia, a Ouvidoria vem empregando estratégias e iniciativas para a redução desse tempo, principalmente com a adoção de estratégias junto aos setores técnicos, no sentido de otimizar o tempo de resposta ao usuário.

Atualmente, estão disponibilizados quatro canais de interação com a sociedade: atendimento presencial, correio eletrônico (e-mail), telefone e o atendimento digital, através da plataforma Fala.BR; além de ações de relacionamento e divulgação interna e externa dos serviços prestados pela ouvidoria.

A Ouvidoria da Sudam é responsável, também, pelo recebimento e resposta das manifestações dos agentes econômicos e suas entidades representativas relacionadas ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), conforme disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Desde 2023, a Sudam vem utilizando o sistema e-Agendas, que permite o registro e a divulgação, de forma padronizada e integrada, das Agendas de Compromissos Públicos de autoridades, favorecendo assim o exercício do controle social. As agendas encontram-se no link: <https://www.gov.br/sudam/ptbr/aceso-a-informacoes/agenda-de-autoridades>.

Outra ferramenta é o Sistema de Transparência Ativa (STA), elaborado pela Controladoria Geral da União - CGU, que tem como escopo garantir transparência e o cumprimento da padronização dos sites oficiais, quanto às suas informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI).

Ressalta-se ainda a importância da Carta de Serviços ao usuário, ferramenta imprescindível para a divulgação dos serviços ofertados pela Sudam, na qual são discriminados os setores técnicos responsáveis, meios de contato, links, horário de funcionamento, dentre outras informações necessárias para o atendimento satisfatório do usuário cidadão.

Figura 7 – Balanço das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria em 2025



Fonte: Ouvidoria/Sudam

3.4.6. Comunicação e Transparência

A Sudam possui uma Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional (Ascom), vinculada ao gabinete da Superintendência, que exerce atividades relacionadas à transparência de atos institucionais, à valorização e divulgação da marca Sudam junto aos seus públicos de interesse em todas as esferas comunicacionais e ao fortalecimento das estratégias organizacionais para o cumprimento da missão institucional.

A Ascom realiza a gestão de publicação de conteúdo no site eletrônico da Sudam, tendo autoria sobre as informações de cunho jornalístico. É responsável ainda pela publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Sudam, além de promover a divulgação de eventos, serviços institucionais e instrumentos de ação da autarquia.

No ano de 2025, foram produzidas 160 matérias jornalísticas, sendo que as mais relevantes estão veiculadas no portal da Sudam e foram encaminhadas à imprensa como sugestão de publicação. Dessas, 10 foram publicadas em jornais de grande circulação.

Em seus perfis oficiais em redes sociais digitais, a Sudam apresentou os seguintes resultados em 2025:

- Instagram: foram publicados no feed cerca de 192 conteúdos (163% de aumento em relação a 2024) e 225 stories (38% de aumento em relação a 2024), alcançando aproximadamente 3.689 usuários.
- Facebook: 240 publicações (alta de 10% em relação a 2024, mantendo a mesma média de engajamento e interações).

Ao longo do ano de 2025, foram apoiados nove eventos internos, entre reuniões técnicas e institucionais, que contribuíram para o fortalecimento da comunicação organizacional e para a integração entre as diversas áreas da instituição.

Destaca-se o suporte a três reuniões do Conselho Deliberativo da Sudam (Condel/Sudam), que contaram com ampla representatividade política e social, reforçando o papel da Superintendência como instância articuladora de políticas voltadas ao desenvolvimento regional.

Também foi prestado apoio a relevantes eventos institucionais, como o Seminário para Levantamento das Ações Prioritárias para a Elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí (PA), o Seminário de Validação das Escutas Ativas do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima e o Evento de Apoio à Sociobioeconomia e ao Microcrédito, entre outras iniciativas de destaque.

Como marco da agenda institucional, foi realizado, no mês de dezembro, o evento “Café com a Imprensa”, cujo objetivo foi apresentar aos veículos de comunicação o balanço das ações desenvolvidas pela Superintendência ao longo do ano, promovendo a transparência institucional e o fortalecimento do relacionamento com a imprensa.

3.5. Principais programas, projetos e iniciativas

3.5.1. Ações Previstas na Lei Orçamentária Anual 2025

A gestão das ações finalísticas da Sudam, em 2025, coube à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN. Nesse sentido, o orçamento da Sudam, via Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, foi composto pelos seguintes programas:

- 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- 0909 - Operações Especiais: outros Encargos Especiais;
- 2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; e
- 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre.

A LOA 2025 destinou ao orçamento da Sudam o montante de R\$ 900.512.584,00 (dotação inicial). Desse total, 1,96% (R\$ 17.649.746,00) corresponde a recursos finalísticos, inclusive emendas parlamentares; 5,81% (R\$ 52.336.762,00) de apoio administrativo, compreendendo despesas obrigatórias e discricionárias; e 92,23% (R\$ 830.526.076,00) para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A distribuição dos recursos pode ser vista no gráfico 1.

A análise da dotação orçamentária atualizada, considerando os valores registrados em 31 de dezembro de cada exercício, evidencia que a Unidade Orçamentária 53202 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) apresentou evolução positiva no período de 2023 a 2025.

Conforme apresentado no Gráfico 2, verifica-se um crescimento gradual dos recursos orçamentários disponibilizados à Unidade, evoluindo de R\$ 54.487.783,00 em 2023 para R\$ 58.200.581,00 em 2024, até alcançar R\$ 63.886.446,00 em 2025. Ressalta-se que a dotação atualizada de R\$ 63.886.446,00 corresponde exclusivamente aos créditos sob responsabilidade direta da Unidade 53202, não incluindo determinadas descentralizações de créditos consideradas apenas na análise global da execução orçamentária.

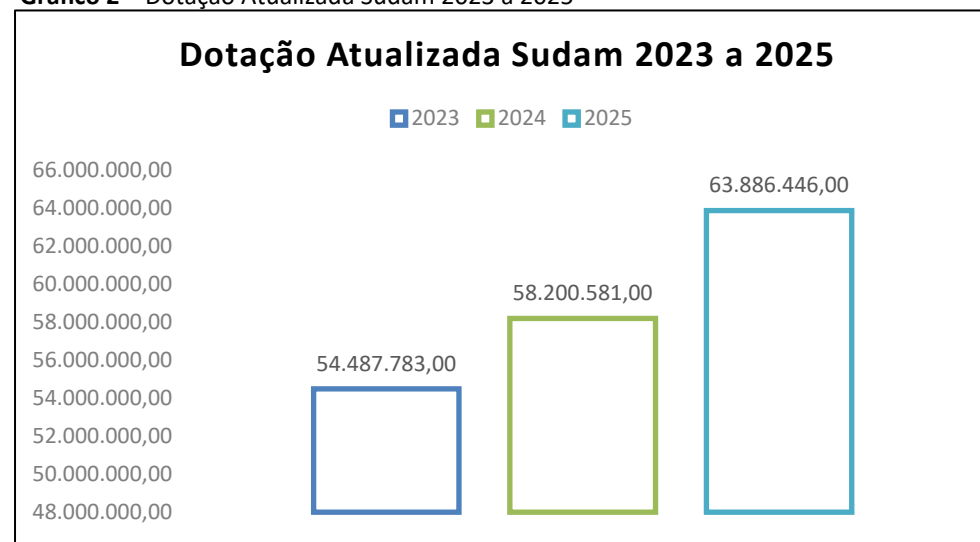
Esse comportamento revela uma tendência de fortalecimento da capacidade orçamentária da Sudam, refletindo a ampliação do volume de recursos destinados ao cumprimento de suas funções institucionais e ao atendimento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Gráfico 1 - Dotação Orçamentária Sudam 2025 (R\$)



Fonte: LOA 2025

Gráfico 2 – Dotação Atualizada Sudam 2023 a 2025



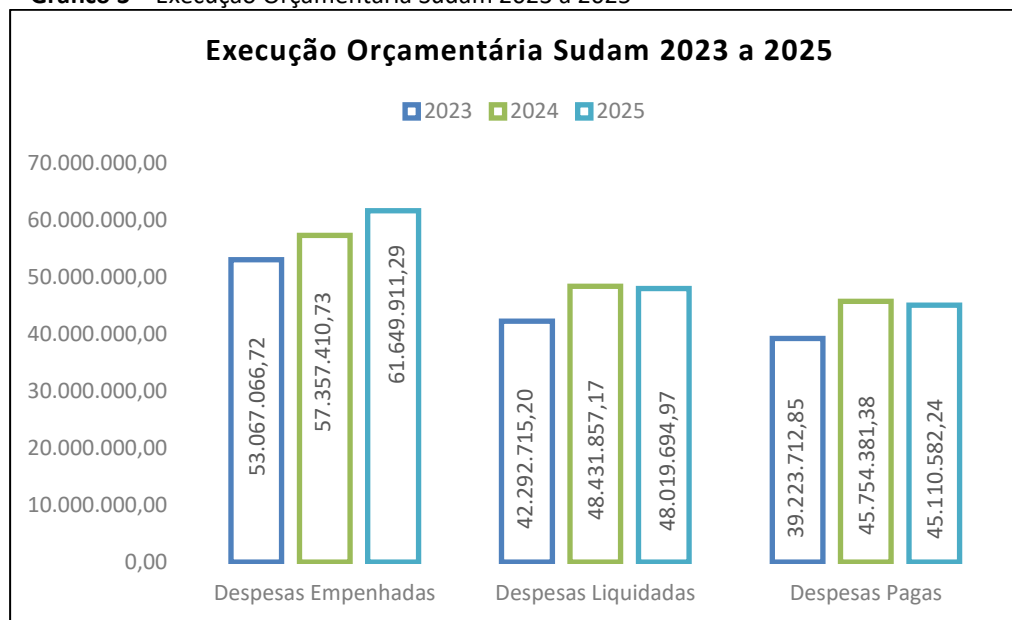
Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto à execução da dotação apresentada, o percentual de empenho das despesas manteve-se acima de 96%, evidenciando elevada capacidade de execução orçamentária. Observa-se, entretanto, que o programa de Gestão e Manutenção registrou percentual de empenho inferior ao dos programas finalísticos, reflexo, sobretudo, do impacto das despesas de pessoal sobre seu orçamento.

As despesas liquidadas e pagas apresentaram menor expressão relativa, alcançando, em média, 80% do total empenhado, desempenho influenciado pelas despesas discricionárias, tanto administrativas quanto finalísticas, bem como pela execução das emendas parlamentares.

A evolução da execução orçamentária da Sudam pode ser verificada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Execução Orçamentária Sudam 2023 a 2025



Fonte: Tesouro Gerencial

A dotação inicial dos programas finalísticos de recursos próprios da Sudam totalizou R\$ 13.649.746,00. Em razão de bloqueios orçamentários no orçamento discricionário da Autarquia, houve diminuição dessa dotação ao final do exercício (dotação atualizada), como demonstra a Tabela 2. Considerando que o referido bloqueio atingiu recursos não empenhados, o percentual de empenho alcançou 99% da dotação atualizada.

Tabela 2 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2025 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	3.847.072,00	954.833,00	887.089,81	0,00	0,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	3.901.337,00	2.405.500,00	2.405.500,00	892.200,00	868.741,00

	4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	3.901.337,00	3.477.470,00	3.477.469,50	1.766.950,30	1.766.950,30
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00
	TOTAL	13.649.746,00	8.837.803,00	8.770.059,31	2.659.150,30	2.635.691,30

Fonte: Tesouro Gerencial

*Situação até 31/12/2025.

No que se refere às Emendas Parlamentares, a LOA 2025 destinou à Sudam o valor de R\$ 4.000.000,00, correspondente a uma Emenda Parlamentar Individual. Esse montante foi inicialmente alocado no Programa 2317 – Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, na Ação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. Posteriormente, o parlamentar responsável remanejou R\$ 2.800.000,00 para outro órgão, permanecendo R\$ 1.200.000,00 como valor efetivamente indicado para a Sudam.

Importa destacar que os valores de R\$ 4.000.000,00 (dotação inicial) e de R\$ 1.200.000,00 (dotação atualizada) referem-se exclusivamente à emenda individual originalmente consignada à LOA da Sudam, não abrangendo as emendas descentralizadas por outros órgãos, as quais são tratadas no tópico de Gestão Orçamentária e Financeira.

Tabela 3 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2025 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.000.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
	TOTAL	4.000.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

*Situação até 31/12/2025.

No exercício de 2025, o orçamento finalístico próprio da Sudam apresentava o montante de R\$7.166.908,86 inscritos em Restos a Pagar (RP), processados e não processados. Esses recursos estavam no Programas 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, 2317 – Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e 2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre. Ao longo do ano, a Sudam pagou o total de R\$ 1.799.794,93 referentes a RP de seu orçamento próprio.

Tabela 4 - Restos a Pagar – Orçamento Próprio Sudam 2025 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC. E NÃO PROC.)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	1.029.000,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	3.679.835,22	0,00	261.494,78	3.857.348,58
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	18.976,64	0,00	0,00	18.976,64
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	339.636,00	0,00	0,00	339.636,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	699.532,00	699.532,00	0,00	0,00
	4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	760.140,00	0,00	694.898,15	65.241,85
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	229.319,00	0,00	0,00	229.319,00
	4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	174.367,00	0,00	0,00	174.367,00

2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre	00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestrutura	1.265.103,00	0,00	843.402,00	421.701,00
TOTAL		7.166.908,86	699.532,00	1.799.794,93	6.135.590,07

Fonte: Tesouro Gerencial

*Situação até 31/12/2025.

Ainda com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2025 com um volume de R\$ 44.476.071,45 em restos a pagar inscritos, processados e não processados, e pagou, desse montante, o total de R\$ 13.820.416,53 (Tabela 5). A Ação 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas apresentou o maior montante de restos a pagar de emendas, com valor total de R\$ 35.411.900,74, correspondendo a um percentual de aproximadamente 80% do total de RP inscritos. Ao final do exercício, restou um estoque de R\$ 29.982.154,41 de RP a pagar.

Tabela 5 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2025 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do poder executivo	2000 - Administração da unidade	1.5000.000,00	0,00	1.5000.000,00	0,00
	2145 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	1.944.856,48	0,00	60.254,42	1.884.602,06
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.421.740,80	650.000,00	43.015,67	728.725,13
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	19.439,73	0,00	0,00	19.439,73
	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.564.884,57	0,00	989.481,61	575.402,96

	00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	800.570,24	0,00	0,00	800.570,24
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	35.411.900,74	0,00	11.006.574,71	24.405.326,03
	2145 - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	1.014.058,85	0,00	221.090,12	792.968,73
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	798.620,04	23.500,51	0,00	775.119,53
	TOTAL	44.476.071,45	673.500,51	13.820.416,53	29.982.154,41

Fonte: Tesouro Gerencial

*Situação até 31/12/2025.

No que se refere à execução orçamentária e financeira do exercício de 2025, registra-se que, no mês de junho, houve o bloqueio de 100% das despesas discricionárias da Autarquia. Parte das dotações foi posteriormente cancelada, enquanto o restante permaneceu bloqueado até setembro, quando ocorreu o desbloqueio. Em razão da instabilidade e da incerteza quanto ao restabelecimento dessas despesas, os projetos finalísticos ficaram paralisados entre junho e setembro, sendo retomados apenas após o descontingenciamento. Essa interrupção resultou em atrasos nas análises técnicas e nos demais trâmites processuais necessários à descentralização dos recursos para as instituições demandantes.

Além disso, em dezembro ocorreu um novo bloqueio dos recursos da Superintendência, o que impactou a execução de diversas iniciativas finalísticas no encerramento do exercício. Outros projetos também deixaram de ser apoiados em decorrência dos sucessivos bloqueios e contingenciamentos, conforme demonstrado na Tabela 2, que evidencia uma redução de quase R\$ 5 milhões entre a dotação inicial e a dotação final.

Em síntese, a análise do orçamento de 2025 revela o expressivo esforço da Superintendência para executar as despesas autorizadas na LOA, apesar dos desafios impostos pelos bloqueios e contingenciamentos verificados ao longo do ano, somados à crônica insuficiência de pessoal, que vem se agravando progressivamente. Ainda assim, conforme apresentado no Gráfico 3, observa-se uma discreta evolução no montante empenhado e a manutenção dos níveis de despesas pagas.

3.5.2. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO 2026

Com base nas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, nos dispositivos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.636/2018 que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2024-2027, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, alterada pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, a Sudam, em conjunto com o MIDR, elaborou a proposta de diretrizes e prioridades do FNO para o exercício de 2026, que foi aprovada pela Resolução Condel/Sudam nº 133, de 12 de agosto de 2025.

O processo de formulação das diretrizes e prioridades do FNO incluiu plenárias nos estados da Amazônia Legal com representantes de setores estratégicos e uma consulta pública voltada a instituições governamentais e da sociedade civil, ampliando o debate sobre o aprimoramento do uso dos recursos do Fundo. As contribuições dessas etapas, juntamente com as escutas internas realizadas nas Diretorias da Autarquia, foram analisadas e incorporadas às diretrizes quando pertinentes, ou encaminhadas para aprofundamento conjunto entre o MIDR, a Sudam, o Banco da Amazônia e o Comitê Técnico do Condel/Sudam. Esses insumos fundamentaram a reformulação e avaliação das diretrizes e prioridades do FNO, incluindo também contribuições para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

3.5.3. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FDA 2026

Com base no artigo 1º do Anexo do Decreto nº 10.053, de 2019, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2024-2027, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, alterada pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, a Sudam elaborou proposta de diretrizes e prioridades do FDA para o exercício 2026, que foi aprovada pela Resolução Condel/Sudam nº 134, de 12 de agosto de 2025.

O processo de formulação das diretrizes e prioridades do FDA envolveu, inicialmente, plenárias realizadas nos estados da Amazônia Legal, reunindo representantes de setores estratégicos, e uma consulta pública dirigida a órgãos governamentais e entidades da sociedade civil voltadas ao planejamento e avaliação de políticas públicas. Essas escutas externas, somadas às consultas internas às Diretorias da Sudam, forneceram subsídios relevantes para o aprimoramento das diretrizes do FDA para 2026, tomando como referência as normas vigentes. As contribuições recebidas foram analisadas e incorporadas quando pertinentes, enquanto temas que demandam maior aprofundamento foram encaminhados para discussão entre o MIDR, a SUDAM, o Banco da Amazônia e o Comitê Técnico do Condel/Sudam.

3.5.4. Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA)

O Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA), cujo horizonte estratégico é de 2024 a 2027, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), tem como proposta tornar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, forças propulsoras para a redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia Legal, alinhado ao fortalecimento do ecossistema científico, tecnológico e de inovação regional.

Este Programa constitui-se em um instrumento para orientar e alavancar ações de cunho regional capazes de melhorar as condições de vida das populações, impulsionando a formação profissional, técnica e acadêmica; ampliando e fortalecendo a infraestrutura disponível para produção de Ciência, Tecnologia e Inovação; promovendo o aumento do financiamento em CT&I; e incentivando estratégias de incorporação da inovação. Desse modo, pretende-se elevar a produtividade de base sustentável e incrementar o uso de tecnologias sociais e/ou inovadoras, com foco na inclusão produtiva e social dos grupos historicamente esquecidos, como povos originários, comunidades tradicionais, mulheres e agroextrativistas.

Em 2025, foi elaborado o 1º Relatório de Monitoramento do PDCTIA, referente ao exercício de 2024, que pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/pdctia>.

3.5.5. Projeto de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

O projeto de cooperação técnica internacional - PCT “BRA/021/005 – Fortalecimento da Capacidade Técnica-Institucional da Sudam” é fruto de uma parceria entre a Sudam e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto tem como objetivo ampliar e fortalecer, por meio de cooperação técnica, a capacidade institucional da Sudam para o cumprimento de sua missão, voltada a promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a mitigação da miséria e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Em 2025, foi concluída a meta de elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria para elaboração de diagnóstico das capacidades governativas dos entes subnacionais da Amazônia Legal. Esse produto é uma entrega-chave para o futuro desta Autarquia, porquanto subsidiará o planejamento de novas políticas públicas baseadas em evidências, permitindo à Sudam atuar de forma cirúrgica nas lacunas de gestão identificadas nos municípios amazônicos, elevando o padrão de governança na região.

3.5.6. Banco de Dados da Amazônia – Badam

A sistematização da base de dados da Amazônia Legal é considerada uma ferramenta de suma importância para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas na região. Através da parceria com o PNUD, a Sudam implantou em 2023 o Banco de Dados da Amazônia – Badam, ferramenta que congrega indicadores sociais, econômicos e ambientais do Brasil e regiões, incluindo recortes definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como faixa de fronteira e regiões de baixa, média e alta renda.

Atualmente, o Badam está em processo de atualização de dados e estará disponível em breve por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/badam>.

3.5.7. Acordo de Cooperação Técnica Sudam e Suframa

A Sudam deu continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Sudam e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, em 2021, para articulação, promoção, elaboração e execução dos programas e projetos de interesse comum, no cumprimento da missão de ambas as instituições.

Em 2025, foi emitido o 1º Termo de Apostilamento ao referido ACT, com a finalidade de incluir, no Plano de Trabalho, a meta de “Elaborar proposição para viabilizar a participação formal da Suframa no Conselho Deliberativo da Sudam – Condel/Sudam”. A proposta de ampliação da composição do Condel, de modo a incorporar a Suframa — em alinhamento com a iniciativa em tramitação que prevê a inclusão da Sudam no Conselho de Administração da Suframa (CAS) — tende a fortalecer a articulação institucional, ampliar o escopo dos debates e possibilitar o planejamento sistemático dos investimentos nas áreas de atuação sobrepostas entre os órgãos. Como resultado, espera-se maior capacidade de intervenção sobre a realidade regional e, conseqüentemente, mais efetividade na promoção do desenvolvimento regional.

3.5.8. Planos Integrados de Desenvolvimento Sustentável - PIDS

A Sudam avançou na construção participativa de planos sub-regionais vinculados ao PRDA, conduzindo diagnósticos territoriais, seminários e reuniões técnicas com diversos segmentos sociais. Destaca-se a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Indígenas de Roraima (PIDSTI-RR), cujo objetivo central é promover a escuta ativa no território e assegurar a integração efetiva entre o planejamento regional estratégico, a execução orçamentária e a responsabilidade fiscal e social, garantindo que as políticas públicas voltadas às comunidades indígenas sejam implementadas de forma coordenada, eficiente e sustentável.

Também foram desenvolvidos o levantamento diagnóstico e a identificação de demandas prioritárias para o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Lago de Tucuruí (PA), além da realização de seminário de escutas ativas para subsidiar o PIDS do Vale do Juruá (AC). Essas ações reforçam a territorialização das políticas públicas e ampliam a inclusão de populações historicamente vulnerabilizadas no planejamento regional.

3.5.9. Portal de Investimentos da Amazônia

Em 2025, a Sudam publicou a primeira versão do Portal de Investimentos da Amazônia, uma plataforma digital destinada a divulgar as potencialidades e oportunidades de investimento na Região. O Portal constitui-se como instrumento estratégico de promoção de investimentos, reunindo informações essenciais para que investidores avaliem a atratividade de seus setores de interesse para novos empreendimentos ou reinvestimentos.

A iniciativa busca apresentar dados estruturados sobre a realidade econômica, social e ambiental da Amazônia Legal, destacando seus diferenciais competitivos nos mercados nacional e internacional, além dos incentivos fiscais e financeiros disponíveis nas esferas federal e estadual. Ao oferecer esse conjunto de informações, o Portal contribui para a atração de investimentos produtivos alinhados aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme disposto no art. 1º do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

Com sua publicação, a sociedade passou a contar com um canal unificado e acessível que evidencia o potencial da região e apoia a geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população amazônica.

O Portal de Investimentos da Amazônia está disponível publicamente na internet no endereço: <https://investimentos.sudam.gov.br/>.

3.5.10. Seminário de Planejamento do Desenvolvimento Regional

A Sudam promoveu, em 20 de agosto de 2025, o Seminário Planejamento do Desenvolvimento Regional: transformando desafios em oportunidades para a Amazônia Legal, realizado de forma online. O evento foi direcionado a instituições financeiras públicas e privadas, gestores federais e estaduais, organizações da sociedade civil, representantes da comunidade acadêmica e demais interessados no desenvolvimento regional sustentável. Seu objetivo central foi fomentar o debate e ampliar o acesso a informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional coordenadas pela Autarquia, além de fortalecer a articulação entre os setores público e privado para impulsionar projetos que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo na Amazônia Legal.

O Seminário também oportunizou que a Sudam e os Governos dos Estados da Amazônia Legal apresentassem à sociedade e aos parceiros os principais produtos do planejamento regional, entre eles o PRDA 2024-2027 e sua carteira de projetos, os Planos Sub-regionais (Marajó/PA, Bailique/AP e demais planos em elaboração), o Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA), além de outras ações em execução na região. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Autarquia com a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e a consolidação de estratégias integradas para o desenvolvimento territorial.

3.5.11. Programa Conexão Amazônia

O ano de 2025 foi marcado pela proatividade e pela forte interiorização das ações da Sudam. A estratégia itinerante do Programa “Conexão Amazônia” se consolidou como o principal instrumento para ampliar a presença institucional e oferecer qualificação técnica diretamente aos estados da região. No período, foram realizados cinco grandes encontros estaduais (Amapá, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima), o que reforça a dimensão territorial e o alcance regional da iniciativa.

As ações itinerantes adotaram uma abordagem integrada, voltada ao enfrentamento de gargalos críticos da gestão pública local, com foco especial em dois eixos. O primeiro deles consistiu na qualificação em gestão pública, com capacitações voltadas à operação da Plataforma Transferegov, destinadas a gestores municipais e estaduais, visando otimizar a captação e a execução de recursos federais, fortalecer a governança local e ampliar a efetividade das políticas públicas.

O segundo eixo centrou-se no fortalecimento da agricultura familiar e da cidadania no campo, por meio da sensibilização para ampliação da Rede de Emissores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). A difusão do CAF tem papel estratégico por assegurar o acesso ao crédito rural (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf), à seguridade social, a mercados institucionais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e a políticas de habitação rural. Ao incentivar a adesão dos municípios à Rede CAF e ampliar o número de cadastradores na região, a Sudam contribuiu diretamente para fortalecer essa política pública e ampliar o alcance dos benefícios sociais às famílias rurais amazônicas.

3.6. Resultados Alcançados no Exercício

3.6.1. Áreas Finalísticas

3.6.1.1. Incentivos Fiscais

Dentro da estrutura da Sudam, compete à Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos – DGFAI ser a executora dos instrumentos explícitos da PNDR para a Amazônia Legal, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais (IRPJ). Para coordenar as atividades relativas aos incentivos fiscais, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF.

Os incentivos fiscais administrados pela Sudam poderão ser concedidos até 2028, conforme Lei nº 14.753, de 12 de Dezembro de 2023, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelecendo novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2025, foram analisados e concluídos, por meio do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - SIN, 397 (trezentos e noventa e sete) pleitos. Destes, 271 (duzentos e setenta e um) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de aprovação e 122 (cento e vinte e dois) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de arquivamento/indeferimento. Os pleitos cujas análises foram favoráveis quanto ao cumprimento aos requisitos legais necessários resultaram na expedição de 393 (trezentos e noventa e três) Laudos Constitutivos, referentes à Redução fixa de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis, e na aprovação de 35 (trinta e cinco) Reinvestimentos de 30% do IRPJ. Para este resultado, foram realizadas 293 (duzentos e noventa e três) vitórias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal.

As tabelas a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes (pessoas jurídicas), que obtiveram seus pleitos de incentivos fiscais aprovados pela Sudam. Cabe ressaltar que, no caso da Redução de 75% e Isenção do IRPJ, a empresa deve se dirigir à Receita Federal para reconhecimento do laudo constitutivo e receber a homologação do incentivo, para usufruir da renúncia fiscal, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos.

Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2023 a 2025

UF	2025	2024	2023
AC	0	2	0
AM	108	60	56
AP	2	4	2
MA	0	6	0
MT	53	18	32
PA	48	22	20
RO	11	7	2
RR	2	0	0
TO	12	7	4
Total	236	126	116

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Tabela 7 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2023 a 2025

UF	2025		2024		2023	
	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados*
AC	1	R\$ 2.141.640,48	0	-	0	-
AM	8	R\$ 35.569.966,28	3	R\$ 22.346.030,43	5	R\$ 27.659.738,10
AP	0	-	0	-	0	-
MA	0	-	0	-	0	-
MT	7	R\$ 22.258.355,79	5	R\$ 31.583.492,23	4	R\$ 3.769.598,40
PA	11	R\$ 281.589.949,82	6	R\$ 39.124.981,70	5	R\$ 2.344.756,90
RO	4	R\$ 2.701.185,43	0	-	0	-
RR	0	-	0	-	0	-
TO	4	R\$ 7.143.073,10	1	R\$ 156.969,14	1	R\$ 92.525,70
Total	35	R\$ 351.404.170,90	15	R\$ 93.211.473,50	15	R\$ 33.866.619,10

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

* Valores Liberados = 30% do IRPJ devido acrescido de 50% de recursos próprios, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.167, de 1991.

Tabela 8 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2025

Estados	Pleitos Aprovados			Total de empresas beneficiadas*
	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	
Acre	0	0	1	1
Amazonas	108	0	8	106
Amapá	2	0	0	2
Maranhão	0	0	0	0
Mato Grosso	53	0	7	60
Pará	48	0	11	58
Rondônia	11	0	4	14
Roraima	2	0	0	2
Tocantins	12	0	4	16
Total	236	0	35	259

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

* O total de empresas beneficiadas é menor que o somatório identificado em cada tipo de incentivo, pois uma única pessoa jurídica pode ter mais de um tipo de pleito aprovado.

Tabela 9 – Linhas de produção incentivadas em 2025 (Laudos Constitutivos Emitidos)

Estados	Nº de Laudos Emitidos
Acre	0
Amazonas	180
Amapá	2
Maranhão	0
Mato Grosso	99
Pará	70
Rondônia	18
Roraima	6
Tocantins	18
Total	393

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

Indicadores de Desempenho do Exercício**Quadro 5 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)**

Denominação	Índice de Referência (2024)	Índice Observado (2025)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Percentual de Pleitos em Estoque em 01/01/2025 com análises concluídas em 2025	-	91,79%	Anual	$(\text{N}^\circ \text{ de pleitos em estoque em } 01/01/2025, \text{ com análises concluídas em } 2025 / \text{N}^\circ \text{ de pleitos em estoque em } 01/01/2025) \times 100$

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM

Em decorrência da Resolução Dicol/Sudam nº 1.126, de 27 de novembro de 2024 — que revogou a Resolução Dicol/Sudam nº 650, de 7 de dezembro de 2022 — passou a ser permitida a realização de vistoria prévia à emissão do parecer de análise técnica por apenas um técnico. Essa alteração normativa resultou em um expressivo aumento da capacidade de análise dos pleitos ao longo do ano, fato que pode ser comprovado pelo resultado do indicador de desempenho constante no Quadro 5.

Desafios e Ações Previstas

Algumas das projeções estabelecidas para o exercício de 2025 não foram integralmente implementadas. Dentre elas, destacam-se as melhorias planejadas para o SIN, plataforma utilizada pela Sudam para o recebimento dos pleitos de incentivos fiscais e para a análise de mérito das solicitações, com o objetivo de aprimorar a eficiência operacional. Apesar do apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações da Sudam, as evoluções previstas não acompanharam, de forma satisfatória, as necessidades identificadas pelos técnicos da unidade e pelas empresas requerentes.

Adicionalmente, embora tenham sido observados avanços relevantes, o Manual de Instruções para Elaboração de Projetos de Incentivos e Benefícios Fiscais ainda demanda ajustes, especialmente quanto à atualização dos itens que compõem o roteiro do projeto e à documentação exigida das empresas. As adequações visam conferir maior clareza, objetividade e alinhamento às exigências técnicas, estando sua conclusão prevista para o exercício de 2026.

Avaliação dos Incentivos Fiscais

Para acompanhar as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos, a DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI.

A CGAVI busca, anualmente, fazer consultas às empresas beneficiadas com incentivos fiscais concedidos pela Sudam, a fim de apurar os resultados socioeconômicos, bem como à Receita Federal para o compartilhamento de dados de tais benefícios.

Em 2025, a Sudam deu continuidade ao ciclo avaliativo da política de incentivos fiscais sob sua administração, aprofundando as análises iniciadas em exercício anterior, com vistas ao aprimoramento da efetividade, eficiência e governança dessa política pública.

Nesse contexto, registra-se que em 2024 foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Sudam a Avaliação Executiva dos Incentivos Fiscais administrados pela Autarquia, correspondente ao primeiro ano do ciclo avaliativo definido institucionalmente. Essa avaliação teve por objetivo apresentar um panorama abrangente dos principais gargalos da política de incentivos fiscais, tendo sido analisados dez temas estruturantes: descrição geral, diagnóstico, desenho, implementação, governança, resultados, impacto, execução, economia e economicidade, além da formulação de recomendações decorrentes dos principais achados. O documento foi encaminhado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), em cumprimento ao plano de trabalho estabelecido pela Portaria MDR nº 3.145, de 26 de dezembro de 2019, e encontra-se disponível no sítio eletrônico da Sudam, no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/relatorios>.

No exercício de 2025, foi iniciada a segunda etapa do ciclo avaliativo, com a elaboração da Avaliação de Resultados dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Essa etapa tem por finalidade aprofundar a análise dos efeitos da política, a partir de dados extraídos do Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais (SIAV) e do Sistema de Incentivos Fiscais (SIN), desenvolvidos para recepcionar informações dos empreendimentos beneficiários dos incentivos fiscais sob gestão da Autarquia.

A Avaliação de Resultados fundamenta-se na metodologia dos 6 Es de desempenho, conforme estabelecido no Guia Prático de Avaliação Ex Post, aprovado pelo Governo Federal em 2018, bem como no aperfeiçoamento dos indicadores previstos na Resolução Dicol/Sudam nº 07, de 10 de março de 2015, que instituiu a cesta de indicadores para avaliação dos incentivos fiscais. A avaliação abrange o período de 2020 a 2022 e, após aprovação pela Diretoria Colegiada, será disponibilizada no sítio eletrônico da Sudam, reforçando o compromisso institucional com a transparência e a melhoria contínua da política pública.

Com base na nova regulamentação interna sobre o Cadastro Privativo de Estabelecimentos Incentivados Inadimplentes – CAINS, a Sudam iniciou, em 2025, o processo de notificação das empresas com pendência de envio de informações. A primeira etapa consistiu na expedição da notificação por meio do Sistema SIAV, concedendo prazo de 30 dias para regularização ou apresentação de defesa, sob pena de inscrição no CAINS. Em seguida, procedeu-se à notificação via postal. No total, 117 empresas foram intimadas por apresentarem pendências no envio de informações à Autarquia, com remessas realizadas via Correios e emissão de Aviso de Recebimento (AR).

Com relação ao convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam, esta Autarquia realizou reunião no início de 2025 para tratar da liberação do acesso à Base de Dados das Empresas Incentivadas pela Sudam. Na ocasião, a Receita informou a impossibilidade do compartilhamento das informações devido a entraves normativos e legais.

Em resumo, os principais desafios e ações para 2026 na execução das atividades relacionadas à avaliação dos incentivos fiscais na Sudam são:

- a) Contratação, via PNUD, de consultoria especializada para a elaboração do Guia Metodológico e para a capacitação sobre os conceitos, procedimentos e parâmetros de apuração das informações anuais dos estabelecimentos beneficiados pelos Incentivos Fiscais da Sudam;
- b) Recepção dos dados solicitados à Receita Federal pela Sudam, referente às empresas incentivadas, segregando as informações na área de atuação da Sudam;
- c) Aprovação do relatório de avaliação de resultados dos incentivos fiscais;
- d) Acompanhar avaliação de impacto dos incentivos fiscais administrados pela Sudam a ser realizada em parceria com o MIDR;
- e) Dar continuidade ao processo de notificação das empresas com pendências de envio de informações dos incentivos fiscais; e
- f) Adequar o quantitativo de servidores da unidade CGAVI.

3.6.1.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

A gestão da Sudam em relação ao FDA se circunscreve, de forma resumida, desde as avaliações técnicas consultivas até às liberações de recursos e demais procedimentos que visam resguardar o retorno dos referidos recursos ao Fundo, na forma dos regulamentos estabelecidos, como é da responsabilidade e competência da Autarquia Federal.

Para coordenar as atividades relativas ao FDA, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

No exercício de 2025 foram protocoladas 86 (oitenta e seis) consultas prévias junto à Sudam para acesso a recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Somaram-se a estas outras 9 (nove) consultas remanescentes de 2024, totalizando 95 (noventa e cinco) consultas prévias em análise pela unidade competente.

Desse total, 82 (oitenta e duas) tiveram sua análise concluída no próprio exercício e, dentre estas consultas, 21 (vinte e uma) foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudam, resultando em 3 (três) projetos com participação do FDA.

Os resultados dos indicadores de desempenho da gestão do FDA estão quantificados a seguir:

Quadro 6 – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2025

Indicadores	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	78%	100%	95%	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. protocoladas}$
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	7 CP/téc.	> 1	16,4 CP/téc	anual	$C.P. \text{ analisadas} / n^{\circ} \text{ de técnicos}$
TCCP% *	Determinar se as empresas têm encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a	29%	100%	26%	anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$

	qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado					
TMACP dias	Indicar o tempo médio de análise de uma consulta prévia	21 dias	< 30	15 dias	anual	Σ da duração de cada processo (dias) / Número de processos analisados
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam têm resultado em projetos analisados pelos agentes operadores e aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam	30%	100%	14%	anual	Nº de projetos aprovados / nº de Consultas Prévias aprovadas

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

Obs.: Índice de referência: Índice observado no ano anterior.

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMACP – Tempo Médio de Análise de Consultas Prévias

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

Dentre os indicadores de desempenho, apenas o PFA e o TMACP atingiram os índices previstos para o exercício, semelhante aos resultados alcançados no ano anterior.

Com relação ao CGA%, o resultado previsto não foi plenamente alcançado devido a 13 consultas prévias terem sido protocoladas na Sudam nos meses de novembro e dezembro de 2025, inviabilizando a conclusão da análise no mesmo exercício.

Quanto ao TCCP%, o resultado de 26% corresponde a 21 consultas prévias aprovadas das 82 analisadas. O resultado é bastante inferior ao índice previsto, considerando que houve um significativo aumento do número de consultas prévias protocoladas na Sudam em 2025 sem que tenha havido melhora na qualidade técnica das mesmas.

No que se refere à taxa de conversão de consultas prévias em projetos financiados (TCP%), mesmo com o significativo crescimento da base (consultas prévias aprovadas em 2025) do indicador, o resultado alcançado manteve-se em patamar equivalente ao de 2024, com 3 (três) projetos aprovados que tiveram a participação do FDA autorizada pela Sudam. Ressalta-se que a sistemática do FDA observa algumas etapas com prazos extensos de análise e resposta, que têm como consequência, por vezes, a não efetivação de uma consulta prévia aprovada em projeto contratado no mesmo exercício.

Registra-se que, no Relatório de Gestão de 2024, constou a informação de que a Sudam havia aprovado, desde 2005, 106 (cento e seis) cartas-consultas e consultas prévias, das quais 27 (vinte e sete) teriam sido efetivadas em projetos aprovados pelos agentes operadores. Entretanto, os números corretos são 107 (cento e sete) e 30 (trinta), respectivamente.

Considerando que, em 2025, foram aprovadas 21 (vinte e uma) consultas prévias e 3 (três) projetos, verifica-se que, desde 2005, a Sudam aprovou um total de 128 (cento e vinte e oito) cartas-consultas e consultas prévias. Desse conjunto, 33 (trinta e três) resultaram na efetiva aprovação de projetos pelos agentes operadores. Desses projetos, 5 (cinco) foram posteriormente arquivados ou cancelados, enquanto 28 (vinte e oito) foram implantados ou permanecem em fase de implantação. Esse desempenho corresponde a uma taxa de consistência de aprovação (TCP) histórica do fundo de 25,78%.

Quadro 7 – Consultas prévias aprovadas em 2025

Nº	Empresa	Setor	Município	UF	Recursos (R\$)		Objetivo
					FDA	Total	
01	Gran Carnes Indústria e Comércio de Carnes Ltda	IND	Nova Monte Verde	MT	44.663.452,72	89.326.905,44	Ampliação de uma unidade frigorífica e armazenamento
02	Transmissora Amapar II SPE S.A.	INF	Laranjal do Jari/Macapa	AP	49.000.000,00	357.308.343,16	Construção, operação e manutenção das instalações de linha de transmissão 230 kV Laranjal do Jari - Macapá III C1, circuito simples, com extensão aproximada de 217 km, com origem na Subestação Laranjal do Jari, Laranjal do Jari/AP e término na Subestação Macapá III
03	ACR Transportes e Comércio de Grãos Ltda	IND	Balsas	MA	135.608.000,00	339.020.000,00	Implantação de uma unidade agro sustentável integrada com fábrica de ração, confinamento rastreado e geração de energia
04	Clube Náutico Castanhal Ltda.	SERV	Castanhal	PA	23.000.000,00	60.000.000,00	Construção e Implementação de um Resort
05	Yem Serviços Técnicos e Construções Ltda	IND	Irlanduba	AM	26.291.400,00	52.903.400,00	Ampliação e modernização da empresa, aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade produtiva e operacional para a produção de asfalto

06	K. K. Krauss Araújo Indústria e Comércio de Vidros Ltda	IND	Manaus	AM	21.075.000,00	28.652.184,21	Aquisição de novos equipamentos, tecnologias de última geração e ampliação de suas instalações para fabricação de vidro
07	N. T. Indústria e Comércio de Panificação Ltda	IND	Manaus	AM	15.691.290,00	31.458.044,00	Modernização e implantação do empreendimento de produção e distribuição de produtos congelados e matéria-prima para panificação e confeitaria do processo de produção e implantação de novas unidades
08	Hospital Santa Izabel Saúde Ltda.	SERV	Marabá	PA	114.943.318,10	191.572.196,84	Implantação de um hospital regional, com uma área total construída de 14.597,20m ² , com 130 leitos hospitalares
09	J. S. Dos Reis Neto Comércio Atacadista de Alimentos Ltda.	IND	Manicoré	AM	13.914.731,64	23.300.963,59	Implantação de uma unidade industrial frigorífica
10	RRP Energia Ltda	INF	Tapurah	MT	230.000.000,00	1.167.334.482,00	Implantação de uma usina de etanol à base de milho, com capacidade de processamento até 934 mil toneladas de milho/ano e capacidade de produção até 427 milhões de litros de etanol hidratado
11	Enviromix Sistemas Sustentáveis Ltda	SAN	Belém	PA	2.625.000,00	3.750.000,00	Implantação de uma Estação de tratamento de esgoto e produção de água de reuso para utilização no Aeroporto Internacional de Belém
12	VENTRI Ltda	SAN	Manaus	AM	25.000.000,00	50.000.000,00	Implantação e instalação uma UTER - Usina de Tratamento de Efluentes e Resíduos, ou ainda, uma planta biodigestora anaeróbica.
13	Dom Manoel Indústria e Serviços Ltda.	IND	Acará	PA	104.708.491,71	209.416.983,42	Implementação de uma planta industrial de usinagem de precisão e soluções tecnológicas para os setores de mineração, siderurgia, infraestrutura e energia.
14	ODR Health SPE S. A.	INF	Palmas	TO	150.375.523,00	300.751.046,00	Construção, gestão, operação e manutenção da infraestrutura do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina (HMMDR) em Palmas

15	Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.	INF	Água Boa, Canarana, Campinápolis e Paranatinga	MT	190.875.000,00	318.125.000,00	Concessão da exploração de trechos das rodovias MT-020 e MT-326, integrando 308 km de extensão, abrangendo a operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário
16	3S Imóveis e Participações Ltda	INF	Benevides	PA	28.565.443,00	40.977.776,00	Ampliar uma estrutura de câmara frigorífica para atendimento a demandas de armazenagem de produtos perecíveis e congelados e a expansão de um Centro de Distribuição (CD) voltado à linha seca, com foco no setor alimentício e varejo de grande escala
17	Fribel Comércio de Alimentos Ltda	INF	Marituba	PA	19.109.518,09	31.849.196,81	Implantação de um centro de distribuição com atuação nos segmentos de alimentos, perfumaria, frios e congelados, mercearia e bebidas não alcoólicas.
18	Carboxi Indústria e Comércio de Gases Ltda	IND	Manaus	AM	16.503.886,19	40.122.728,69	Expansão e modernização de sua planta atuam de produção de gases, visa ampliar a capacidade de produção e distribuição de Gases Industriais e Medicinais
19	Laboratório de Análises Clínicas Arnaldo Oliveira S.A.	SERV	Manaus	AM	13.772.924,00	34.432.312,04	Implementação de uma sede operacional e administrativa de laboratório de Análises Clínicas e aquisição de equipamentos
20	Farmaplus Saúde Comércio de Medicamentos Ltda	INF	Manaus	AM	5.050.000,00	10.100.000,00	Implantar em Manaus - Amazonas, um Centro de Distribuição de Medicamentos e Produtos Médico-Hospitalares, com infraestrutura logística moderna
21	ACR Transportes e Comércio de Grãos Ltda	IND	Balsas	MA	67.378.761,17	166.448.980,86	Implantação de uma Unidade armazenadora agros sustentável integrada a uma Esmagadora de Soja, expansão da frota própria de caminhões e a instalação de uma Usina de Energia Solar.
TOTAL					1.298.151.739,62	3.546.850.543,06	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

Quadro 8 – Projetos aprovados em 2025

Nº	Empresa	Setor	Município	UF	Recursos (Em R\$ mil)		Objetivo
					FDA	Total	
01	Transmissora Amapar II SPE S.A.	INF	Laranjal do Jari/Macapá	AP	49.000	357.308	Construção, operação e manutenção das instalações de linha de transmissão 230 kV Laranjal do Jari - Macapá III C1, circuito simples, com extensão aproximada de 217 km, com origem na Subestação Laranjal do Jari, Laranjal do Jari/AP e término na Subestação Macapá III
02	SPARTA 300 SPE S.A.	INF	Silves	AM	200.000	3.254.286	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 590 MW de capacidade instalada (UTE Azulão II)
03	Agronorte Logística e Agronegócio Ltda.	IND	Bom Jesus do Tocantins	TO	14.469	36.172	Construção e Instalação de Unidade de Recepção, Beneficiamento e Armazenamento de Grãos com capacidade estática de 38.400 toneladas
TOTAL					263.469	3.647.766	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

As 21 (vinte e uma) consultas prévias aprovadas em 2025 totalizaram uma demanda aproximada de R\$ 1,3 bilhão em recursos do FDA. No mesmo exercício, três projetos foram aprovados pelos agentes operadores, somando R\$ 263,47 milhões em financiamentos do Fundo, conforme detalhado no Quadro 10.

Do montante aprovado, destaca-se o valor de R\$ 200 milhões destinado ao projeto da Sparta 300 SPE S.A., referente à solicitação de complementação de recursos, formulada pela empresa nos termos do art. 11 do Decreto nº 10.053/2019 e do art. 22 da Resolução Condell/Sudam nº 82/2019.

Os três empreendimentos contemplam setores estratégicos — infraestrutura de transmissão de energia, geração termelétrica e logística agroindustrial — distribuídos nos estados do Amapá, Amazonas e Tocantins, totalizando investimentos globais da ordem de R\$ 3,65 bilhões.

Em 2025, ocorreram 7 (sete) liberações de recursos do FDA para 5 (cinco) projetos, totalizando o valor aproximado de R\$ 1,850 bilhão, conforme Quadro 9.

Quadro 9 – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

Nº	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (R\$ mil)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2025	Saldo a liberar	
01	Equatorial Transmissora 7 SPE	PA	INF	291.919	12.721	0,00	Duas Linhas de Transmissão e uma subestação
02	Azulão I Geração de Energia	AM	INF	625.968	93.817	382.101	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 360 MW de capacidade instalada movida a gás natural.
03	Azulão I Geração de Energia	AM	INF	625.968	200.509	181.591	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 360 MW de capacidade instalada movida a gás natural
04	Companhia Energética Amazonense S.A.	AM	INF	499.811	166.388	172.051	Implantação de uma UTE em Ciclo Combinado movida a Gás Natural que gerará, aproximadamente, 162,9 MW.
05	Transnorte Energia S. A.	AM/RO	INF	1.700.000	800.000	900.000	Duas Linhas de Transmissão e uma subestação
06	Companhia Energética Amazonense S.A	AM	INF	499.811	172.051	0,00	Implantação de uma UTE em Ciclo Combinado movida a Gás Natural que gerará, aproximadamente, 162,9 MW.
07	SPARTA 300 SPE S.A.	AM	INF	1.000.000	405.673	94.327	construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 590 MW de capacidade instalada (UTE Azulão II)
TOTAL				4.117.698	1.851.159	1.730.070	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM

Nota 1: Nos valores liberados não estão incluídos os 2% de remuneração da Sudam.

Nota 2: Os valores referentes aos recursos do FDA destinados às empresas Azulão I Geração de Energia (itens 2 e 3) e Companhia Energética Amazonense S.A. (itens 4 e 6) representam operações vinculadas aos mesmos empreendimentos. Assim, cada valor é considerado apenas uma vez no total consolidado apresentado no quadro, evitando duplicidade na soma geral.

Programação e Execução das Despesas

Demonstração dos saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores relacionados ao FDA

No exercício de 2025, foram empenhados R\$ 268.738.163,35, correspondentes a aproximadamente 15,65% da dotação orçamentária do período. Como não houve liquidação nem pagamento, o montante empenhado foi integralmente inscrito em Restos a Pagar Não Processados.

Quadro 10 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total								
Unidade Orçamentária: FDA				Código UO: 53202			UGO: 533008	
DESPESAS DE CAPITAL (valores em R\$ 1,00)								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		RP Não Processados	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
5- Inversões Financeiras								
66- Concessões Empréstimos e Financiamentos	268.738.163,35	3.263.807.624,94	0,00	674.599.216,70	0,00	674.599.216,70	268.738.163,35	2.589.208.408,24

Fonte: SIAFI

A seguir, apresenta-se o quadro de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores. Dos saldos de Restos a Pagar Não Processados de 2022 e 2023 que ainda restavam, foram pagos R\$ 313.189.436,18 e cancelados R\$ 186.473.746,55, não restando saldo a pagar no final de 2025. Quanto aos RPNP de 2024, cujo saldo inicial era de R\$ 2.589.208.408,24, foram pagos R\$ 1.676.994.718,30, restando um saldo a pagar de R\$ 912.213.689,94 para os exercícios seguintes.

Quadro 11 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores					
Restos a Pagar Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2025	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2025
	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2025	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2025
	2022	14.175.122,09	12.975.797,08	1.199.325,01	0,00
	2023	485.488.060,64	300.213.639,10	185.274.421,54	0,00
	2024	2.589.208.408,24	1.676.994.718,30	0,00	912.213.689,94

Fonte: SIAFI

Desafios e Ações Previstas

As principais dificuldades detectadas para realização dos objetivos do FDA e sua adequada operacionalização, no exercício de referência, foram:

- Governança insuficiente acerca das ações e decisões da competência do Condell/Sudam;
- O desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA, inclusive quanto às áreas prioritárias para implantações dos projetos de empreendimentos passíveis de serem beneficiados, assim como outros importantes aspectos relacionados aos encaminhamentos dos pleitos.
- Baixo interesse de potenciais Agentes Operadores em operar com recursos oriundos do FDA.
- Ausência de ferramentas informatizadas de controles, ainda em desenvolvimento, aliada à falta de capacitação específica dos poucos servidores lotados nas unidades regimentalmente responsáveis pelas análises e pelas tratativas necessárias aos atos de gestão do FDA, por parte da Sudam, em processos de alta complexidade com expressivos valores envolvidos.

Dentre os desafios remanescentes e ações previstas para os próximos exercícios, elencam-se as ações pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, quais sejam:

- Habilitação de instituições financeiras a operar com recursos do FDA;
- Realização de ações de divulgação do FDA;

- Alteração e simplificação da Resolução nº 82, de 2019 – o regulamento do FDA;
- Normatização, alteração e simplificação das normas de procedimentos relacionados ao FDA;
- Aprimoramento e sistematização dos procedimentos para monitoramento e controle de projetos já financiados.

3.6.1.3. Fundo Constitucional do Norte – FNO

Além do FDA, a Sudam compartilha com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR o papel de gestora do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, exercido por meio do seu Conselho Deliberativo.

As atribuições da Sudam relacionadas ao FNO são divididas entre três Coordenações-Gerais, duas pertencentes à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN, a Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA e Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI; e uma pertencente à Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI, a Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN.

No que se refere ao acompanhamento do FNO, a definição de um modelo de relatório trimestral de acompanhamento da aplicação dos recursos, com base em indicadores selecionados e que visam monitorar aspectos críticos da atuação do BASA como agente operador, caracterizou um importante passo no sentido de se instituir na Sudam esta rotina de acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, fazendo com que a Autarquia aperfeiçoe seu papel na gestão compartilhada do instrumento.

Resultados Operacionais

No exercício de 2025, foi elaborado o Parecer Conjunto SUDAM/MIDR nº 05/2025-CGAVI/DPLAN, aprovado pela Resolução Dicol/Sudam nº 1.610, de 12 de dezembro de 2025, o qual se baseou nos dados contidos no Relatório das Atividades Desenvolvidas e nos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) elaborado pelo Banco da Amazônia, referente ao exercício de 2024.

Analisando as contratações no exercício de 2024, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO financiou um total de 35.348 empreendimentos na região, totalizando R\$ 13,5 bilhões em financiamentos. Em comparação com 2023, observou-se uma elevação de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões de reais nos valores contratados pelo FNO. Importante destacar que o setor rural, em 2024, correspondeu a aproximadamente 66% do total, enquanto em 2023 correspondeu a aproximadamente 75%. Além disso, em termos de operações contratadas, ao comparar os anos de 2024 com 2023, houve um aumento de 3.476 contratos. O setor rural teve um aumento de 833 operações, enquanto o setor não rural teve um aumento de 2.643 operações.

Tabela 10 – Contratações FNO 2023 e 2024

Contratações	2024		2023	
	Valores (R\$ bilhões)	Operações	Valores (R\$ bilhões)	Operações
Setor Rural	8,9	27.411	8,3	26.578
Setor Não Rural	4,6	7.937	2,9	5.294
Total	13,5	35.348	11,2	31.872

Fonte: Banco da Amazônia, Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO/2023 e 2024.

Em 2024, o FNO contemplou todos os 07 (sete) Estados da Região Norte, sendo o Pará o estado com maior número de operações de crédito contratadas, 15.411, o que representa 43,60% do total. Rondônia ficou em segundo lugar, com 9.623 operações (27,22%), e o Tocantins em terceiro, com 4.208 operações (11,90%), conforme tabela 11.

A demanda pelo crédito nos estados foi influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais se destacam o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de uma infraestrutura logística eficiente, a melhor estruturação das atividades produtivas, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a identificação de oportunidades para investimentos e negócios sustentáveis, além da potencialidade do mercado local.

Tabela 11 – Contratações FNO 2024 por UF

UF	Operações Contratadas			
	Quantidade	Percentual	Valor (R\$ Milhões)	Percentual
AC	2.344	6,63%	651.11	4,82%
AM	2.342	6,63%	1.188,97	8,80%
AP	732	2,07%	167,71	1,24%
PA	15.411	43,60%	4.061,29	30,06%
RO	9.623	27,22%	3.026,87	22,41%

RR	688	1,95%	1.149,46	8,51%
TO	4.208	11,90%	3.263,51	24,16%
Total	35.348	100%	13.508,91	100%

Fonte: Banco da Amazônia, Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO/2024.

O exercício de 2024 alcançou o maior valor de contratações da história do Banco da Amazônia, superando o exercício de 2021. Além disso, os valores programados do FNO triplicaram em comparação ao período de 2017, e sua aplicação quadruplicou em relação a esse mesmo período, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Evolução da Aplicação do FNO – Previsto x Contratado 2017 - 2024

Operações Contratadas			
Exercícios	Previsto (R\$ Milhões)	Contratado (R\$ Milhões)	Consecução (%)
2017	4.600,00	2.905,90	63%
2018	5.141,00	4.610,00	90%
2019	9.311,90	7.670,90	82%
2020	7.728,83	10.485,97	136%
2021	8.628,20	12.497,80	145%
2022	11.156,90	11.866,52	106%
2023	12.996,34	11.233,33	86%
2024	13.322,03	13.508,91	101%

Fonte: Banco da Amazônia, Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO/2024.

Em relação ao atendimento às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudam para o período de 2024, definidas através da Resolução Condel/Sudam nº 107, de 4 de agosto de 2023, apresenta-se a tabela a seguir:

Tabela 13 – Atendimento de Diretrizes do FNO em 2024

Indicador (%)	Avaliação	Diretrizes Atendidas
Meta > 100%	Superada	15
95% < Meta < 100%	Atingida	0
80% < Meta > 95%	Satisfatoriamente atingida	1
50% < Meta > 80%	Parcialmente atingida	2
Meta < 50%	Não atingida	2

Fonte: CGAVI/DPLAN/SUDAM

As informações e os resultados sobre o FNO, referentes ao exercício de 2025, serão disponibilizados no Relatório de Gestão da Sudam de 2026.

Programação Financeira de 2026

No final de 2025, o Condel/Sudam aprovou a programação financeira do FNO para o exercício de 2026, na qual estão previstos recursos da ordem de R\$ 17.209 milhões. A nova programação financeira contempla a destinação de parte desses recursos para atender às prioridades definidas pelo Condel/Sudam nos exercícios de 2024 e 2025.

Entre as novas diretrizes incorporadas, destacam-se a alocação de R\$ 120 milhões para a implementação de planos integrados de desenvolvimento sustentável em municípios do arquipélago do Marajó, no estado do Pará, e no arquipélago do Bailique, no estado do Amapá. Adicionalmente, estão previstos R\$ 120 milhões para a elaboração e execução de planos integrados de desenvolvimento em outras quatro áreas estratégicas: terras indígenas, no estado de Roraima; região do Lago de Tucuruí, no Pará; Vale do Juruá, no Acre; e Baixo Tocantins/Microrregião de Cametá, também no Pará.

Constam ainda na programação financeira do FNO recursos no montante de R\$ 1,36 milhão destinados ao Programa de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia (PDCTIA), recentemente instituído pela Sudam. O programa tem como objetivo contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia Legal, por meio do fortalecimento do ecossistema regional de ciência, tecnologia e inovação. Busca-se, com isso, orientar e alavancar ações estruturantes capazes de promover a melhoria das condições de vida de populações historicamente negligenciadas, tais como povos originários, comunidades tradicionais, mulheres e agroextrativistas.

A programação financeira de 2026 do FNO também traz a possibilidade de repasse de recursos pelo agente financeiro do fundo, o Banco da Amazônia, para serem operados por instituições e entidades credenciadas (Bancos, Cooperativas de crédito, Agências de Fomento e Confederações

de Cooperativas de Crédito, Instituições de Crédito Federais - instituições operadoras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil), com orçamento previsto para aplicação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO Rural).

Avaliação do FNO

A avaliação dos impactos econômicos e sociais do FNO foi conduzida em conformidade com a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905/2022, que estabelece diretrizes para esse tipo de análise. Após processo licitatório iniciado pelo edital de Concorrência Eletrônica nº 01/2023, a Sudam firmou contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Avançadas (FIPE), autorizado pela Resolução Dicol/SUDAM nº 1088/2024, com valor global de R\$ 850 mil e vigência de 16 meses. Em 2025, foram realizados os pagamentos previstos no cronograma contratual e garantido o apoio institucional necessário para o trabalho de campo da equipe da FIPE, incluindo articulações com o Banco da Amazônia (BASA) para coleta de dados qualitativos nos municípios do Tocantins.

Ao longo do ano, a FIPE entregou os produtos referentes aos ciclos de análise e avaliação, que passaram por revisão técnica da Sudam. Entre as entregas, destacam-se estudos analítico-descritivos sobre a alocação dos recursos do FNO, avaliações de impacto econômico e social, análises de eficiência, eficácia e efetividade nos setores agropecuário, industrial e de serviços, bem como diagnósticos socioeconômicos dos estados do Acre, Pará e Rondônia. Dificuldades relatadas pela equipe de campo da FIPE motivaram a realização de reuniões adicionais entre a Sudam, o BASA e gerências locais, garantindo o avanço das atividades previstas no Termo de Referência.

Como parte do processo de transferência de conhecimento, foi realizado um Workshop virtual, com foco na apresentação das rotinas estatísticas e metodológicas utilizadas na avaliação. A conclusão dos produtos entregues em 2025 consolidou um conjunto robusto de análises que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão do FNO, oferecendo subsídios qualificados para o monitoramento, tomada de decisão e aprimoramento das políticas de desenvolvimento regional financiadas pelo Fundo.

Para o exercício de 2026, planeja-se divulgar os resultados da primeira avaliação de impacto do FNO, ciclo 2023-2024, e realizar a contratação do projeto de Avaliação do FNO para o ciclo 2025-2026.

3.6.1.4. Convênios e Transferências Voluntárias

Para coordenar as atividades relativas aos Convênios e Transferências Voluntárias, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Convênios e Instrumentos Congêneres – CGCON, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Obras e Serviços de Engenharia – CCOB e a Coordenação de Convênios de Aquisição e Custeio – CCAQ, além da Coordenação de Análise Financeira e Conformidade - CCON.

No exercício de 2025, foram celebrados 07 convênios, totalizando R\$ 5.944.629,00 em valores globais. Desse montante, R\$ 5.930.619,20 correspondem ao valor de repasse e R\$ 14.010,80 à contrapartida. Os instrumentos firmados beneficiarão diretamente os municípios de Macapá/AP, Rio Branco/AC, Brasília/AC e Xapuri/AC, contribuindo para o fortalecimento de ações locais e o desenvolvimento regional.

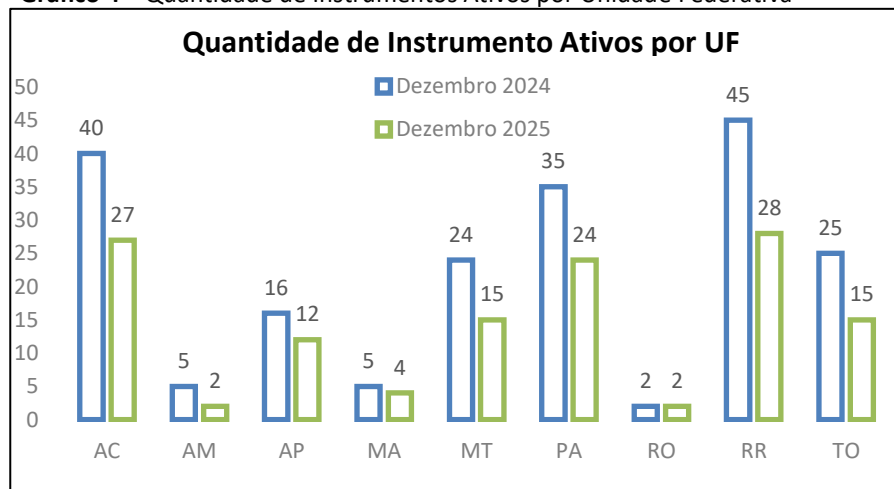
No exercício em referência, 52 instrumentos foram concluídos, totalizando o investimento na ordem de 157 milhões de reais, que beneficiaram a população dos Estados do Acre (10 convênios), Amapá (2 convênios), Mato Grosso (13 convênios), Pará (10 convênios), Rondônia (1 convênio), Roraima (13 convênios) e Tocantins (3 convênios).

As entregas realizadas contemplaram um amplo conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura urbana, rural e produtiva, incluindo obras de pavimentação, drenagem, calçamento, urbanização e revitalização de espaços públicos em diversos municípios, bem como a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, abastecimento de água, eletrificação rural, redes de transmissão e geração fotovoltaica. Houve ainda a construção de equipamentos comunitários — como praças, áreas recreativas, feiras, terminal rodoviário, passarela e estruturas de apoio ao produtor — e investimentos significativos na aquisição de maquinários, patrulhas mecanizadas agrícolas e veículos rodoviários, essenciais para o desenvolvimento local e para o apoio às atividades produtivas.

O estoque de convênios em execução reduziu 34,5% em relação a dezembro de 2024, chegando ao fim de 2025 com 129 ativos, sendo 44 ainda vigentes, conforme gráfico 4.

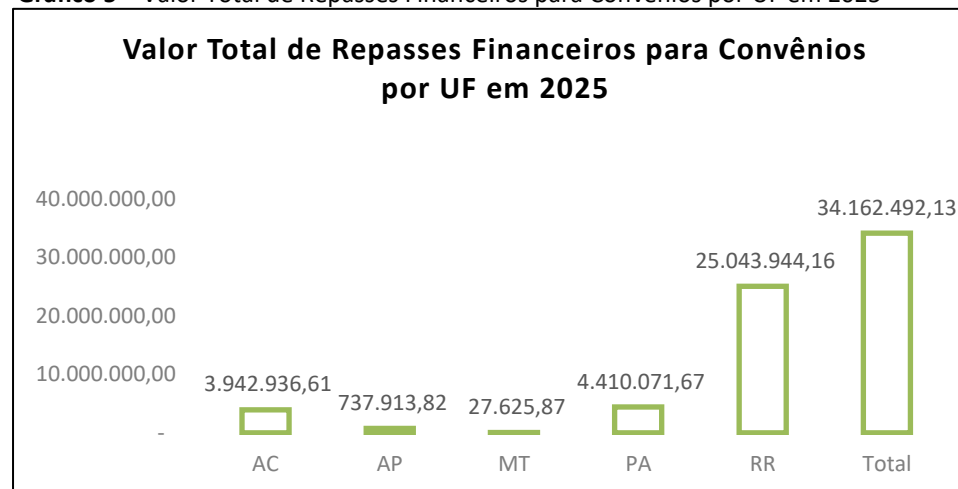
Ademais, no ano de 2025, foram realizados repasses financeiros para os instrumentos firmados em anos anteriores, somando o valor total de R\$ 34.162.492,13. No gráfico 5, são apresentados os valores por Estado da Federação.

Gráfico 4 – Quantidade de Instrumentos Ativos por Unidade Federativa



Fonte: CGCON/DPROS/SUDAM

Gráfico 5 – Valor Total de Repasses Financeiros para Convênios por UF em 2025



Fonte: CGCON/DPROS/SUDAM

Prestação de Contas de Convênios

Ao longo de 2025, foram analisadas 66 (sessenta e seis) prestações de contas de convênios. Desse total, 61 (sessenta e um) foram finalizadas no prazo pactuado de 8 (oito) meses após a última complementação ou solicitação respondida pelo conveniente, e apenas 5 (cinco) ultrapassaram tal período. Esse desempenho corresponde a aproximadamente 92% de cumprimento dos prazos estabelecidos, evidenciando elevada eficiência na condução dos processos de análise. Tal resultado assegura maior previsibilidade aos convenientes, reduz o acúmulo de demandas, fortalece a governança dos instrumentos de transferência e contribui diretamente para a melhoria da qualidade do gasto e da entrega de políticas públicas.

3.6.1.5. Planejamento Regional

3.6.1.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

Para coordenar as atividades relativas ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas – DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Planejamento Regional - CGPLA, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Elaboração de Planos e Programas - CPLA e a Coordenação de Estudos, Pesquisas e Estatísticas - CPES. Além disso, compõe a estrutura da DPLAN a Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento - CGAVI, responsável por coordenar as atividades relativas à avaliação do PRDA.

O PRDA 2024-2027 foi aprovado pelo Condel/Sudam através da Resolução nº 106, de 4 de agosto de 2023, passou por tramitação no MIDR e tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei nº 5787/2023. O Plano faz um diagnóstico da região e incorpora as demandas e os anseios da sociedade amazônica através dos programas e projetos necessários à transformação regional no curto, médio e longo prazo. Nele, a sociobiodiversidade ganha relevância como elemento de propulsão do desenvolvimento endógeno associado à ciência, tecnologia e inovação.

Em 2025, a execução da Agenda do PRDA 2024-2027 foi marcada pelo fortalecimento da governança, pela ampliação da articulação interfederativa e pela consolidação dos Planos Sub-regionais Integrados. Entre as ações centrais, destacaram-se o alinhamento interno das diretrizes e agendas do PRDA; a construção participativa de diversos planos integrados — incluindo Territórios Indígenas de Roraima, Lago de Tucuruí (PA), Vale do Juruá (AC), região Tocantina, Vale do Javari (AM) e entorno da BR-319 —, todos acompanhados de diagnósticos territoriais, escutas, seminários e validações técnicas. Essas iniciativas reforçaram o processo de territorialização do planejamento regional e aproximaram o PRDA das demandas sociais e dos instrumentos federais, como o PPA.

O ano também registrou avanços relevantes na cooperação interinstitucional, com participação ativa em agendas do MIDR e do MPO, construção das Agendas Transversais Territoriais, monitoramento das entregas pactuadas com ministérios e intensificação do diálogo com estados amazônicos. Na dimensão financeira e de projetos, ocorreram articulações com ministérios setoriais, instituições financeiras nacionais e internacionais e parceiros privados, ampliando as oportunidades de financiamento da carteira do PRDA. Houve ainda avanços significativos na atualização do Portal PRDA, ampliando a transparência e o acesso público aos conteúdos. O portal pode ser acessado por meio do link: <https://prda.sudam.gov.br/>.

Por fim, destacam-se iniciativas de governança e monitoramento, como a formalização do processo de elaboração do Relatório Anual de Monitoramento, o desenvolvimento do Pacto de Metas do PRDA aprovado pela Resolução Dicol/Sudam nº 1569/2025 e o acompanhamento das

diretrizes do FNO e FDA, definidas por meio de consultas públicas e plenárias nos estados. Essas ações reforçaram o papel do PRDA como instrumento estruturante para o planejamento regional e consolidaram sua integração com as políticas federais, estaduais e setoriais voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Atualmente, constam na Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 152 (cento e cinquenta e dois) projetos, distribuídos pelos 9 (nove) Estados da Amazônia Legal. Apresenta-se na tabela 14 a distribuição dos projetos na Carteira por Estado e o total de recursos necessários para a implementação.

Atento à PNDR, o PRDA 2024-2027 adota 6 (seis) eixos estratégicos: desenvolvimento produtivo; pesquisa, inovação e educação; infraestrutura econômica e urbana; meio ambiente; fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais. Na distribuição dos projetos por eixo, destacam-se o eixo de infraestrutura econômica e urbana com 57 (cinquenta e sete) projetos e o de desenvolvimento produtivo com 52 (cinquenta e dois) projetos.

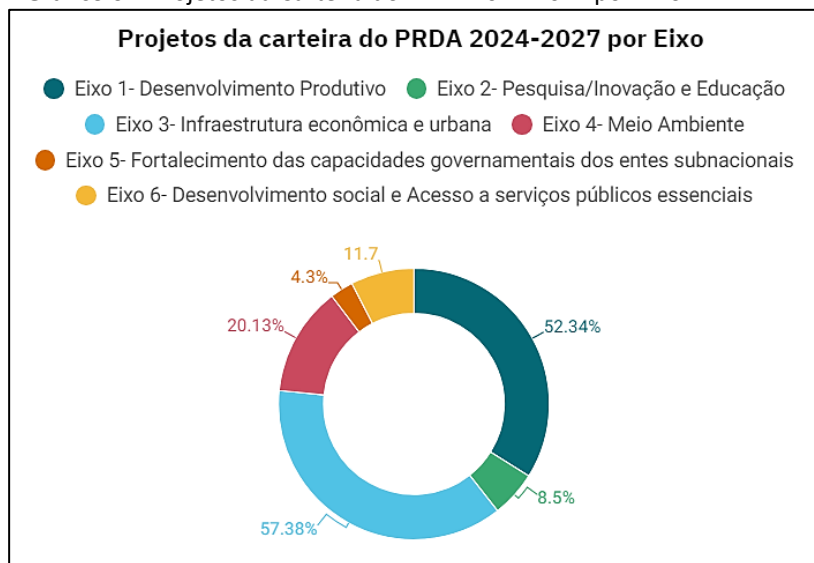
Apresenta-se no gráfico 6 a distribuição dos projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por eixo.

Tabela 14 – Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 por Estado e pelo Total de Recursos

Estado	Nº de Projetos	Total de Recursos
Acre	18	R\$ 792.143.317,75
Amapá	9	R\$ 628.491.709,36
Amazonas	42	R\$ 3.134.020.346,90
Maranhão	5	R\$ 615.333.362,00
Mato Grosso	3	R\$ 36.606.612,80
Pará	38	R\$ 1.232.116.914,69
Rondônia	8	R\$ 219.958.186,82
Roraima	18	R\$ 1.190.847.701,49
Tocantins	11	R\$ 196.818.442,16
Total	152	R\$ 8.046.336.593,97

Fonte: CGPLA/DPLAN/SUDAM

Gráfico 6 – Projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por Eixo



Fonte: CGPLA/DPLAN/SUDAM

Para auxiliar nos trabalhos de articulação em prol de parcerias que possam viabilizar a execução dos projetos da carteira do PRDA, a Sudam elaborou cartilhas que apresentam os projetos priorizados pelos estados amazônicos. As cartilhas podem ser acessadas por meio do link: <https://prda.sudam.gov.br/cartilhas-projetos.php>.

3.6.1.6. Desenvolvimento Sustentável

Para coordenar as ações relativas ao desenvolvimento sustentável, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, da qual fazem parte a Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – CASP e a Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – CAPI.

A seguir, apresenta-se quadro com os projetos apoiados em 2025:

Quadro 12 – Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2025

Projeto	Executora	Valor Aplicado	Objetivo Estratégico Vinculado	Resultados/Impactos Esperados
Inovação e tecnologias de impacto social para a cadeia de valor do babaçu na Amazônia Maranhense	Embrapa Maranhão	R\$ 626.280,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; Proteção da Biodiversidade; 	<p>Resultados Esperados: Desenvolver e transferir tecnologias de impacto social para o aproveitamento integral do babaçu; protocolos de boas práticas de produção e processamento; capacitação de técnicos e produtores; formação de agentes multiplicadores.</p> <p>Impactos Esperados: Engajamento de mulheres e jovens; geração de renda e valor social agregado, por meio do desenvolvimento de novos produtos e processos, a partir do aproveitamento integral dos elementos presentes no coco babaçu.</p>
Promover o desenvolvimento sustentável nas regiões estratégicas da Pan-Amazônia por meio da implementação e disseminação de práticas agroecológicas inovadoras, voltadas à conservação dos recursos naturais e ao fortalecimento da base produtiva local, contribuindo para a geração de renda	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	R\$ 1.140.670,30	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da Biodiversidade; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação. 	<p>Resultados Esperados: Implementação de estruturas laboratoriais e unidades experimentais voltadas à análise de solos e fruteiras, ao desenvolvimento de tecnologias baseadas em inteligência artificial e geotecnologias para espécies nativas e sistemas produtivos, bem como à implantação de um laboratório multifuncional associado à produção sustentável de cogumelos em sistemas agroflorestais.</p> <p>Impactos Esperados: Ampliação da capacidade institucional de geração de conhecimento e inovação voltados ao desenvolvimento sustentável da região; interiorização da pesquisa científica e o fortalecimento dos Núcleos de Apoio à Pesquisa do INPA nos estados do Acre, Pará e Rondônia.</p>
Implantação da biofábrica de plantas medicinais do IEPA, em Macapá-AP	Instituto de Pesquisas Científicas e	R\$ 990.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da Biodiversidade; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; 	<p>Resultados Esperados: implantar e operar uma biofábrica de micropropagação para produção contínua e padronizada de mudas de plantas medicinais, com qualidade fitossanitária e rastreabilidade.</p>

	Tecnológicas do Estado do Amapá		<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação” - por contribuir com a formação de massa crítica e com o desenvolvimento tecnológico. 	Impactos Esperados: rastreabilidade de mudas à Farmácia do IEPA; produção contínua, qualificada e sustentável de plantas medicinais amazônicas; práticas agrícolas sustentáveis e resilientes; redução de custos e pressões ambientais.
Instituir um processo integrado de pesquisa científica e produção de mudas sadias de mandioca, banana e abacaxi, mediante a revitalização e adequação do Laboratório de Biotecnologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	R\$ 720.519,20	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da Biodiversidade; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação” - por contribuir com a formação de massa crítica e com o desenvolvimento tecnológico. 	<p>Resultados Esperados: ampliar a produção de mudas sadias de 30 mil para 500 mil/ano com a revitalização do Laboratório de Biotecnologia do IEPA e viveiros; conservar a etnovarietades da mandioca; capacitar 30 técnicos e 300 agricultores; e, implantar Unidades de Experimentação e manual técnico.</p> <p>Impactos Esperados: segurança alimentar, renda e fortalecimento da cadeia produtiva, por meio da instituição de um processo integrado e cíclico de produção e cultivo de clones de banana, abacaxi e mandioca, visando o melhor rendimento, a avaliação da eficiência da produção massal e o resgate de germoplasma de mandioca.</p>
Aquisição de Equipamentos para o município de Brasiléia/AC	Município de Brasiléia/AC	R\$ 259.900,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; 	<p>Resultados Esperados: ampliação da capacidade de atendimento às comunidades rurais, melhoria do preparo de áreas agrícolas e a conservação de ramais.</p> <p>Impactos Esperados: aumento da produtividade, redução de custos operacionais, fortalecimento da agricultura familiar e melhoria do escoamento da produção no município de Brasiléia/AC</p>
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas para o Município de Xapuri/AC	Município de Xapuri/AC	R\$ 260.200,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; 	Resultados Esperados: ampliar a capacidade de atendimento às comunidades rurais, melhorar o preparo de áreas agrícolas.

				Impactos Esperados: contribuir para o aumento da produtividade, redução de custos operacionais, fortalecimento da agricultura familiar e melhoria do escoamento da produção.
Capacitação socioprofissionalizante e aquisição de kits empreendedor para fins de atividade profissional das participantes das capacitações - Projeto Força Mulher	Sebrae/AP	R\$ 500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; 	<p>Resultados Esperados: Oportunizar a 700 mulheres dos municípios do Amapá, Cutias, Macapá, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Tartarugalzinho, Laranjal do Jarí, Pracuuba e Oiapoque a geração de renda e o sustento familiar, por meio do empreendedorismo, capacitando-as e financiando com equipamentos aquelas que concluírem os cursos profissionalizantes nas temáticas ofertadas.</p> <p>Impactos Esperados: Fomentar o empreendedorismo de mulheres em situação de vulnerabilidade social, valorizando seus dons, talentos e a cultura local, bem como contribuir para sua autonomia econômica.</p>
Implantação de Microestações de Tratamento de Água	Estado do Amapá	R\$ 2.000.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios. 	<p>Resultados Esperados: Atendimento de habitações ribeirinhas que se encontram isoladas, com água tratada para uso geral e/ou para consumo humano.</p> <p>Impactos Esperados: Redução dos problemas vivenciados pelas populações ribeirinhas da região ribeirinha do município, no que se refere à utilização de água potável.</p>
Aquisição Maquinário	Município de Rio Branco/AC	R\$ 1.200.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; 	<p>Resultados Esperados: dotar o município de maquinário adequado para execução de obras e serviços de reestruturação de estradas vicinais.</p> <p>Impactos Esperados: melhoria contínua da infraestrutura rural, fortalecimento da economia local e redução de evasão rural.</p>
Ordenamento territorial para o desenvolvimento regional: capacitação e fomento ao turismo de base comunitária e construção de roteiros por atingidos por barragem no município de Babaçulândia – TO	Universidade Federal do Norte de Tocantins	R\$ 200.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; 	<p>Resultados Esperados: organização do turismo de base comunitária; constituição de trilhas turísticas temáticas; constituição de material impresso e digital para divulgação das trilhas turísticas de base comunitária; e quatro pesquisas de iniciação científica com tema sobre o município.</p> <p>Impactos Esperados: geração de renda, afirmação de laços comunitários através da apropriação de paisagens, memórias e preservação de saberes e fazeres.</p>

Oferta de Curso Lato Sensu em Governança Pública para servidores públicos municipais e estaduais, e ações de governança com foco nos 16 municípios do Amapá	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)	R\$ 442.646,00	<ul style="list-style-type: none"> • Formular estratégias para o desenvolvimento regional; • Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 	<p>Resultados Esperados: Fomentar a cultura de planejamento e governança em instituições públicas municipais e estaduais.</p> <p>Impactos Esperados: Mitigar desigualdades e impulsionar o crescimento regional.</p>
---	---	-------------------	--	--

Fonte: DPROS/SUDAM

Ainda no âmbito da estruturação e dinamização das atividades produtivas, a Sudam tem inovado em seus processos organizacionais para cumprir sua competência institucional de promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Entre as ações implementadas em 2025, destaca-se a realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 9005/2024, voltado à contratação de máquinas e equipamentos destinados à construção civil, à agricultura e à pesca artesanal para doação a entes e entidades públicas, com vigência até o final do exercício de 2026.

A condução do referido pregão reforça o compromisso da Sudam de apoiar investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica e social, inovação tecnológica e iniciativas de desenvolvimento regional. A celebração de contratos de aquisição e doação de máquinas e equipamentos, via Termo de Doação, tem efeitos diretos na elevação da produtividade e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, ao proporcionar mecanização adequada, redução do esforço físico, diversificação produtiva e adoção de práticas sustentáveis. Os resultados esperados incluem otimização de recursos públicos, ampliação do acesso tecnológico, redução de custos de produção e aumento da competitividade dos pequenos produtores. Alinhado ao objetivo estratégico de promover o uso sustentável dos recursos naturais, o projeto totalizou R\$ 886.400,00 e beneficiou os municípios de Palestina, Piçarra, Brejo Grande do Araguaia e São Domingos do Araguaia, todos situados na Região de Integração do Carajás/Pequena Região de Marabá, no Estado do Pará.

Adicionalmente, no âmbito das ações de cooperação técnica internacional, foi empenhado o valor de R\$ 339.714,50 destinado ao Projeto BRA/21/005, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A iniciativa possui caráter estratégico por contribuir diretamente para o fortalecimento da capacidade técnica e institucional da Sudam, ampliando sua eficiência na formulação, gestão e monitoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Os resultados esperados incluem o aprimoramento dos instrumentos de planejamento, a produção de estudos estratégicos e o avanço no ordenamento territorial da Amazônia Legal. Tais entregas estão alinhadas ao objetivo estratégico de formular estratégias para o desenvolvimento regional.

No exercício de 2025 foram finalizados os seguintes projetos:

- **Projeto:** Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros (*Platonia insignis* Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó. **Executora:** Embrapa Amazônia Oriental. **Resultados alcançados:** capacitação de 97 produtores, extensionistas e técnicos da mesorregião do Nordeste Paraense em 2025, em Manejo de Bacurizeiros, nos municípios de Bujaru, Augusto

Corrêa e Bragança; lançamento do livro “Bacuri: extrativismo, manejo e plantio”; inscrição das pesquisas com o bacurizeiro, na Arena AgriTalk; recebimento de 20 protótipos da máquina quebradeira de fruto de bacuri.

- **Projeto:** Desenvolver sistemas sustentáveis de produção, junto aos produtores familiares do Estado do Amazonas, por meio do uso de práticas agroecológicas e produção orgânica, visando promover a conservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, geração de renda e a segurança alimentar nutricional. **Executora:** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. **Resultados alcançados:** capacitação de 180 agricultores assentados da reforma agrária, populações tradicionais, técnicos e estudantes em 4 municípios; implantação de Unidade Demonstrativa (UD) de Abacaxi (100%), Açaí (100%), Milho (100%), Guaraná (33%) e Banana (20%); e melhoria na qualidade do solo.
- **Projeto:** Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a produção sustentável de camarões por comunidades ribeirinhas do município de Mazagão (Amapá) e Arquipélago do Marajó - Afuá (Pará). **Executora:** Centro de Pesquisa Agroflorestal do Amapá - CPAF. **Resultados Alcançados:** 1ª Conferência Estadual do Camarão-da-amazônia e Oficina de capacitação sobre o manejo pesqueiro; Oficina para Diagnóstico Participativo.
- **Projeto:** Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a sustentabilidade da bioeconomia do açaí de várzea em comunidades ribeirinhas da região do Bailique (Distrito de Macapá/AP) E Afuá (Pará). **Executora:** Centro de Pesquisa Agroflorestal do Amapá - CPAF. **Resultados Alcançados:** publicação de trabalho no Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER; padronização e avaliação de bebida fermentada de açaí denominada “açaí tinto”; publicação técnica “Boas Práticas de Fabricação do Açaí tinto”

A partir das iniciativas voltadas à captação de fontes complementares de financiamento para o desenvolvimento local e o fortalecimento da infraestrutura regional, a Sudam recebeu, no exercício de 2025, o montante de R\$ 7.299.390,00. Esses recursos são provenientes de crédito da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), nº 60110001, alocados na Ação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado. O repasse ocorreu por meio da celebração de dois Termos de Execução Descentralizada firmados com a Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR), destinados à promoção de ações voltadas ao desenvolvimento produtivo, especialmente por meio da aquisição de motores, máquinas e equipamentos.

A execução contemplou dois projetos complementares. O primeiro destinou R\$ 5.299.390,00 para a aquisição de motores, máquinas e equipamentos voltados à melhoria da infraestrutura básica rural e urbana, beneficiando diretamente produtores dos municípios de Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Macapá, Oiapoque, Porto Grande, Pedra Branca, Pracuúba e Vitória do Jari, no estado do Amapá. O segundo projeto, no valor de R\$ 2.000.000,00, atendeu os municípios de Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri, Rio Branco, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá e Mâncio Lima, no estado do Acre. Ambos os projetos foram executados pela Sudam, enquanto unidade descentralizada, e pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MIDR), como unidade descentralizadora. Os dois convergem para o mesmo objetivo estratégico: promover o uso

sustentável dos recursos naturais, com ênfase na adoção de tecnologias ambientalmente adequadas, gerando como impacto esperado a melhoria da infraestrutura básica rural e urbana e o fortalecimento da capacidade produtiva dos produtores locais.

Desafios e Ações Previstas

Os principais desafios para 2026 decorrem dos efeitos da liberação tardia e do bloqueio das dotações orçamentárias em 2025, que comprometeram a execução de projetos, afetaram o planejamento do exercício seguinte e a relação com parceiros devido à instabilidade na disponibilização de recursos. A morosidade administrativa nos trâmites de descentralização também trouxe riscos de inexecução orçamentária, como demonstrado pela devolução de valores por insuficiência de prazo para empenho.

Além disso, a redução contínua do quadro de servidores permanece como obstáculo relevante, resultando em acúmulo de funções, lentidão nos fluxos internos, risco de falhas procedimentais e atraso na análise de projetos e repasse de recursos, o que impacta diretamente o desenvolvimento regional. Entre os desafios estratégicos para mitigação desses riscos destacam-se a recomposição da força de trabalho, a automação de etapas processuais e a revisão e simplificação de fluxos internos para assegurar maior eficiência institucional.

Os próximos passos previstos para 2026 são:

- Continuidade do Programa “Conexão Amazônia”, com expansão territorial e, principalmente, a aplicação prática dos diagnósticos elaborados via cooperação internacional, transformando dados em ações estruturantes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Instrução dos processos em tempo hábil para execução integral do orçamento de 2026;
- Elaboração da Estratégia de Fomento de APL’s, no âmbito do Acordo PCT SUDAM – PNUD BRA/21/005;
- Elaboração do Edital de Chamamento Público para captação de projetos relacionados aos setores produtivos;
- Aprovação do Regulamento para aplicação dos recursos do 1,5% do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA;
- Operacionalização dos recursos do 1,5% do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, mediante seleção e aprovação dos projetos de pesquisa e inovação;
- Implementação e monitoramento do PDCTIA – Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia.

3.6.2. Gestão

3.6.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

Para coordenar as atividades relativas à Gestão Orçamentária e Financeira na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No que concerne à gestão orçamentária e financeira, em 2025, a Sudam apresentou o desempenho sob as diferentes perspectivas apresentadas a seguir.

Dotação Orçamentária: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Finalísticas

A tabela a seguir apresenta a disponibilidade orçamentária da Sudam no exercício fiscal de 2025. É possível identificar que, do total de R\$ 1.787.340.317,08, a maior parte do orçamento, cerca de 96%, corresponde à dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

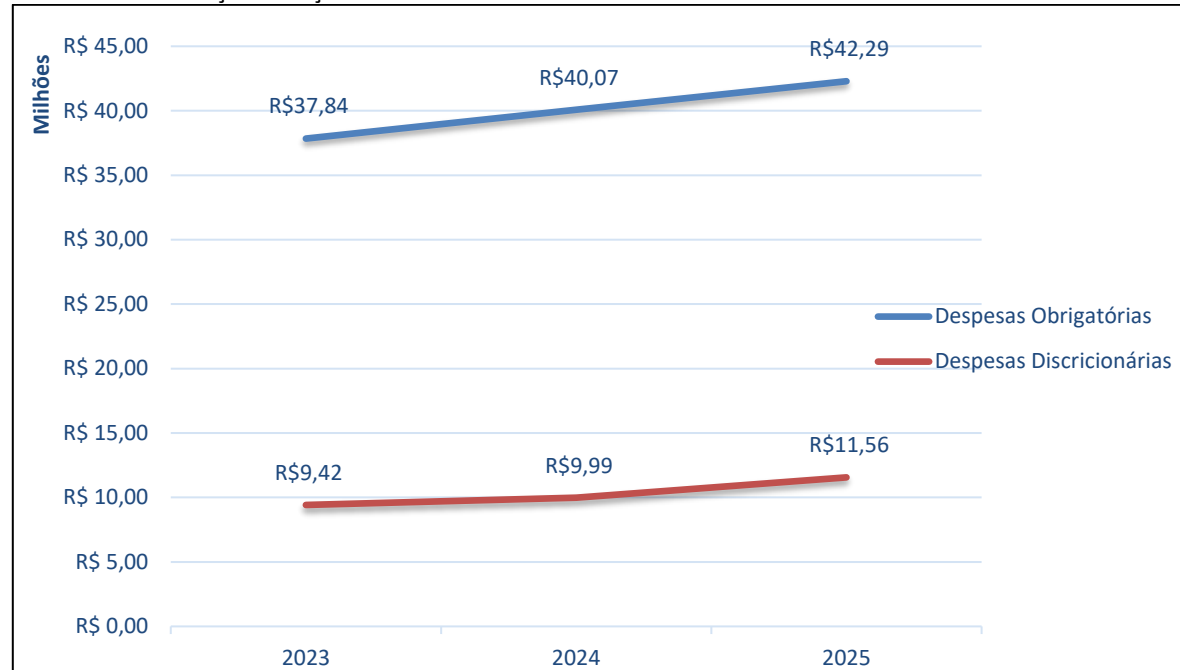
Tabela 15 – Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2025

Tipo	Valor	Percentual
Despesas Obrigatórias	R\$ 42.289.087,00	2,37%
Emendas Parlamentares	R\$ 7.821.795,08	0,44%
Finalístico	R\$ 8.837.803,00	0,49%
Administrativo Discricionário	R\$ 11.559.556,00	0,65%
FDA	R\$ 1.716.832.076,00	96,05%
Total	R\$ 1.787.340.317,08	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2025, a dotação orçamentária da Sudam para Despesas Obrigatórias (salários, benefícios etc.) e para despesas discricionárias do administrativo (administração da unidade, tecnologia da informação e capacitação) apresentou ligeira alta, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2023 a 2025



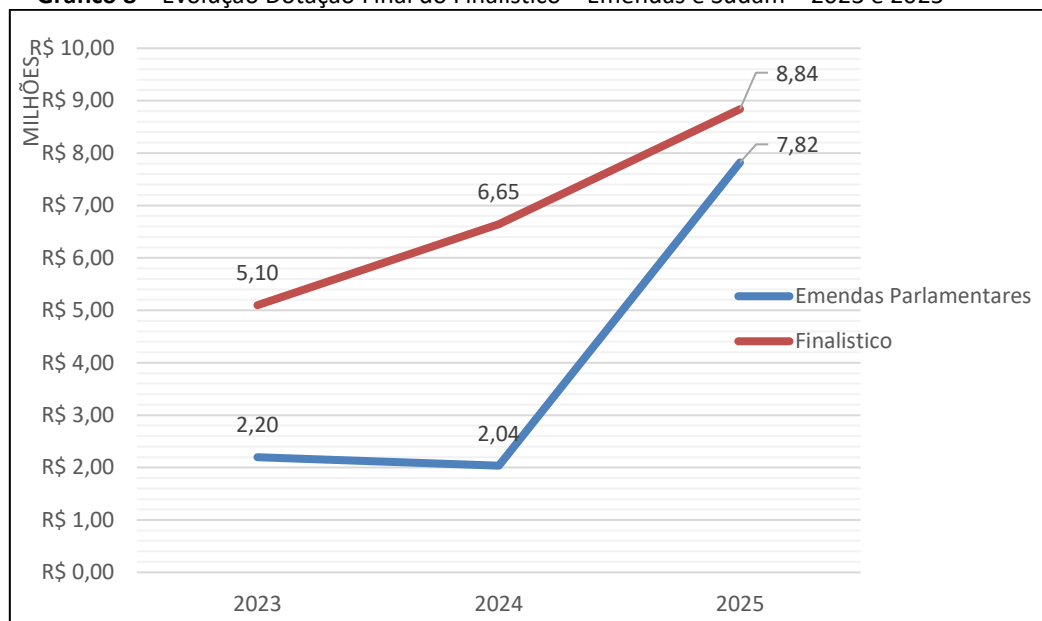
Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito das ações finalísticas, a dotação orçamentária da Sudam apresentou trajetória de crescimento entre 2023 e 2025, atingindo R\$ 8,84 milhões no último exercício, conforme gráfico 8.

As emendas parlamentares destinadas a despesas finalísticas registraram redução até 2024, voltando a crescer em 2025, quando totalizaram R\$ 7,82 milhões.

Ressalta-se que esta análise contempla exclusivamente as emendas voltadas às atividades finalísticas, não incluindo aquelas destinadas a despesas administrativas.

Gráfico 8 – Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam – 2023 e 2025



Fonte: Tesouro Gerencial

Financeiro em 2025

No que diz respeito ao volume financeiro aplicado na conta contábil 111110206 - Recursos da Conta Única Aplicados, a Sudam apresentou melhora considerável no volume de recursos aplicados, conforme observa-se na Tabela 16.

De 2016 a 2025, houve um aumento de 87,31% no volume financeiro aplicado. Entre 2016 e 2018, no entanto, o volume aplicado caiu 7%, retomando a trajetória de alta a partir de 2019, quando voltaram a ser liberados financiamentos do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, do qual, a cada liberação, 2% é direcionado à Sudam como forma de remuneração pela gestão do fundo.

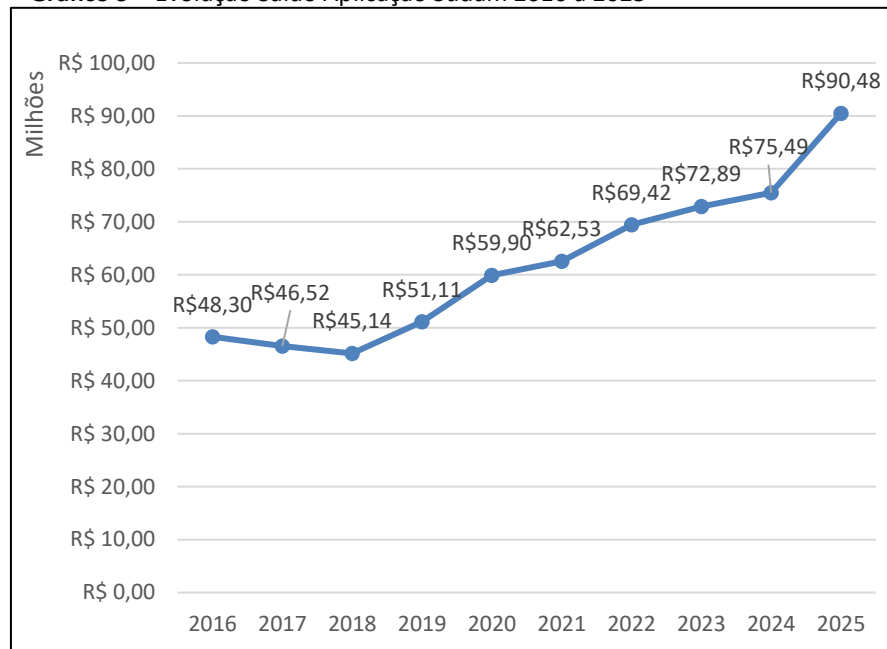
Ressalta-se que os dados apresentados na Tabela 16 referem-se ao período até 31/12/2025, cuja apuração somente pôde ser auferida após 10/01/2026, quando apresentada pelo sistema SIAFI a rentabilidade dos últimos dez dias do ano de 2025.

Tabela 16 – Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2025

Ano	Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados	Varição Percentual Anual
2016	R\$ 48.300.707,93	-
2017	R\$ 46.524.478,65	-4%
2018	R\$ 45.144.007,74	-3%
2019	R\$ 51.111.591,67	+13%
2020	R\$ 59.897.395,03	+17%
2021	R\$ 62.528.850,76	+4%
2022	R\$ 69.420.886,20	+11%
2023	R\$ 72.891.226,77	+5%
2024	R\$ 75.493.221,59	+3%
2025	R\$ 90.476.737,29	+19,84%

Fonte: Siafi

Gráfico 9 – Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2025



Fonte: Tesouro Gerencial

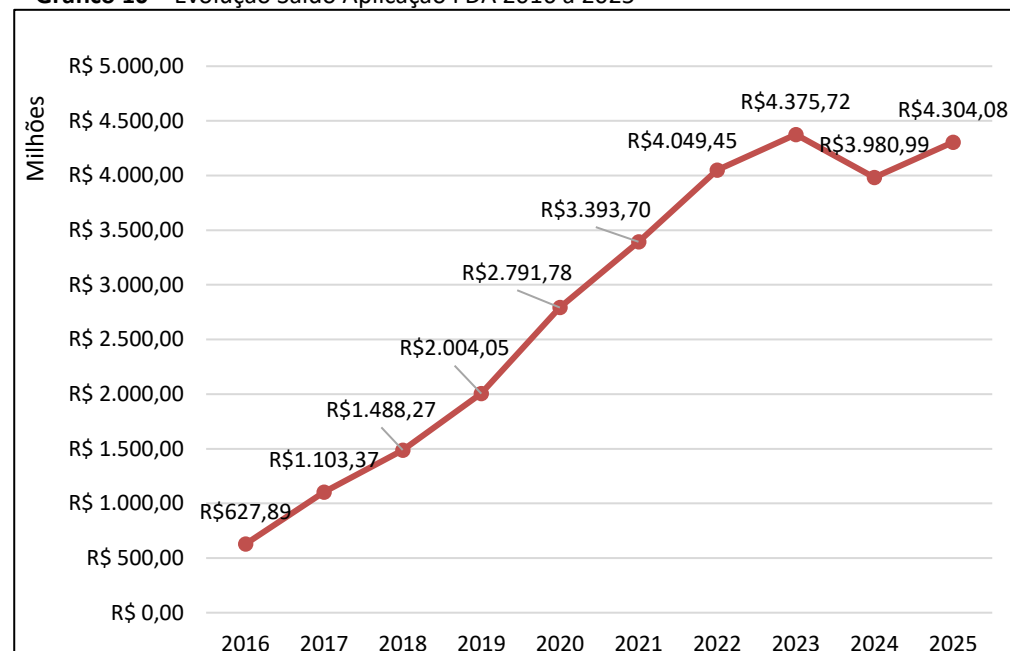
O saldo de aplicações financeiras do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia a Sudam apresentou considerável melhora no período de 2016 a 2025, conforme tabela 17. Em 2016, eram cerca de R\$ 627 milhões aplicados. Até 2025, o saldo financeiro havia aumentado 585%, para mais de R\$ 4,3 bilhões.

Tabela 17 – Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2025.

Ano	Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados	Variação Percentual Anual
2016	R\$ 627.890.687,33	-
2017	R\$ 1.103.371.528,73	+76%
2018	R\$ 1.488.271.741,59	+35%
2019	R\$ 2.004.049.408,63	+35%
2020	R\$ 2.791.776.266,43	+39%
2021	R\$ 3.393.695.334,86	+22%
2022	R\$ 4.049.445.146,36	+19%
2023	R\$ 4.375.718.646,73	+7%
2024	R\$ 3.980.988.796,86	-9%
2025	R\$ 4.304.083.739,05	+8,12%

Fonte: Siafi

Gráfico 10 – Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2025



Fonte: Siafi

Execução Orçamentária

Há diferentes formas de classificar o orçamento da Sudam. Para este relatório, o orçamento está classificado em três partes: Administrativo Obrigatório, que contempla despesas como folha de pagamentos e auxílios a servidores; Administrativo Discricionário, que consiste em despesas administrativas de caráter discricionário, como energia elétrica, água e auxílio moradia, por exemplo; e Finalístico, cuja disponibilidade orçamentária advém de emendas parlamentares e orçamento da própria Sudam para despesas de caráter finalístico, como convênios para obras em municípios.

A tabela a seguir demonstra a evolução do orçamento da Sudam entre 2023 e 2025 nas três classificações orçamentárias acima descritas e do FDA. Houve aumento na dotação orçamentária para despesas administrativas obrigatórias de 11,76%, para despesas do administrativo discricionário de 22,71% e para despesas do finalístico de 128,31%, incluindo emendas parlamentares no finalístico. As despesas do finalístico incluem disponibilidades consignadas à Sudam, mas não incluem destaques orçamentários recebidos e concedidos. A dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia apresentou tendência de alta de 110% entre 2023 e 2025.

Tabela 18 – Evolução Orçamentária de 2023 a 2025 (R\$).

Ano	2023			2024			2025		
	Orçamento	Dotação Atualizada	Despesas Pagas	Orçamento	Dotação Atualizada	Despesas Pagas	Orçamento	Dotação Atualizada	Despesas Pagas
Administrativo Obrigatório	37.839.512,00	36.454.986,48	33.187.595,52	40.067.876,00	39.228.526,12	35.501.229,85	42.289.087,00	40.152.214,50	37.109.757,90
Administrativo Discricionário	9.420.359,96	9.409.280,17	4.113.533,35	9.986.607,00	9.982.786,93	5.275.842,85	11.559.556,00	11.527.637,48	5.605.287,93
Finalístico	7.297.003,00	7.271.892,03	1.978.109,70	8.775.960,36	8.750.538,04	2.892.358,68	16.659.598,08	16.591.854,39	868.741,00
FDA	815.906.253,00	638.488.060,64	0,00	3.264.763.288,00	3.263.807.624,00	674.599.216,70	1.716.832.076,00	268.738.163,35	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Os dados de comprometimento orçamentário do administrativo obrigatório acima não consideram um total de R\$ 483.200,13 de orçamento descentralizado à Sudam por outras Unidades Gestoras referentes ao rateio do espaço físico utilizado. Os dados do rateio não foram contabilizados nos exercícios anteriores. Além disso, também não está contabilizado na tabela acima um total de R\$ 1,5 milhão de emenda parlamentar individual consignada ao Administrativo da Sudam em 2024, dotação considerada atípica e que não deve se repetir nos próximos exercícios.

Em compensação, no finalístico, os orçamentos descentralizados à Sudam por emendas parlamentares foram contabilizados nos exercícios anteriores e nesse exercício. No total, a Sudam recebeu uma dotação de R\$ 2.129.862,36 no finalístico, número que aumentou para R\$ 6.621.795,08 em 2025. Os dados de comprometimento orçamentário acima também consideram descentralizações de crédito realizadas, informação que não consta em análises de dotação empenhada.

No que diz respeito à execução, a Sudam comprometeu em 2025 mais de 94% da disponibilidade orçamentária nas três diferentes classificações: Administrativo Obrigatório, Administrativo Discricionário e Finalístico, conforme observa-se na Tabela 19.

No Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, foi identificada alta volatilidade no percentual da dotação empenhado ano a ano. Em 2024, o percentual empenhado elevou-se de 78,26% para 99,97% e, em 2025, caiu para 15,65%.

Tabela 19 – Execução Orçamentária de 2023 a 2025

Ano	2023		2024		2025	
	Orçamento	% Comprometido	% Pago	% Comprometido	% Pago	% Comprometido
Administrativo Obrigatório	96,34%	87,71%	97,90%	88,60%	94,95%	87,75%
Administrativo Discricionário	99,88%	43,67%	99,96%	52,83%	99,72%	48,49%
Finalístico	99,66%	27,11%	99,71%	32,96%	99,59%	5,21%
FDA	78,26%	0,00%	99,97%	20,66%	15,65%	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

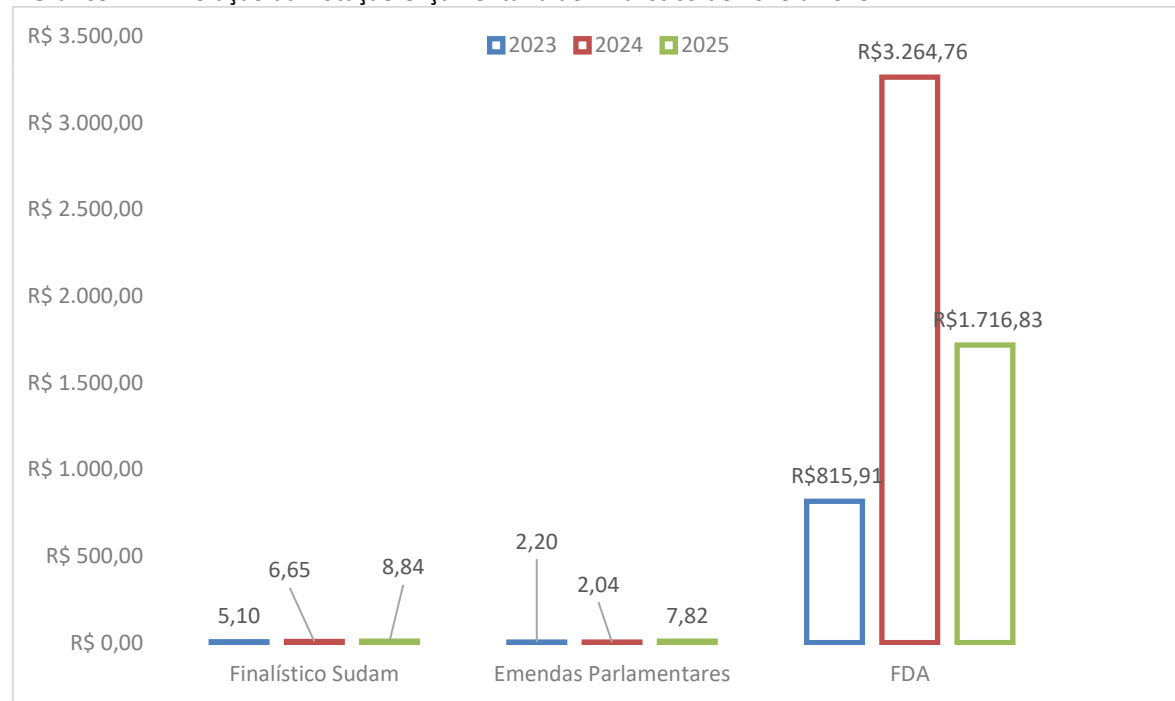
As despesas do Finalístico podem ainda ser segmentadas em: Finalístico Sudam, Emendas Parlamentares e Fundo do Desenvolvimento da Amazônia - FDA. Desta forma, para uma análise mais detalhada do período de 2023 a 2025, as despesas do finalístico foram divididas nestas três categorias.

O gráfico 11 evidencia uma ampliação significativa da disponibilidade orçamentária do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia entre 2023 e 2024, seguida de um recuo em 2025.

As consignações provenientes de emendas parlamentares apresentaram leve redução entre 2023 e 2024, voltando a crescer em 2025. Já a dotação destinada às ações finalísticas da própria Sudam registrou leve redução em 2024 e aumento em 2025.

Ressalta-se que na análise em questão não estão sendo consideradas emendas parlamentares consignadas para despesas administrativas da Sudam.

Gráfico 11 – Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico de 2023 a 2025

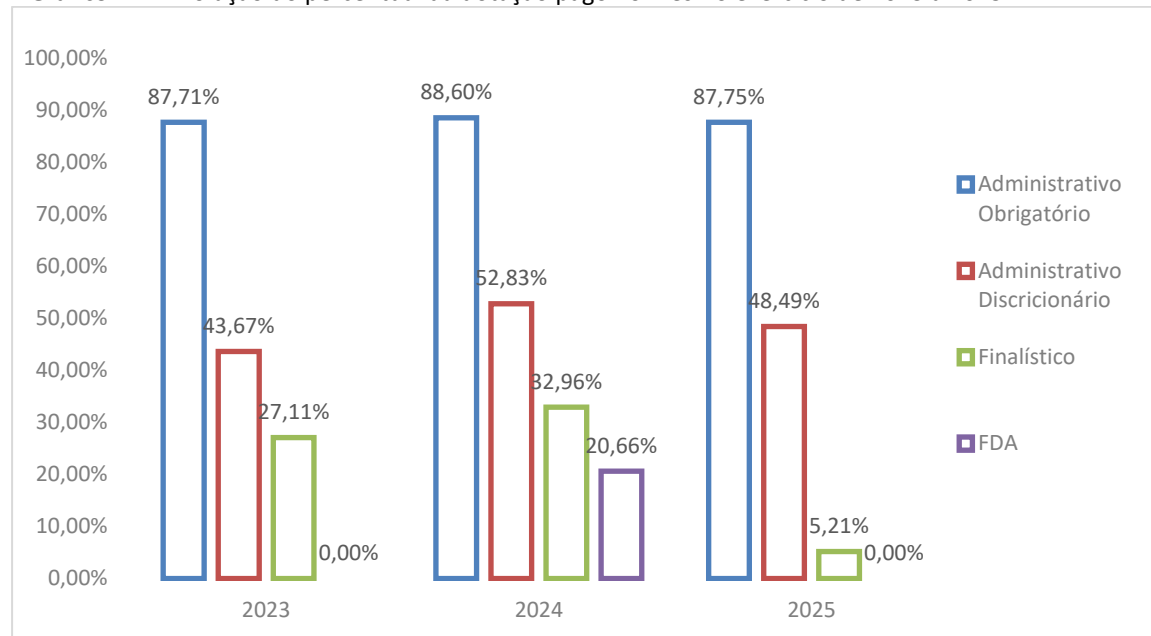


Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Financeira

Ao analisar a execução financeira do finalístico, incluindo emendas parlamentares, finalístico da própria Sudam e FDA, identifica-se que a maior parte das despesas é liquidada e paga em exercícios posteriores. No caso do FDA, apenas no exercício de 2024 as dotações orçamentárias do exercício tiveram também execução financeira, com 20,66%. No finalístico, em 2023 foi pago 27,11% da dotação orçamentária no mesmo exercício, 32,96% em 2024, e 5,21% em 2025.

Gráfico 12 – Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício de 2023 a 2025.



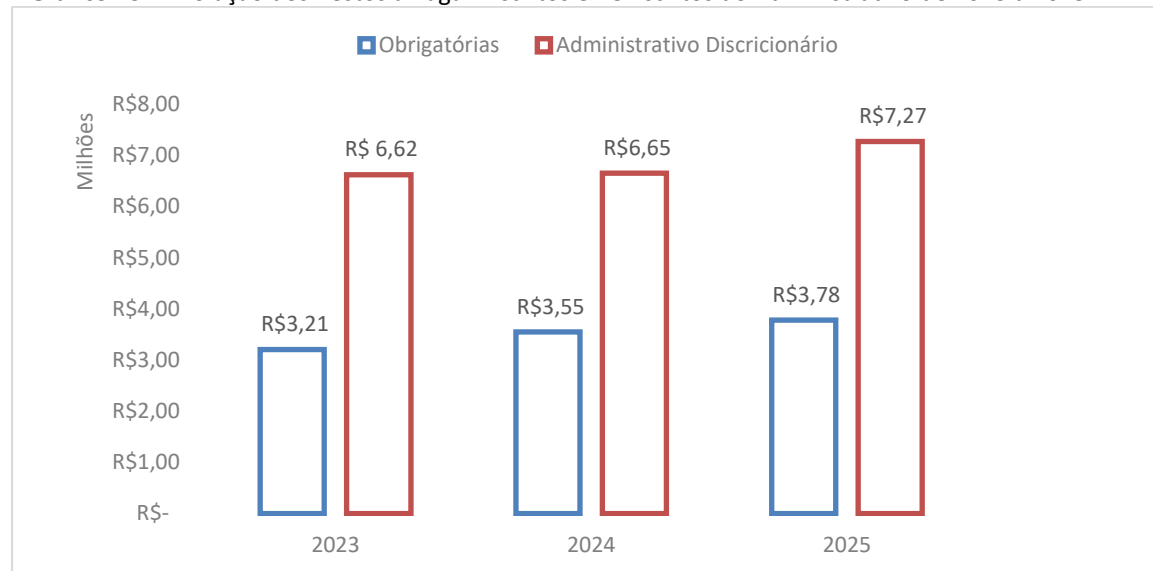
Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a Pagar

O não pagamento dos empenhos emitidos no mesmo exercício gera a inscrição destes em Restos a Pagar. Os Restos a Pagar são dotações orçamentárias de anos anteriores que não foram executadas, mas que podem ser pagas no futuro.

Em relação ao Administrativo, o volume inscrito em Restos a Pagar em Despesas Obrigatórias e em Despesas Administrativas Discricionárias aumentou no período entre 2023 e 2025. O gráfico a seguir não contempla Restos a Pagar de despesas finalísticas.

Gráfico 13 – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo de 2023 a 2025.

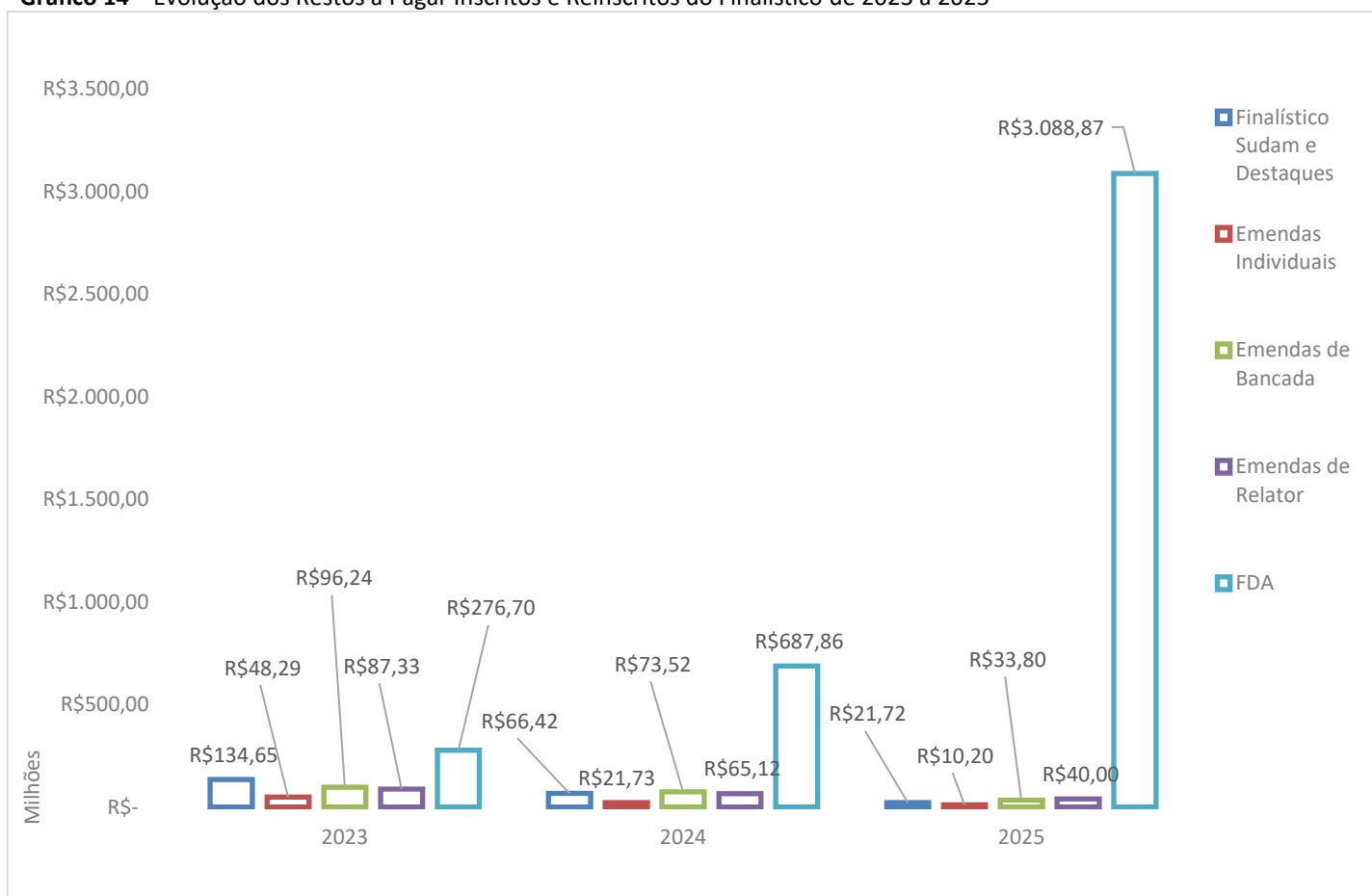


Fonte: Tesouro Gerencial

No período analisado, verificou-se uma redução contínua do volume inscrito em Restos a Pagar relacionados às despesas finalísticas da Sudam. Tanto os valores provenientes da dotação própria da Autarquia e de destaques orçamentários de outros órgãos, quanto aqueles oriundos de emendas individuais, de bancada e de relator, apresentaram queda progressiva ao longo dos três exercícios, ainda que com intensidades distintas entre as categorias. De modo geral, observou-se maior capacidade de execução das despesas finalísticas e redução gradativa dos compromissos postergados, evidenciando melhoria na gestão orçamentária e financeira.

Em sentido oposto, o comportamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) foi marcado por crescimento expressivo dos valores inscritos em Restos a Pagar ao longo do mesmo período. Esse aumento refletiu a ampliação significativa da dotação orçamentária do Fundo em determinado exercício, que resultou na inscrição de grande parte dos respectivos empenhos para execução nos anos subsequentes. Assim, enquanto as demais fontes apresentaram tendência de redução, o FDA registrou elevação marcante dos compromissos pendentes, modificando de forma substancial o perfil global dos Restos a Pagar da Autarquia.

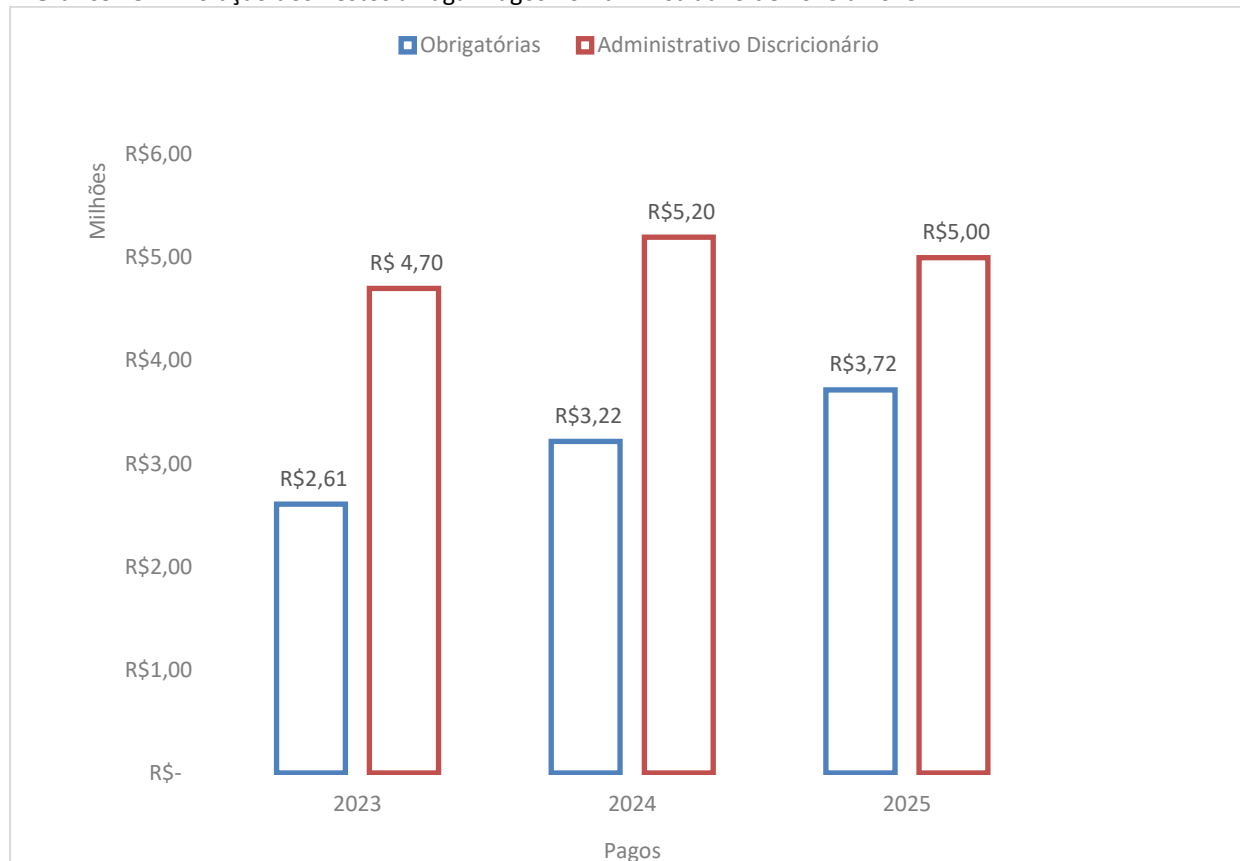
Gráfico 14 – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico de 2023 a 2025



Fonte: Tesouro Gerencial

Durante o período analisado, observou-se um crescimento gradual no volume de despesas obrigatórias pagas e originalmente inscritas em Restos a Pagar, evidenciando maior capacidade de execução dessas obrigações ao longo dos exercícios. No caso das despesas discricionárias — excluídas aquelas provenientes de emendas parlamentares destinadas a custeio administrativo — também houve incremento entre o primeiro e o segundo ano, seguido de uma leve redução no último exercício, indicando um comportamento mais estável e menos oscilante ao longo da série.

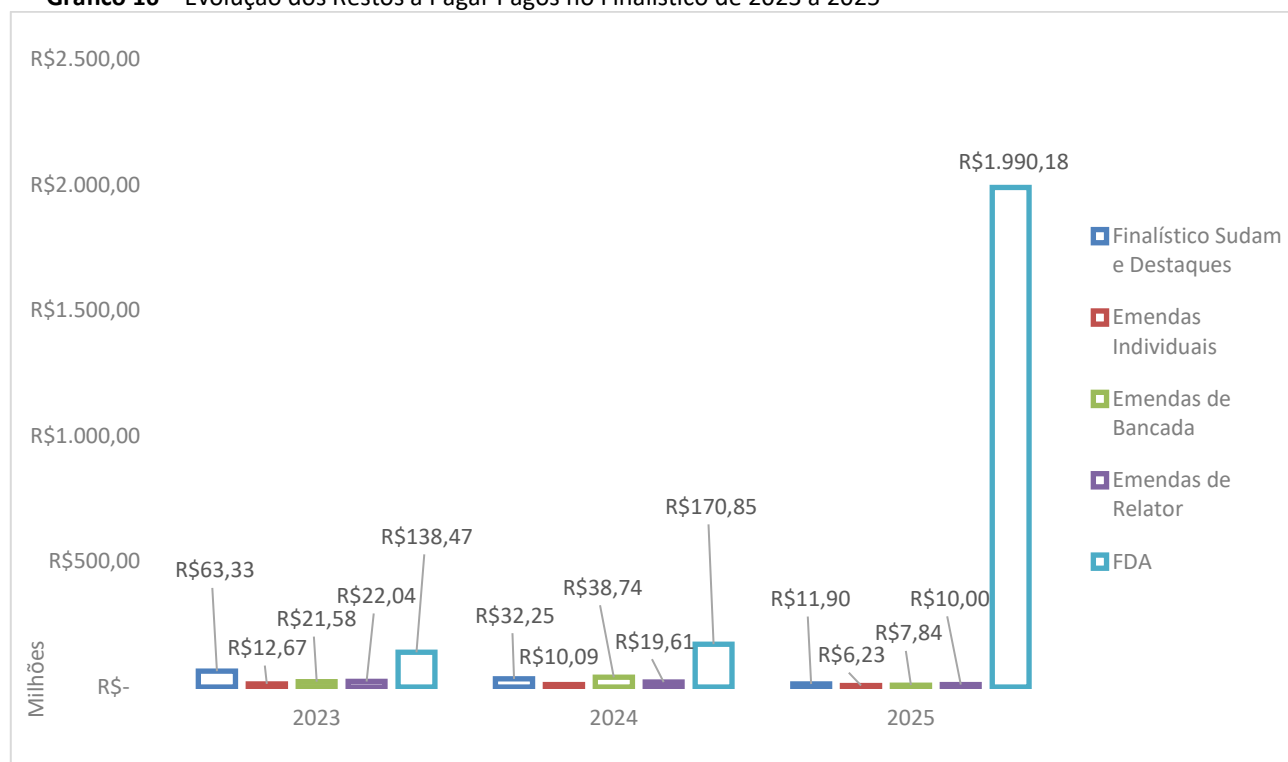
Gráfico 15 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos no Administrativo de 2023 a 2025.



Fonte: Tesouro Gerencial

No Finalístico, observou-se uma trajetória de redução nos pagamentos de Restos a Pagar ao longo do período. Nas dotações próprias da Sudam, compostas por destaques orçamentários de outros órgãos, emendas individuais, emendas de bancada e emendas de relator, os pagamentos apresentaram tendência de queda entre 2023 e 2025. Em sentido contrário, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia registrou aumento expressivo no volume liquidado e pago de dotações inscritas em Restos a Pagar no mesmo intervalo.

Gráfico 16 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos no Finalístico de 2023 a 2025



Fonte: Tesouro Gerencial

Principais metas alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Com base no orçamento administrativo discricionário, os dados demonstram que a Sudam atingiu a meta estabelecida no Planejamento Estratégico de executar, no mínimo, 95% de sua dotação orçamentária em 2025. O resultado foi de 99,72% no referido exercício, em linha com os valores alcançados em anos anteriores: 99,88% em 2023 e 99,96% em 2024. Assim, observa-se que a Sudam executou adequadamente o seu orçamento de 2025, mantendo o percentual empenhado em níveis bastante elevados.

O principal desafio para os próximos exercícios consiste em adequar o quadro de pessoal da unidade responsável pela gestão orçamentária e financeira da Sudam, considerando o seu quantitativo atual reduzido.

3.6.2.2. Gestão de Pessoas

Para coordenar as atividades relativas à Gestão de Pessoas na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Pessoal.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Sudam observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. As principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão de pessoas na Sudam são os seguintes:

- Resolução Dicol/Sudam nº 20, de 27 de dezembro de 2024, que trata da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional, no âmbito da Sudam;
- Resolução Dicol/Sudam nº 22, de 1º de fevereiro de 2018, que institui a Política de Gestão de Pessoas da Sudam;
- Resolução Normativa Dicol/Sudam nº 18, de 28 de junho de 2024, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o registro e controle de frequência dos servidores da Sudam;
- Portaria Sudam nº 37, de 02 de outubro de 2025, que trata do Programa de Gestão na Sudam;
- Registros dos atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no E-pessoal;
- Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Orientação dos servidores em relação a normas e procedimentos de gestão de pessoas por meio de ofícios circulares e outros instrumentos.

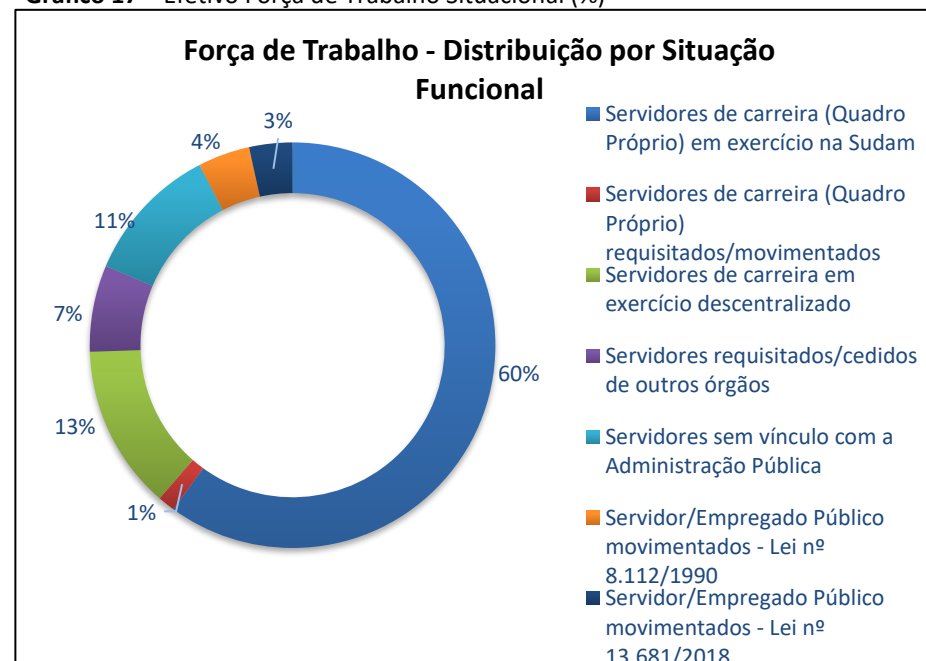
Avaliação da Força de Trabalho

Com relação à força de trabalho, atualmente a Sudam conta com o seguinte quadro funcional:

Tabela 20 – Efetivo Força de Trabalho

Categories	Quantidade
Servidores de carreira (Quadro Próprio) em exercício na Sudam	87
Servidores de carreira (Quadro Próprio) cedidos/requisitados/movimentados	2
Servidores de carreira em exercício descentralizado	19
Servidores requisitados/cedidos de outros órgãos	10
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	16
Servidor/Empregado Público movimentados - Lei nº 8.112/1990	6
Servidor/Empregado Público movimentados - Lei nº 13.681/2018	5
TOTAL	145

Fonte: SIAPE

Gráfico 17 – Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)

Fonte: SIAPE

Conforme Gráfico 17, é possível visualizar a força de trabalho da Sudam distribuída por situação funcional em percentuais.

Observa-se que 61% da Força de Trabalho da Sudam é composta por servidores de carreira do quadro próprio, embora 1% esteja requisitado ou movimentado para outros órgãos.

A seguir, apresenta-se a evolução da força de trabalho da Sudam desde 2014, conforme Tabela 21:

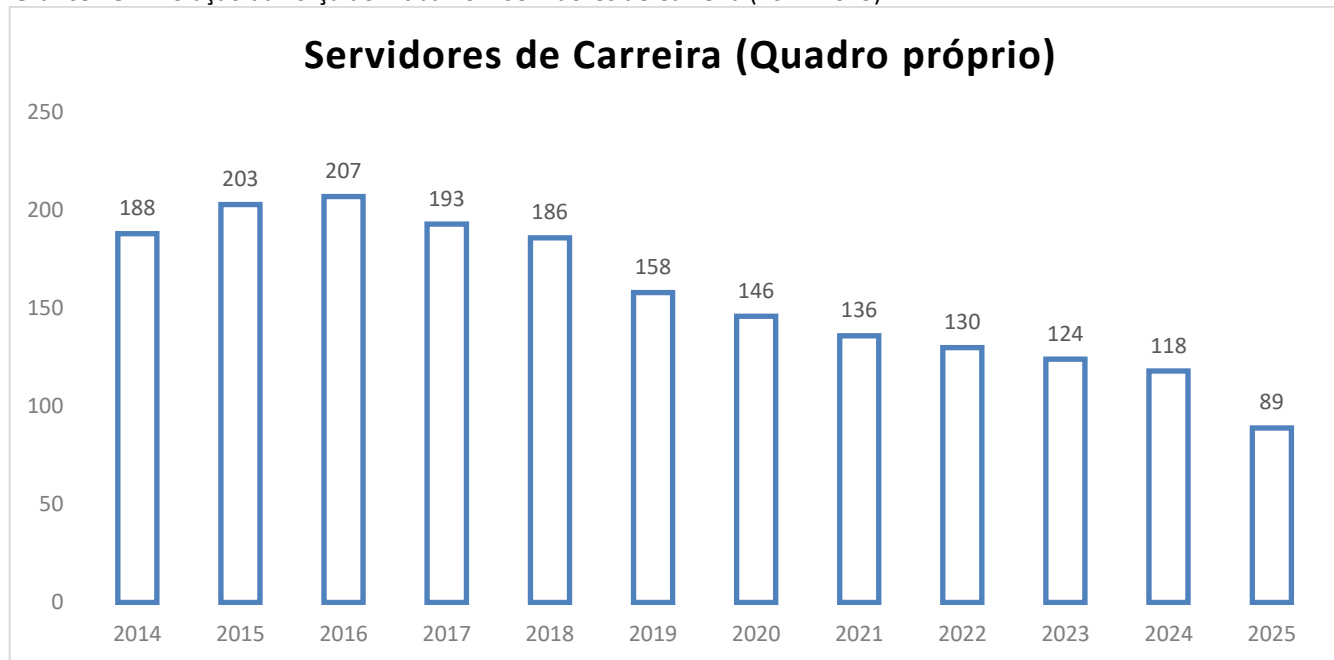
Tabela 21 - Evolução da Força de Trabalho (2014-2025)

Categoria	Quantidade por Ano											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Servidores de carreira (quadro próprio)	188	203	207	193	186	158	146	136	130	124	118	89
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	19
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	3	2	1	5	5	10	8	9	5	5	10	10
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	17	20	14	15	15	18	18	16	9	17	16	16
Empregados públicos / Servidores movimentados	0	0	0	9	7	5	4	5	6	5	9	11
TOTAL	210	227	224	224	215	193	178	168	152	153	155	145

Fonte: SIAPE

Entre 2014 e 2025, a Sudam registrou uma redução expressiva no quantitativo total de servidores, passando de 210 para 145, o que corresponde a uma queda aproximada de 31%. Essa diminuição é ainda mais acentuada no quadro próprio de servidores de carreira, cujo efetivo reduziu de 188 para 90 no período, representando perda superior a 52%. A trajetória descendente se intensifica a partir de 2018, marcada por aposentadorias sem recomposição, exonerações e outras movimentações funcionais, uma vez que não houve realização de concurso público que permitisse a reposição mínima da força de trabalho. Embora algumas categorias, como servidores cedidos e empregados públicos, tenham apresentado oscilações, esses ajustes pontuais não compensaram a perda do efetivo permanente, que constitui a base técnica essencial para o cumprimento da missão institucional.

Gráfico 18 - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2014-2025)



Fonte: SIAPE

A redução do quadro próprio é agravada pelas dificuldades em manter uma base sólida de profissionais de carreira, decorrentes da elevada rotatividade e da inexistência de uma carreira especializada que assegure condições remuneratórias compatíveis com carreiras estruturadas de outros órgãos federais. Esse contexto fragiliza a retenção do capital intelectual, repercutindo negativamente tanto nas atividades finalísticas quanto nas áreas meio, com impactos diretos sobre a governança institucional. A perda prematura de servidores também representa desperdício de investimentos em capacitação e de esforços despendidos na formação de equipes qualificadas.

No âmbito do fortalecimento do quadro funcional, a Sudam tem articulado, junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a descentralização de servidores ingressantes pelo CPNU e atualmente lotados naquele Ministério, de modo que possam exercer suas atividades na Autarquia. A iniciativa busca responder à elevada necessidade de pessoal para a execução de processos tanto das áreas finalísticas quanto das áreas de apoio, considerando o atual cenário de redução do quadro próprio e da ausência de recomposição da força de trabalho.

No que se refere à estrutura remuneratória, em 2025 a Sudam concluiu os estudos referentes à proposta de inclusão dos servidores das Superintendências de Desenvolvimento no Plano de Cargos da Suframa, a qual não obteve aprovação por parte do MGI. Diante dessa negativa, a Autarquia passou a atuar, de forma segmentada, junto ao MGI e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), considerando os diferentes perfis de cargos atualmente existentes:

- servidores de nível intermediário;
- servidores de nível superior em cargos em extinção;
- servidores de nível superior não contemplados pela carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais e de Gestão Governamental;
- servidores vinculados à Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos.

Essa abordagem busca construir alternativas que permitam adequar a estrutura remuneratória e ampliar a atratividade da Sudam, contribuindo para a retenção de servidores e para o fortalecimento da capacidade operacional necessária ao cumprimento de suas funções institucionais.

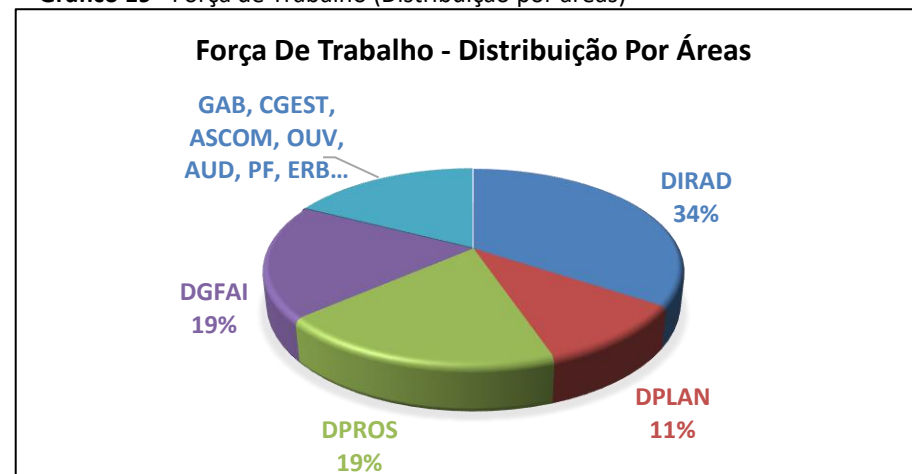
A seguir, apresenta-se a força de trabalho da Sudam distribuída por áreas:

Tabela 22 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).

Área	Unidades	Quantidade
ÁREA MEIO	DIRAD	49
	DPLAN	15
ÁREA FINALÍSTICA	DPROS	27
	DGFAI	27
ÁREA DE ASSESSORIA	GAB, CGEST, ASCOM, OUV, AUD, PF, ERB	25
TOTAL		143

Fonte: SIAPE

Gráfico 19 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)



Fonte: SIAPE

A seguir, apresenta-se a força de trabalho e a ocupação dos cargos de liderança da Sudam por gênero:

Tabela 23 - Força de Trabalho e Cargos de Liderança por gênero

Gênero	Força de Trabalho		Cargos de Liderança	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Feminino	57	39%	15	36%
Masculino	88	61%	27	64%

Fonte: SIAPE

Quanto aos servidores em condições de aposentadoria, destaca-se que 26% do quadro próprio estão de abono permanência, evidenciando o risco de comprometer as atividades desta Autarquia.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Durante o exercício de 2025, foram desenvolvidas ações de gestão de pessoas voltadas ao fortalecimento da capacidade operacional da Sudam, com foco na ampliação e recomposição da força de trabalho diante das demandas institucionais.

Nesse âmbito, foi formalizado pedido de autorização para realização de concurso público, visando ao provimento de 59 vagas para cargos efetivos do quadro próprio. O pleito encontra-se em análise no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Paralelamente, adotaram-se medidas administrativas destinadas a reforçar a força de trabalho de forma mais imediata. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- solicitações de redistribuição de servidores do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR);
- pedidos de cessão de servidores para ocupação de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE);
- movimentações para composição de força de trabalho;
- ingresso de servidores e empregados públicos reenquadrados com fundamento na Emenda Constitucional nº 98/2017, nos termos do art. 13 e parágrafos da Lei nº 13.681/2018, oriundos do antigo Território Federal do Amapá.

Como resultado dessas ações, registrou-se o ingresso de quatro novos servidores na Autarquia. Para apoio às atividades institucionais, a Sudam contou ainda com a atuação de 8 estagiários e com a manutenção de 77 postos de trabalho terceirizados de mão de obra exclusiva.

Detalhamento da Despesa de Pessoal Ativo

No que tange ao detalhamento da despesa de pessoal, houve ampliação das despesas com pessoal ativo e com aposentadoria e pensões civis em comparação com os exercícios anteriores (2023 e 2024). A despesa com aposentadoria e pensões civis foi impactada pela concessão de aposentadorias voluntárias e pensões civis em 2025. A despesa com ativos civis foi impactada pela progressão funcional e pela ocupação de cargos/funções vagos no exercício anterior.

Tabela 24 – Despesa com Pessoal (2023-2025).

DESPESA DE PESSOAL	2023	2024	2025
Aposentadoria e pensões civis	R\$ 9.561.566,08	R\$ 10.017.144,51	R\$ 11.302.865,38
Ativos civis	R\$ 19.139.940,76	R\$ 20.893.457,23	R\$ 21.526.504,49

Fonte: SIAPE

Estratégias de Valorização por Desempenho e Levantamento de Necessidades de Treinamento

A valorização das pessoas com foco na excelência da prestação de serviços constitui um dos objetivos estratégicos da Sudam, na perspectiva do aprendizado e crescimento, segundo o seu Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2025. Nessa perspectiva, a Sudam investe em ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, cujas temáticas estejam contempladas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, um dos instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, criada por meio do Decreto nº 9.991/2019, como estratégia de valorização dos servidores por desempenho, a fim de contribuir ao aperfeiçoamento e pleno desempenho de suas atribuições.

Na busca pela excelência na prestação dos serviços, a Sudam elaborou o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP para o exercício de 2025, visando o atendimento das necessidades de treinamento em conformidade às orientações do órgão central do SIPEC. As ações de desenvolvimento basearam-se nas necessidades de desenvolvimento registradas no Plano pelas unidades organizacionais, totalizando 77 demandas de capacitação, representando o esforço da organização pela efetividade das atividades, alinhadas com os objetivos estratégicos e com as metas globais.

No exercício de 2025, foram realizados oito cursos com ônus para a SUDAM, abrangendo temáticas relacionadas a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia, elaboração orçamentária, gestão de pessoas, gestão de materiais e almoxarifado, além de curso de língua estrangeira (inglês). A capacitação em idioma inglês teve como objetivo aperfeiçoar as competências comunicacionais dos servidores, considerando a participação institucional em eventos de caráter internacional, como a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30, realizada em novembro de 2025 nesta capital, entre outros eventos promovidos no período.

O investimento total da Autarquia em ações de capacitação — incluindo despesas com diárias e passagens — alcançou aproximadamente R\$ 176 mil.

De forma complementar, foram promovidos 27 eventos de capacitação sem ônus financeiro, que contaram com a participação de servidores da SUDAM. Somando-se as ações com e sem ônus, registraram-se 98 participações ao longo do exercício.

Apresenta-se, a seguir, os dados da execução do Plano referentes aos investimentos em capacitação e a quantidade de eventos realizados, demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 25 – Capacitações em 2025

Tipo de Evento	Número de Eventos Ofertados	Número de Participantes
Eventos de Capacitação com Custos	8	52
Eventos de Capacitação sem Custos	27	46
Total	35	98

Fonte: SIAPE

Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da Sudam foi inicialmente instituído na Autarquia em 2021. Atualmente, o Programa encontra-se regido pela Portaria Sudam nº 37, de 2 de outubro de 2025, que consolidou e atualizou suas diretrizes. O PGD-Sudam está alinhado ao marco regulatório nacional previsto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, na Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023, e em sua alteração pela Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGP-SRT/MGI nº 21, de 16 de julho de 2024. O Programa estabelece critérios e procedimentos voltados à gestão do desempenho e à organização do trabalho, assegurando conformidade normativa e foco nos resultados institucionais.

A Sudam utiliza o sistema PETRVS para a condução do PGD, ferramenta recomendada pelo MGI e adotada pela Autarquia sem qualquer ônus financeiro. Em 2025, 68 servidores participaram do PGD, sendo 21 na modalidade presencial, 46 em teletrabalho parcial e 1 em teletrabalho no exterior.

Ações Voltadas à Qualidade de Vida do Servidor

No exercício de 2025, a Sudam promoveu oito ações preventivas voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho, incluindo palestras educativas, aferição de pressão arterial, dosagem de glicemia e práticas de ginástica laboral. As iniciativas foram desenvolvidas em parceria com a GEAP Autogestão em Saúde e instituições conveniadas, registrando 175 (cento e setenta e cinco) participações de servidores.

Entre as ações realizadas, destacam-se campanhas e programações alusivas aos seguintes temas:

- ✓ Janeiro Branco – Saúde Mental;

- ✓ Março Amarelo, Azul-Marinho e Lilás;
- ✓ Abril Verde – Segurança e Saúde no Trabalho;
- ✓ Programação comemorativa em homenagem ao Dia das Mães;
- ✓ Palestra preventiva sobre câncer de pulmão;
- ✓ Setembro Amarelo – Um compromisso com a vida;
- ✓ Outubro Rosa – Prevenção ao câncer de mama;
- ✓ Novembro Azul – Conscientização sobre a saúde do homem.

Quanto aos Exames Médicos Periódicos (EMP), previstos no Convênio nº 01/2024 firmado entre a Sudam e a GEAP Autogestão em Saúde, não foi possível realizá-los no exercício de 2025. A suspensão decorreu do bloqueio e do contingenciamento de recursos orçamentários discricionários, adotados para mitigar riscos de insuficiência orçamentária e garantir a continuidade das atividades da Autarquia, em observância ao art. 206-A da Lei nº 8.112/1990.

Principais Metas não Alcançadas, Principais Desafios, Ações e Perspectivas para os Próximos Anos

No exercício de 2025, a principal meta não alcançada na área de gestão de pessoas refere-se à realização de concurso público destinado à recomposição da força de trabalho da Sudam. Entre os principais desafios identificados, destacam-se:

- A redução do quadro de servidores ativos, decorrente de aposentadorias, movimentações e exonerações;
- A necessidade de aprovação do Plano de Cargos e Carreiras, a ser construído em articulação com a Sudene e a Sudeco.

Para os próximos exercícios, a Sudam buscará enfrentar esses desafios por meio do fortalecimento do planejamento de pessoas, da ampliação da articulação institucional com os órgãos competentes e da adoção de medidas que garantam a continuidade das atividades essenciais e o fortalecimento da capacidade operacional da Autarquia.

3.6.2.3. Gestão de Licitação e Contratos

Para coordenar as atividades relativas à gestão de licitações e contratos na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Licitações e Contratos.

Conformidade Legal

O processo de trabalho relativo às atividades de licitações e contratos teve como base os pressupostos estabelecidos nas legislações vigentes em 2025, tais como a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Pregão eletrônico), o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a IN/SEGES/MPDG nº 05 de 2017 (Contratação de serviços), a IN SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019, a IN SEGES nº 73, de 5 de agosto de 2020, a IN SEGES nº 40, de 22 de maio de 2020, a IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, a IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, a Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, e os instrumentos de padronização dos procedimentos de contratação. A atuação nessas atividades acompanha as mudanças advindas na legislação.

A Sudam conta com Procuradoria Federal - PF, vinculada à Procuradoria-Geral Federal, que contribui para que os processos que tratam da matéria ganhem segurança jurídica, uma vez que a análise e o opinamento nos mesmos possibilitam ganhos na conformidade das contratações com as normas, principalmente com a legislação relativa a licitações e contratações públicas.

Além disto, a Auditoria-Geral contribui para melhoria da governança e gestão das aquisições de bens e serviços, bem como para a licitação e gestão dos contratos, quando dos trabalhos operacionais realizados nas áreas. A referida unidade orienta e solicita correções a fim de que todas as características, critérios e parâmetros exigidos sejam alcançados, contribuindo para conformidade e aperfeiçoamento da gestão.

Nas Licitações, adotam-se as listas de verificação instituídas pela Orientação Normativa SEGES/DELOG/MP nº 02, de 6 de julho de 2026. Os pregoeiros, a fim de racionalizar procedimentos, seguem a orientação de adotar as padronizações de minutas de editais da Advocacia-Geral da União relativo às licitações.

Em 2025, foi aprovada a Instrução Normativa Sudam nº 3/2025, que estabelece os procedimentos para a apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas decorrentes de irregularidades ocorridas durante processos licitatórios ou na execução de contratos administrativos, no âmbito da Sudam. A norma reforça junto às unidades internas a importância da observância rigorosa da legislação vigente e do fortalecimento da governança e da conformidade institucional.

Essa Instrução Normativa soma-se a outros instrumentos normativos elaborados com o objetivo de consolidar a conformidade legal no âmbito da Autarquia. Destaca-se, entre eles, a Instrução Normativa nº 2/2024, que dispõe sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 27 de outubro de 2022. Além disso, integra esse arcabouço a Norma de Pesquisa de Preços da Sudam, aprovada pela Resolução Normativa nº 11/ 2023, que orienta a realização de pesquisas de mercado de forma padronizada, transparente e alinhada às melhores práticas da administração pública.

Resumo dos Valores de Contratações:

As contratações concluídas em 2025 estão descritas na Tabela a seguir:

Tabela 26 – Resumo dos Valores de Contratações em 2025

Tipo	Quantidade	Valor (R\$)
Pregões - Sudam	6	1.773.329,14
Pregão – Adesão em Ata (SRP) - Carona	9	3.393.870,92
Inexigibilidade	21	1.372.487,50
Dispensa	10	354.939,28
Total	46	6.894.626,84

Fonte: Painel de Compras, adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD

As contratações em 2025 na Sudam favoreceram as áreas de Gestão de Tecnologia da Informação, Comunicação e Marketing Institucional, Gestão Administrativa e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes no exercício de 2025 foram:

- Prestação de serviços contínuos de manutenção predial (preventiva, corretiva, de reparação/adequação e emergencial), com fornecimento de materiais, peças e mão de obra. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico de “Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho”;
- Aquisição de equipamentos de segurança de Tecnologia da Informação. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico de “Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho”
- Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico “Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas”;
- Patrocínios de Eventos. Tais contratações associam-se com o objetivo estratégico: “Desenvolver a Comunicação Estratégica”.

Modalidade Pregão

Entre as adesões e licitações próprias foram concluídos 15 (quinze) pregões em 2025, conforme Tabela 27.

Tabela 27 – Modalidades Pregão em 2025

Modalidade	Quantidade	Valor Global (R\$)	Valor Contratado (R\$)
Pregões - Sudam	06	1.773.329,14	1.773.329,14
Pregão – Adesão em Ata (SRP) - Carona	09	3.393.870,92	3.393.870,92
Total Geral da Modalidade	15	5.167.200,06	5.167.200,06

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD

Além da quantidade de procedimentos na modalidade “Pregões – Sudam” concluídos constante na Tabela 27, registra-se que 3 (três) processos não resultaram em contratações (contratação fracassada ou deserta).

Contratações diretas

A dispensa de licitação teve como principal aplicação as contratações de serviços e as aquisições de bens “em razão do valor” (contratações com disputa), fundamentadas no art. 75, inciso II e IX, da Lei nº 14.133/2021, resultando na utilização do procedimento de “dispensa eletrônica”, regulamentado pela IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021. Além da quantidade de procedimentos de dispensa concluídos constante na Tabela 28, registra-se que 2 (dois) processos não resultaram em contratações (contratação fracassada ou deserta).

Tabela 28 – Dispensas de Licitações em 2025

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor Contratado (R\$)
Dispensa inciso II, art. 75	14.133/2021	10	274.939,28
Dispensa inciso IX, art. 75	14.133/2021	1	80.000,00
Total Geral da Modalidade		11	354.939,28

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD

No exercício de 2025, a forma de contratação “inexigibilidade de licitação” foi utilizada, em sua maioria, nas contratações de cursos de curta e média duração, voltados à capacitação dos servidores da Sudam e patrocínios de eventos.

Tabela 29 - Tipos de Inexigibilidades em 2025

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor Contratado (R\$)
art. 74, inciso III, alínea f	14.133/21	9	108.887,50
art. 74, caput	14.133/21	12	1.263.600,00
Total Geral da Modalidade		21	1.372.487,50

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD

Tabela 30 – Resumo das Contratações Diretas em 2025

Modalidade	Quantidade	Total (R\$)
Dispensa	11	354.939,28
Inexigibilidade	21	1.372.487,50
Total Contratação Direta	32	1.727.426,78

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD

Procedimentos Apuratórios

No exercício de 2025, foi concluído um procedimento administrativo sancionador no âmbito da Sudam, resultando na aplicação de multa no valor de R\$ 4.194,93 (quatro mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) e na penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por 1 (um) ano, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

A Sudam, ao longo dos últimos anos, tem alcançado metas e desafios para a área de contratações e renovações de instrumentos voltados para sua manutenção geral e as atividades finalísticas, por meio do atendimento das demandas. A busca pela melhor solução envolve todos os atores, a fim de cristalizar as demandas contidas no plano anual de compras e renovações contratuais elaborado para cada exercício.

Os principais desafios na gestão de licitações e contratos são:

- Manter a modelagem oferecida pela AGU para os editais;

- Produzir norma para o plano anual de contratações;
- Produzir relatórios gerenciais de risco na forma prevista no Decreto nº 10.947, de 25/01/2022;
- Garantir maior segurança jurídica por meio do uso de instrumentos jurídicos como o Plano de Contratações Anual (PCA), a Matriz de Riscos e os mecanismos de resolução de conflitos;
- Promover capacitação contínua e alinhada às novas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, com foco nos temas: planejamento, gestão e fiscalização contratual, análise de riscos e adoção de governança pública nas contratações;
- Aprimorar a análise e a gestão de riscos nas contratações;
- Produzir Norma Interna voltada para Patrocínio de eventos;

No que se refere às ações e perspectivas, sob a ótica das licitações, entende-se que a Sudam deverá ultimar esforços em relação aos desafios enumerados, a fim superá-los a partir da capacitação dos agentes requisitantes, a fim de mitigar problemas de construção do termo de referência ou projeto básico ou da formação do valor do procedimento licitatório, agregando eficiência na instrução processual.

3.6.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Para coordenar as atividades relativas à gestão patrimonial e infraestrutura, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Gestão Administrativa.

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

A conformidade da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura da Sudam foi assegurada mediante a observância de um extenso arcabouço normativo e de mecanismos de controle, incluindo a Constituição Federal de 1988; o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; o Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018; o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; a Lei nº 14.133, de 2021; e o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022. Também foram observadas a Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020; a Portaria ME nº 1.708, de 12 de fevereiro de 2021; a Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021; e a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

Complementarmente, a gestão seguiu as Instruções Normativas nº 05/2017, 40/2020, 65/2021, 67/2021, 58/2022 e 91/2022; o Regimento Interno da Sudam; o Manual de Normas e Procedimentos para o Controle do Acesso e Circulação Interna na Sudam, bem como as recomendações e orientações constantes nos relatórios de auditoria interna e externa. A estrutura de controle e conformidade também se apoiou no uso de sistemas eletrônicos essenciais para a administração pública federal, incluindo SEI, ComprasNet e seus módulos, Portal SIPEC e seus módulos, Programa de Gestão de Desempenho – PETRVS, Sistema Fonte de Preços e o Sistema de Acesso/Catracas da Sudam.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

No exercício de 2025, a Sudam concentrou seus investimentos de capital em ações estruturantes voltadas à segurança predial, confiabilidade dos sistemas críticos, adequação da infraestrutura física e modernização de equipamentos, conforme previsto no Plano Geral de Contratações – PGC 2025. Ao todo, os investimentos contratados no ano somaram R\$ 3.868.795,76, priorizando iniciativas com impacto direto na continuidade das atividades institucionais, na preservação do patrimônio público e na melhoria das condições de trabalho de servidores e colaboradores, conforme o quadro a seguir.

Quadro 13 – Investimentos de capital em 2025

Objeto	Área / Eixo de Intervenção	Valor Contratado (R\$)	Impacto Institucional
Fornecimento, instalação e comissionamento de painel de média tensão, em substituição ao sistema existente, incluindo infraestrutura, materiais, equipamentos e mão de obra especializada.	Infraestrutura elétrica e segurança operacional	R\$ 348.000,00	Aumento da segurança, estabilidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica do complexo predial.
Serviços de engenharia voltados à recuperação, adequação e modernização de ambientes e sistemas prediais, abrangendo ações corretivas e preventivas.	Serviços de engenharia e adequações prediais	R\$ 690.245,76	Preservação e valorização do patrimônio público, mitigação de riscos estruturais e garantia da continuidade operacional.
Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo split para ambientes administrativos.	Climatização e conforto ambiental	R\$ 95.400,00	Melhoria das condições térmicas dos ambientes de trabalho e eficiência operacional das unidades administrativas.
Contratação de serviços de substituição de equipamentos de transporte vertical de 01 (um) elevador, com desmontagem dos equipamentos atuais instalados, adequação dos poços e fornecimento/instalação dos novos elevadores.	Transporte vertical (elevadores)	R\$ 233.000,00	Restabelecimento da acessibilidade no Bloco B, atendimento às normas de acessibilidade, aumento da segurança dos usuários e garantia de inclusão e continuidade das atividades institucionais.
Prestação de serviços contínuos de manutenção predial (preventiva, corretiva, reparação/adequação e emergencial), com fornecimento de materiais, peças e mão de obra.	Reforma predial – Blocos do complexo / Bloco C (3º e 6º pavimentos)	R\$ 2.502.150,00	Reforma de blocos do complexo predial da SUDAM com infraestrutura comprometida, bem como continuidade das reformas do 3º e do 6º pavimentos do Bloco C.
Total		R\$ 3.868.795,76	

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Os investimentos realizados elencados no Quadro 13 têm impacto direto no alcance do objetivo estratégico "Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho".

Quanto ao cumprimento do Plano Anual de Contratações - PAC, através do PGC - Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações da Sudam, apresenta-se na Tabela 31 as contratações realizadas em 2025:

Tabela 31 - Contratações de Bens e Serviços na Área de Gestão Patrimonial e Infraestrutura em 2025

OBJETO	VALOR PREVISTO PGC (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)
Manutenção predial	R\$ 350.000,00	R\$ 690.245,76
Combate a pragas urbanas	R\$ 22.000,00	R\$ 15.869,00
Manutenção de cargas e extintores	R\$ 10.000,00	R\$ 4.334,00
Contratação de serviços de engenharia	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.502.150,00
Fornecimento e instalação de painel de média tensão	R\$ 389.000,00	R\$ 348.000,00
Elaboração de PPCIP, SPDA e projeto de acessibilidade	R\$ 200.000,00	R\$ 117.791,10
Serviço de apoio administrativo gráfico	R\$ 167.200,08	R\$ 722.967,12
Aquisição de café e açúcar	R\$ 80.000,00	R\$ 41.940,00
Aquisição de novas splits	R\$ 120.000,00	R\$ 95.400,00
Coleta, carregamento e descarte de entulhos	R\$ 60.000,00	R\$ 41.258,00
Prestação de serviços em caráter eventual de carregador e montador de móveis	R\$ 50.085,00	R\$ 40.000,00
Aquisição de 02 bombas centrífugas de 7,5cv, trifásicas de 220v, com vazão de 10 a 30 m³/h e altura manométrica mínima de 50mca, para uso nas dependências administrativas da Sudam	R\$ 20.000,00	R\$ 7.111,24
Aquisição de café torrado e moído do tipo único	R\$ 60.000,00	R\$ 67.965,00
Contratação de serviço de recarga e teste hidrostático de extintores	R\$ 10.000,00	R\$ 4.334,00
Contratação de serviços de transporte e destinação de entulho e recolhimento resíduos orgânicos e inorgânicos da Sudam	R\$ 60.000,00	R\$ 41.258,00
Total	R\$ 4.598.285,08	R\$ 4.740.623,22

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Importa mencionar que o planejamento de contratações para 2025 foi fortemente impactado pelo contingenciamento orçamentário do governo federal, que obrigou a Diretoria de Administração da Sudam a priorizar as contratações indispensáveis e adiar diversas contratações para o ano de 2026.

Destaca-se que a administração da Sudam vem efetuando contratações, sempre que possível, para períodos maiores do que 12 (doze) meses, o que otimiza o trabalho e proporciona economia de escala na contratação, atendendo assim as recomendações contidas na Lei nº 14.133, de 2021. Além disso, a escolha pela celebração de Atas de Registro de Preços vem permitindo maior flexibilidade na tomada de decisão de quando contratar e na imobilização de recursos.

Desfazimento de ativos

No exercício de 2025, não foram realizadas doações de bens inservíveis pela Sudam devido às limitações de pessoal para a adequada composição das comissões de desfazimento. Diante desse cenário, foi instaurado processo administrativo, com o objetivo de viabilizar a contratação de serviços de consultoria e apoio técnico-operacional à gestão patrimonial, abrangendo atividades como inventário físico, avaliação técnica e conciliação contábil de bens móveis; classificação, apoio à instrução processual e desfazimento de bens inservíveis, antieconômicos ou ociosos, nos termos do Decreto nº 9.373/2018; além do fornecimento, personalização e fixação de plaquetas de identificação patrimonial nos bens que não possuem número de tombamento visível durante o inventário físico.

Quanto aos saldos registrados no relatório do sistema SIADS até dezembro de 2025, verificam-se os seguintes valores:

- Saldo total de materiais de consumo: R\$ 447.287,96;
- Saldo total de materiais permanentes: R\$ 10.221.952,45.

Ressalta-se que tais valores correspondem aos registros atualmente constantes no sistema e ainda serão objeto de aferição e validação após a realização do inventário patrimonial e de almoxarifado previsto para o exercício de 2026, ocasião em que poderão ocorrer eventuais ajustes decorrentes da conciliação física e contábil dos bens.

Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2025 não houve locação de bens imóveis. No tocante à equipamentos, há 2 (dois) contratos de locação:

- Serviço de locação de 2 (dois) veículos, sem motorista, no valor global anual de R\$ 81.600,00; e
- Serviço de locação de 2 (dois) equipamentos reprográficos, no valor global anual de R\$ 76.140,00.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Em 2025, a Sudam deu continuidade às ações de racionalização e compartilhamento de espaços físicos no âmbito do Programa Racionaliza, o que possibilitou a participação efetiva da Autarquia na gestão compartilhada do Complexo Predial da Sudam.

Nesse contexto, a Sudam encontra-se habilitada a celebrar e manter Termos de Rateio e de Compartilhamento de Área com os órgãos que ocupam espaços no Complexo Predial, assegurando o uso racional do patrimônio público, a otimização dos custos operacionais e o fortalecimento da governança patrimonial.

Os espaços administrativos do Complexo Predial da Sudam cedidos a outros órgãos públicos no exercício de 2025 encontram-se detalhados no Quadro 14.

Quadro 14 – Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2025

Órgão/Entidade	Área Compartilhada (m ²)	Local
Escritório da CODEVASF no Pará	293,27	1º Andar do Bloco I
Área de guarda de equipamentos da CODEVASF	900	Estacionamento
Escritório do MDS	43,82	Térreo do Bloco C
Escritório da RENORT/MIDR	52,91	2º andar do Bloco B
Escritório da Embratur	53,50	Térreo do Bloco C

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Ressalta-se, contudo, que a Embratur desocupou a sala disponibilizada no térreo do Bloco C em dezembro de 2025, configurando a desmobilização desse espaço ao final do exercício.

Metas não alcançada, principais desafios e ações futuras

As principais metas não alcançadas em 2025 na área de gestão patrimonial e de infraestrutura foram:

- i. Finalização da revitalização dos 3º e 6º andares da Sudam; e
- ii. Ajustes de inventários de itens permanentes e de consumo.

Os principais desafios nesta área são:

- i. Finalização do ajuste dos saldos de almoxarifado e patrimônio no sistema SIADS;

- ii. Finalização das ações de desfazimento;
- iii. Apoio para ajustamento de atualização do Plano de Logística Sustentável da SUDAM e sua execução efetiva.
- iv. Término da revitalização dos 3º e 6º andares do bloco C da Sudam; e
- v. Início de execução dos serviços de engenharia para recuperação dos Blocos A e B, além dos espaços da biblioteca e almoxarifado.

3.6.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Para coordenar as atividades relativas à gestão da tecnologia da informação na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - CGTIC.

Conformidade legal

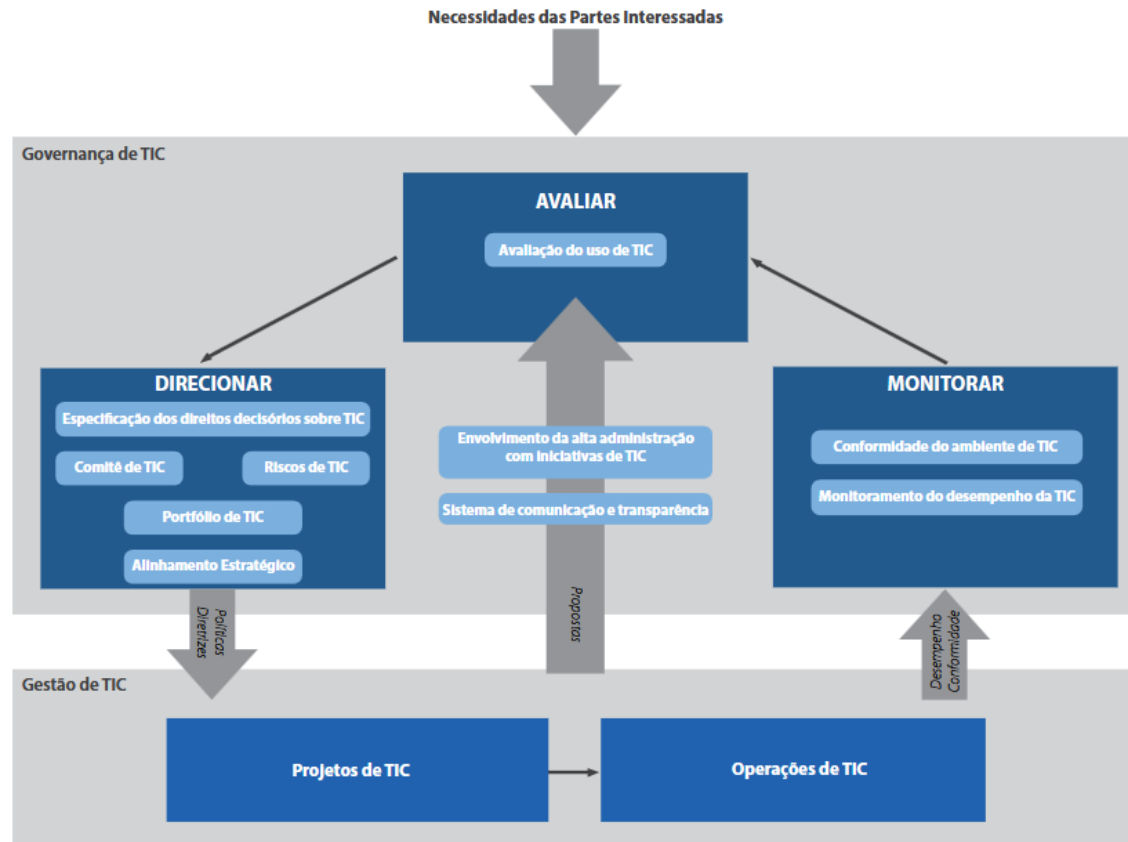
No que tange à gestão da tecnologia da informação, é observado e aplicado um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas para a Administração Pública Federal: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022; Portaria SGD/MI nº 852, de 28 de março de 2023; Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024; e Portaria SGD/MGI nº 6.618, de 25 de setembro de 2024.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TIC adotado na Sudam está alinhado aos padrões indicados no Guia de Governança de TIC do SISP versão 2.0 e tem como principal instância o Comitê de Governança Digital (CGD), o qual foi originalmente instituído pela Portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2022, tendo sua estrutura revisada e alterada pela Portaria nº 57, de 26 de setembro de 2024, e é responsável por decidir sobre políticas, diretrizes, investimentos e planos relacionados à TIC e tem a missão de institucionalizar a Governança Digital na Sudam.

Enquanto a Governança de TIC é o sistema pelo qual a atual e a futura utilização da TIC é dirigida e controlada, envolvendo avaliar e direcionar a utilização de TIC para apoiar a organização e o acompanhamento deste uso para realizar planos, incluindo a estratégia e as políticas de utilização de TIC dentro de uma organização, a Gestão de TIC é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC em consonância com a direção definida pela função de governança a fim de atingir os objetivos corporativos. A Figura 6, a seguir, apresenta as funções básicas, bem como os papéis responsáveis, tanto pela governança, quanto pela gestão de TIC.

Figura 8 - Relacionamento entre as práticas de Governança de TIC.



Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

O modelo adotado agrega princípios e diretrizes que devem ser observados pela alta administração para que se aprimore a governança de TIC na organização, de acordo com as definições a seguir.

Quadro 15 – Princípios do Modelo de Governança de TIC

Princípio	Descrição
I – Foco nas Partes Interessadas	As estruturas de governança e gestão de TIC, bem como as estratégias, os planos, projetos e serviços de TIC, deverão ser desenvolvidos tendo como principal insumo as necessidades das principais partes envolvidas no uso de TIC (sociedade, alta administração e áreas de negócio da organização), alinhadas aos objetivos do setor público.
II - TIC como Ativo Estratégico	A governança de TIC deve ser implantada buscando o papel estratégico da TIC para contribuir, de maneira eficaz, com a sustentação dos serviços públicos providos pela organização e com a viabilização de novas estratégias.
III - Gestão por Resultados	As ações relacionadas à governança de TIC deverão ser implantadas considerando mecanismos para a medição e o monitoramento das metas de TIC, permitindo que a função de governança possa validar, direcionar, justificar e intervir nas estratégias e ações de TIC da organização, realizando benefícios com otimização de custos e riscos.
IV - Transparência	O desempenho, os custos, riscos e resultados das ações empreendidas pela área de TIC deverão ser medidos pela função de gestão de TIC e reportados à alta administração da organização e à sociedade por meio de canais de comunicação adequados, provendo transparência à aplicação dos recursos públicos em iniciativas de TIC e propiciando amplo acesso e divulgação das informações.
V - Prestação de Contas e Responsabilização	Os papéis e responsabilidades acerca das tomadas de decisão que envolvem os diversos aspectos de TIC deverão ser definidos, compreendidos e aceitos de maneira clara e sem ambiguidade, de forma a assegurar a adequada prestação de contas das ações, bem como a responsabilização pelos atos praticados.
VI - Conformidade	As ações relacionadas à governança de TIC deverão contribuir para que as ações de TIC cumpram obrigações regulamentares, legislativas, legais e contratuais aplicáveis

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Quadro 16 – Diretrizes do Modelo de Governança de TIC

Diretrizes
I - Desenvolver e implantar a governança de TIC, levando em consideração as especificidades e o nível de maturidade atual da organização.
II - Fomentar a integração visando o compartilhamento e a otimização dos recursos de TIC entre órgãos e entidades.
III - Definir, formalmente, no âmbito da organização: <ul style="list-style-type: none"> a. Os princípios e as diretrizes para a governança de TIC, específicas para o órgão e complementares às dispostas na Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017, se necessário;

- b. Os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TIC;
- c. As estruturas envolvidas na governança de TIC;
- d. Os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC; e
- b. e. As interfaces entre as funções de governança e gestão de TIC.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Montante de recursos aplicados em TI

Em 2025, a área de Tecnologia da Informação da Sudam operou com redução global de 37,7% na dotação, com impacto mais acentuado em Investimentos (-48,1%) do que em Despesas Correntes (-28,1%). Apesar disso, houve empenho de 100% da dotação final disponível.

A execução financeira, porém, apresentou comportamentos distintos. As Despesas Correntes tiveram desempenho satisfatório, com 66,5% de liquidação e 97,4% de pagamentos sobre o liquidado. Já os Investimentos não registraram liquidações ou pagamentos, resultando em 100% dos empenhos inscritos como Restos a Pagar Não Processados.

No total da área, apenas 39,8% do empenhado foi liquidado e 38,8% foi pago.

Tabela 32 – Recursos Aplicados em TI em 2025

Elemento de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Investimento	1.000.000,00	519.432,00	519.431,75	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.075.853,00	773.805,00	773.804,94	514.652,59	501.251,96
Total	2.075.853,00	1.293.237,00	1.293.236,69	514.652,59	501.251,96

Fonte: Tesouro Gerencial (SIAFI)

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Durante o exercício, a Sudam executou um conjunto de contratações estratégicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica, à continuidade de serviços essenciais e à promoção da eficiência administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis. A seguir, apresentam-se os principais resultados por instrumento contratual.

Quadro 17 – Contratações/Aquisições mais relevantes de recursos de TI em 2025

Contrato	Objeto	Resultados
2025NE000096	Subscrição de licenças de software de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública Federal.	A pesquisa de preços é um procedimento de fundamental importância nas contratações de bens e serviços no âmbito da Administração Pública, sendo disciplinada atualmente pela Instrução Normativa SGM/ME nº 65/2021.
05/2022 – 6º e 7º Termos Aditivos	Contratação de empresa especializada em serviços de mão-de-obra especializada em TIC.	A prorrogação contratual permitiu dar continuidade no desenvolvimento de novos sistemas finalísticos e também realizar manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas em sistemas finalísticos já em produção.
27/2025	Contratação de serviços postais exclusivos e não exclusivos.	A contratação permitirá agilizar e aprimorar a comunicação institucional, garantindo maior efetividade no registro e protocolo de documentos. Também assegurará a opção mais vantajosa para a Administração, além de promover eficácia e eficiência na tramitação das correspondências, com entregas e recebimentos dentro dos prazos legais necessários às atividades administrativas.
42/2025	Contratação de serviços de outsourcing de impressão corporativa, pelo período de 60 meses.	Promoção da eficiência administrativa, a economicidade e a celeridade no atendimento das demandas institucionais com foco no serviço de impressão corporativa, alinhando-se aos princípios da Administração Pública previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente a economicidade e a eficiência.
2025NE000228	Subscrição de licença de suporte e atualização do antimalware corporativo ESET Protect Enterprise para 280 (duzentos e oitenta) hosts, com Tecnologia XDR.	Após a aquisição e implementação da solução de antimalware corporativo com tecnologia XDR, a Sudam alcançou detecção mais rápida e precisa de ameaças avançadas, redução significativa no tempo de resposta a incidentes (MTTR), diminuição de vulnerabilidades, menor volume de falsos positivos e maior visibilidade unificada em endpoints, rede e nuvem.
2025NE000245 2025NE000246 2025NE000247	Aquisição de Material de Consumo de TIC	A aquisição de materiais de consumo de TIC garantiu a continuidade, modernização e eficiência das atividades desenvolvidas na Sudam, considerando que são itens essenciais para o funcionamento adequado das rotinas administrativas e operacionais, possibilitando maior agilidade na execução dos serviços internos.

33/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Firewall Corporativo NGFW.	O equipamento de firewall de próxima geração (NGFW) adquirido está em fase de entrega pelo fornecedor e, após implementada, a Sudam irá alcançar maior visibilidade e controle de aplicações, prevenção efetiva de ameaças avançadas, redução significativa de incidentes cibernéticos, conformidade com regulamentações como a LGPD e melhoria na continuidade dos negócios com menor risco de interrupções, com uma conexão veloz, estável e segura com a Internet mundial.
34/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Pontos de Acesso Sem Fio	A solução de firewall de próxima geração (NGFW) adquirida está em fase de entrega pelo fornecedor e, após implementada, a Sudam irá contar com uma rede sem fio mais moderna, ampla, densa, veloz e sem pontos cegos na rede.
35/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Switches de Acesso	A aquisição visou a substituição dos switches departamentais da rede local da Sudam. Com a alteração, a rede de comunicação de dados da autarquia passou a contar com concentradores de rede mais modernos, velozes e seguros, implementando eficiência operacional e maior estabilidade no acesso aos sistemas de informação e serviços de TIC do órgão, assim como no acesso aos Sistemas Estruturantes do Governo Federal, através da Internet.
36/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Projetor Multimídia de 6.000 lúmens (Auditório)	O equipamento já foi recebido e está aguardando viabilidade de instalação. Após instalado no Auditório da Sudam, o novo equipamento irá implementar uma melhoria significativa na qualidade das apresentações audiovisuais, maior engajamento do público e profissionalização dos eventos realizados no espaço.
37/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Projetores Multimídia Departamentais de 3.000 lúmens.	Os equipamentos já foram recebidos e encontram-se em fase de distribuição para as unidades solicitantes. Trata-se de dispositivos modernos, que contribuirão para ampliar a clareza e o impacto visual das apresentações, aumentar a produtividade e a interatividade nas reuniões, aprimorar a comunicação entre os participantes e reforçar uma percepção institucional mais profissional e atualizada.
38/2025	Aquisição de Material Permanente de TIC – Monitor/Smart TV de 65”	Após a aquisição de novos e modernos painéis/smart TVs para uso departamental, a instituição tem alcançado maior produtividade nas reuniões, com comunicação visual mais clara, engajamento elevado dos participantes, redução de tempo perdido com problemas técnicos e imagem mais profissional e atualizada perante equipes e visitantes.
2025NE000106	Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com entroncamento digital E1.	Com o encerramento do ciclo final do contrato anterior e diante da necessidade de continuidade dos serviços de telefonia fixa enquanto se avaliam alternativas tecnológicas mais modernas para futura contratação, a Sudam celebrou novo contrato, pelo período de 12 (doze) meses, com a empresa CLARO S.A., a fim de assegurar a prestação ininterrupta de um serviço essencial ao funcionamento institucional.

04/2025	Prestação de serviços de acesso dedicado à Internet, através de um circuito dedicado de 500 Mbps, com proteção Anti-DDoS e Gerência Proativa contra incidentes.	Contrato celebrado com a empresa DB3 Serviços de Telecomunicações S/A, com fornecimento de circuito acesso dedicado da Sudam à internet, para trabalhar em redundância com o circuito de acesso à internet viabilizado pelo Contrato nº 05/2025.
05/2025	Prestação de serviços de acesso dedicado à Internet, através de um circuito dedicado de 500 Mbps, com proteção Anti-DDoS e Gerência Proativa contra incidentes.	Contrato celebrado com a empresa SITELBRA - Sistema de Telecomunicações do Brasil LTDA, com fornecimento de circuito acesso dedicado da Sudam à internet, para trabalhar em redundância com o circuito de acesso à internet viabilizado pelo Contrato nº 04/2025.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

No quadro a seguir, apresentam-se as principais iniciativas e resultados na área de TI em 2025:

Quadro 18 – Principais iniciativas e resultados na área de TI em 2025

Sistema/Projeto	Ações
SIN – Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais	Sustentação e manutenção evolutiva do SIN, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em https://sin.sudam.gov.br .
SIAV – Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais	Sustentação e manutenção evolutiva do SIAV, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em http://siav.sudam.gov.br .
Sistema PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal	Sustentação e manutenção evolutiva do Portal do Sistema PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em http://prda.sudam.gov.br
Portal de Investimentos da Amazônia	Sustentação e manutenção evolutiva do Portal de Investimentos da Amazônia, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em desenvolvimento e em fase final de homologação, com endereço de acesso em http://investimentos.sudam.gov.br .
SEI – 4.0 – Implementação do Módulo do Boletim Interno Eletrônico	O Boletim Interno Eletrônico, do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, foi implementado com as devidas configurações e parametrizações, conforme Portaria nº 10/2025.

PETRVS - Plataforma Eletrônica de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica	Manutenção evolutiva do Sistema PETRVS, sistema utilizado para a gestão do PGD - Programa de Gestão de Desempenho no âmbito da Sudam. Em 2025, foram realizadas diversas atualizações de versões do sistema.
PDTIC 2025/2026	A execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2025/2026 orientou as principais ações de tecnologia realizadas no exercício. As contratações mais relevantes de recursos de TIC em 2025 decorreram diretamente das iniciativas previstas no PDTIC, assegurando aderência ao planejamento e racionalidade na alocação dos recursos.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Segurança da Informação

Em 2025, foram executadas ações voltadas à modernização dos ativos de segurança da informação da Sudam, com o objetivo de fortalecer a proteção cibernética do ambiente computacional e das informações eletrônicas da Autarquia. Essas iniciativas resultaram nas contratações formalizadas pelos Contratos nº 33/2025 e 2025NE000228.

Quadro 19 – Principais ações da área de Segurança da Informação em 2025

Instrumento	Características e Recursos
Aquisição de Solução de Firewall Corporativo de Nova Geração (NGFW).	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição do firewalls de borda anterior, baseado em software livre, por solução de próxima geração (NGFW) com capacidade de inspeção profunda de pacotes (DPI), IPS, antivírus, antimalware, filtro web e VPN SSL/IPsec de alta performance. • Aumento significativo da capacidade de defesa contra ameaças cibernéticas avançadas (ransomware, APTs, exploits zero-day). • Controle granular de aplicações e usuários, possibilitando políticas de segurança baseadas em identidade. • Redução do risco de vazamento de informações sensíveis da Sudam e dos projetos finalísticos para a Amazônia Legal. • Alta disponibilidade (HA active-passive), garantindo continuidade mesmo em caso de falha de um dos equipamentos.
Subscrição de 280 licenças da Solução de Antimalware Corporativo ESET Enterprise Security, com tecnologia XDR.	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação de Risco: redução do risco de infestação de computadores, dispositivos móveis e servidores de rede por ameaças virtuais. • Eficiência e Velocidade: aumento da rapidez na detecção, mitigação e eliminação de malwares e outras ameaças. O XDR reduz o tempo médio de detecção (MTTD), resposta (MTTR), automação e inteligência integrada. • Gestão Otimizada: gestão de processos simplificada e centralizada, protegendo todos os ativos a partir de um único ponto.

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• ROI e Custos: a proteção avançada e a resposta rápida evitam perdas financeiras significativas, resultando em um Retorno sobre o Investimento (ROI) positivo a longo prazo através da mitigação de riscos e melhoria da eficiência operacional.• Conformidade: Auxilia no cumprimento de regulamentações de proteção de dados (como LGPD) por meio de <i>logs</i> e relatórios detalhados. |
|--|---|

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Principais metas não alcançadas, dificuldades enfrentadas e perspectivas

No exercício de 2025, algumas metas e ações previstas no planejamento de TIC não foram alcançadas por motivos devidamente justificados. A recolocação do BADAM – Banco de Dados de Informações Socioeconômicas da Amazônia Legal – não pôde ser executada em razão da ausência de expertise interna em Power BI e da inexistência de posto de trabalho equivalente no Contrato nº 05/2022, sendo sua implementação adiada para 2026, quando está prevista nova contratação com inclusão de analistas de BI. A aquisição parcial de materiais de consumo de TIC também não se concretizou integralmente, devido às variações cambiais que tornaram defasados os valores estimados na pesquisa de preços, ocasionando o fracasso de alguns itens na Dispensa Eletrônica nº 48/2025; esses itens serão retomados no processo de 2026. Quanto à aquisição do cluster de firewall corporativo NGFW, embora a previsão do PDTIC 2025/2026 contemplasse dois equipamentos para atuação em redundância, restrições orçamentárias permitiram apenas a compra de um deles, ficando a aquisição do segundo equipamento programada para 2026.

Para o exercício de 2026, em continuidade ao PDTIC 2025/2026, estão previstas as seguintes principais iniciativas de tecnologia da informação:

- Aquisição de um segundo switch core para garantir redundância e maior disponibilidade no Datacenter;
- Aquisição de novos desktops e notebooks para equipar todos os servidores com estações modernas e de alto desempenho;
- Contratação de nova solução de telefonia fixa, baseada em PABX Virtual e Telefonia IP (VoIP);
- Integração da nova rede sem fio, incluindo instalação da infraestrutura necessária e gerenciamento integrado ao firewall corporativo;
- Contratação de serviços de mão de obra especializada em TIC, com ampliação e diversificação dos perfis profissionais para atender às demandas sistêmicas;
- Aquisição de nova solução de sonorização e tela de projeção para o Auditório, modernizando a infraestrutura para eventos institucionais;
- Contratação de Serviços Gerenciados de Segurança (MSS), garantindo monitoramento contínuo e resposta rápida a incidentes cibernéticos;
- Contratação de serviço de backup em nuvem, ampliando a segurança, integridade e disponibilidade dos dados institucionais;

3.6.2.6. Sustentabilidade Ambiental

A Sudam tem como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal, o que exige que suas práticas administrativas estejam plenamente alinhadas aos princípios da responsabilidade ambiental que orientam a Administração Pública Federal. Nessa perspectiva, a sustentabilidade constitui elemento estruturante da gestão interna da Autarquia, orientando o uso racional dos recursos, a eficiência no consumo de insumos, a redução de impactos ambientais e o fortalecimento da governança institucional.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) 2024–2025, elaborado em conformidade com a Portaria SEGES nº 5.376/2023 e demais normativos aplicáveis, consolida esse compromisso ao estabelecer diretrizes e metas voltadas à ecoeficiência, à inovação, à educação ambiental, às contratações sustentáveis e à corresponsabilidade entre unidades. O PDLS é reconhecido como instrumento de governança essencial, orientando práticas administrativas sustentáveis e reforçando a aderência da Sudam às políticas públicas nacionais e aos compromissos da Agenda 2030.

Sua implementação prevê ampla transparência e participação de servidores, colaboradores, fornecedores e visitantes, reforçando o princípio da gestão pública responsável e o compromisso institucional com a redução de impactos ambientais decorrentes das atividades administrativas.

Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2025:

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A Sudam integra critérios de sustentabilidade ambiental em seus processos de contratação, conforme a legislação aplicável e a Diretriz Estratégica de Incentivo às Contratações Públicas Sustentáveis prevista no PDLS 2024–2025. Esses critérios são incorporados desde o planejamento das aquisições, garantindo alinhamento às políticas nacionais de sustentabilidade e ao uso responsável dos recursos públicos.

Nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, são exigidos equipamentos energeticamente eficientes e insumos preferencialmente reciclados, renováveis ou biodegradáveis. Também são previstas práticas de redução de impactos ambientais, como uso racional de água e mitigação de efeitos sobre flora, fauna, ar e solo, em conformidade com a diretriz de ecoeficiência do PDLS.

Os contratos de manutenção predial exigem o uso racional de recursos e a prevenção de desperdícios, com fiscalização periódica da execução. As contratadas devem realizar o descarte ambientalmente adequado de resíduos como embalagens, entulhos, cabos, óleos e graxas, além de utilizar fluidos refrigerantes não agressivos à camada de ozônio, como o R410a, conforme identificado no diagnóstico do PDLS.

A logística reversa é obrigatória para itens como toners, componentes substituídos e resíduos de TI, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Exige-se ainda que fornecedores apresentem documentação ambiental pertinente, como registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Em aquisições de tecnologia, são adotados requisitos de eficiência energética, certificações ambientais e digitalização de documentos para redução do consumo de papel. Já os contratos de mão de obra incluem ações de capacitação anual sobre práticas de sustentabilidade, em alinhamento à diretriz de educação ambiental institucional prevista no PDLS.

Essas medidas demonstram a incorporação sistemática de critérios ambientais nas contratações da Sudam, reforçando ecoeficiência, governança ambiental e conformidade com os marcos normativos e estratégicos de sustentabilidade.

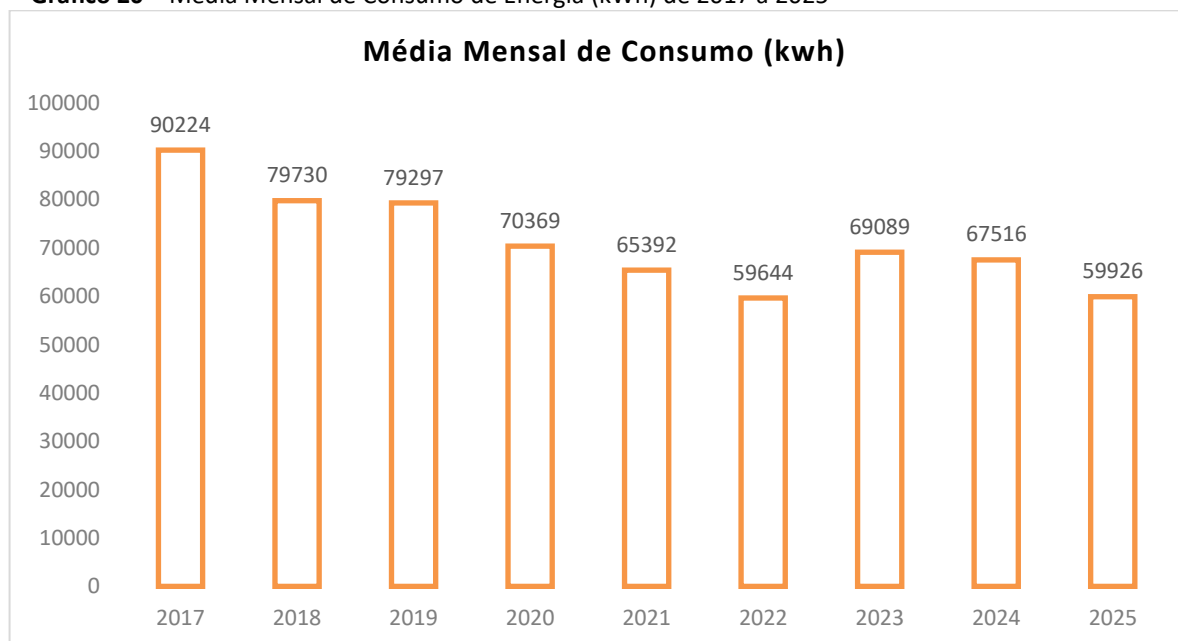
Ações para redução do consumo de recursos naturais

No exercício de 2025, a Sudam desenvolveu diversas ações voltadas à redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis (copos, papéis, cartuchos), bem como à diminuição de poluentes decorrentes do transporte institucional e dos resíduos gerados na Autarquia. Essas iniciativas estão alinhadas às diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) 2024–2025, que orienta a promoção da ecoeficiência, o uso racional de recursos e a gestão ambientalmente responsável dos insumos utilizados pela Instituição.

- **Consumo de Energia**

Entre 2017 e 2022, verificou-se uma trajetória de redução na média mensal de consumo de energia elétrica da instituição. Embora tenha ocorrido um aumento em 2023, o consumo voltou a apresentar queda nos anos seguintes, registrando redução de 2,28% em 2024 em comparação com 2023 e de 11,24% em 2025 em relação a 2024. Esses resultados evidenciam a retomada da tendência de eficiência energética observada em períodos anteriores, em consonância com a diretriz de promoção da ecoeficiência institucional estabelecida no PDLS 2024–2025.

Gráfico 20 – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2025



Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

A redução do consumo de energia elétrica no período analisado decorre principalmente da modernização do sistema de climatização do auditório central, com a substituição de 11 equipamentos tipo cassete de 60.000 BTUs e quatro unidades adicionais por modelos com tecnologia inverter, mais eficientes e de menor consumo. Apesar do aumento no número de eventos realizados em função das ações preparatórias da COP 30, os novos equipamentos garantiram desempenho superior, evidenciando ganhos reais de eficiência energética. Essa ação contribui diretamente para o cumprimento das metas de racionalização do uso de recursos previstas no PDLS.

Contribuíram também para a redução do consumo a diminuição do quadro funcional — de 150 para 142 servidores —, reduzindo a demanda por iluminação e climatização nos ambientes administrativos, e a desocupação temporária do 6º andar do Bloco C para reforma, com desligamento completo de sistemas elétricos e de climatização. Em conjunto, essas medidas explicam a queda observada nos indicadores de consumo energético no período e se alinham ao diagnóstico do PDLS, que destaca a importância de práticas contínuas de uso racional de recursos e de monitoramento dos padrões de consumo institucional.

Em 2025, a Sudam dará continuidade às ações voltadas ao consumo consciente e à gestão racionalizada dos recursos energéticos, reforçando sua adesão às diretrizes do PDLS e buscando ampliar o engajamento dos servidores na promoção da eficiência energética e da sustentabilidade no ambiente institucional.

- **Consumo de Água**

Conforme acompanhamento do consumo de água na Sudam, houve um aumento de 56,39% no consumo em 2025 em relação ao ano de 2024. A seguir, apresenta-se tabela comparativa da média mensal de consumo de água entre 2024 e 2025:

Tabela 33 – Média Mensal de Consumo de Água 2024-2025 (m³).

Ano	2024	2025
Média Mensal de Consumo	410,25	641,58

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Em relação aos custos, o total faturado em 2025 correspondeu a R\$ 128.449,01, frente a R\$ 113.425,20, em 2024, o que representa um aumento de 13,25%.

O aumento do consumo de água verificado no período está associado, principalmente, à ausência de contrato de manutenção preventiva e corretiva por um intervalo prolongado, o que dificultou a identificação tempestiva de falhas no sistema hidráulico. Nesse contexto, vazamentos não aparentes permaneceram ativos por mais tempo do que o desejável, impactando diretamente o volume consumido.

Adicionalmente, a substituição da concessionária responsável pelo abastecimento demandou ajustes operacionais internos, incluindo adaptação aos novos procedimentos de leitura, medição e faturamento, o que pode ter ocasionado variações no controle do consumo durante a transição.

Outro fator que contribuiu para a elevação registrada foi a retomada do contrato de limpeza e higienização dos reservatórios, cujos procedimentos requerem consumo adicional de água. No período analisado, foram executadas três etapas quadrimestrais de limpeza, gerando impacto pontual no volume total consumido.

Em linha com as diretrizes do PDLS, que preveem ações estruturadas para redução do consumo de água, como campanhas de conscientização, fiscalização de uso inadequado e correção frequente de vazamentos, a Sudam intensificará, em 2026, o monitoramento preventivo das instalações hidráulicas e promoverá engajamento ampliado dos servidores para estimular práticas de consumo consciente e uso eficiente desse recurso essencial.

- **Consumo de Materiais Descartáveis: tonners, papéis e copos**

Em 2025, a Sudam prosseguiu com o contrato de outsourcing de impressão, que consiste na terceirização de todo o processo de impressão corporativa e cópias, englobando o fornecimento de equipamentos em comodato (impressoras de rede multifuncionais) e insumos (cartuchos de toner), com suporte, manutenção e substituição de equipamentos sem ônus adicionais durante toda a vigência do contrato. A ação mantém o nível de melhorias qualitativas e redução de custos financeiros, fazendo com que a Autarquia esteja alinhada às ações de sustentabilidade propostas pelo Governo Federal.

Até 2020, os toners utilizados na instituição possuíam uma capacidade de impressão de aproximadamente 3.250 (três mil, duzentos e cinquenta) páginas. A partir de 2021, esta capacidade de impressões aumentou, em razão da melhoria na tecnologia utilizada. Em 2025, foram utilizados 04 (quatro) cartuchos de toner com capacidade impressão de até 12.000 páginas e 9 (nove) cartuchos de toner com capacidade impressão de até 7.200 páginas.

Os dados a seguir evidenciam uma redução no número de impressões realizadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 2021, quando foi firmado o contrato de serviço de outsourcing na Autarquia, contribuindo, assim, para a diminuição na quantidade de toners utilizados.

Tabela 34 – Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2025

Ano	Quantidade de Impressões	Quantidade de Toners utilizados
2018	409.156	126
2019	345.144	107
2020	280.000	87
2021	68.500	10
2022	92.537	13

2023	107.199	15
2024	118.365	14
2025	109.536	13

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM

Registra-se que no Relatório de Gestão de 2024, foi informado o quantitativo de 102.929 impressões. Entretanto, este quantitativo foi revisto e corrigido para 118.365 impressões, conforme Tabela 34.

Outras ações tomadas para a redução na quantidade de impressões e consumo de toners foram:

- ✓ Configuração padrão de impressões no modo frente e verso; e
- ✓ Configuração padrão de modo de impressão do tipo rascunho.

Em 2025, observou-se aumento significativo no consumo total de papel A4 na Autarquia em comparação ao exercício anterior. Conforme dados extraídos do Sistema SIADS e das solicitações registradas pelas unidades administrativas, o consumo total passou de 179 resmas em 2024 para 267 resmas em 2025, representando elevação de 49% no período.

O principal fator desse crescimento foi o aumento no uso de papel alcalino A4 (75 g/m²), cujo consumo passou de 126 resmas em 2024 para 245 resmas em 2025, correspondendo a um acréscimo aproximado de 94%. Em sentido oposto, o volume de papel reciclado apresentou redução de 41%, caindo de 53 para 22 resmas no mesmo intervalo.

Tabela 35 – Consumo de Papel em 2024-2025 (resmas)

Ano	2024	2025
Papel A-4 75 g/m ²	126	245
Papel A-4 Reciclado	53	22
Total	179	267

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Tais resultados decorrem, sobretudo, da intensificação das atividades institucionais desenvolvidas pelas unidades da Sudam ao longo de 2025, período em que diversos setores requisitaram maior volume de materiais para apoio às rotinas administrativas, incluindo impressões de documentos institucionais, materiais gráficos e demais insumos necessários à execução de suas atribuições.

Também se registrou aumento no número de eventos realizados nas dependências da Autarquia (123 em 2025), contribuindo para a maior demanda de impressos, uma vez que determinados eventos exigem maior volume de materiais, como programações, listas de presença, folders e documentos de apoio.

Por outro lado, no que se refere ao consumo de copos descartáveis utilizados por servidores, colaboradores e visitantes, observa-se uma expressiva redução em 2025 em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

Tabela 36 – Consumo de Copos Descartáveis em 2024-2025 (cento)

Ano	2024	2025
Copo Descartável 50 ml	106	19
Copo Descartável 200 ml	89	58
Total	195	77

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Embora tenha sido identificada elevação no uso de papel A4, entende-se como ponto positivo a redução do consumo de copos descartáveis em 2025, evidenciando avanços nas ações institucionais voltadas à redução de descartáveis e à promoção de práticas mais sustentáveis. Essa evolução demonstra que, apesar do aumento pontual no consumo de papel, a Autarquia tem avançado na implementação de medidas de sustentabilidade e economia de materiais, em consonância com diretrizes do PDLS.

Redução de resíduos poluentes:

Conforme as diretrizes estratégicas do PDLS 2024-2025 da Sudam, especialmente aquelas voltadas à promoção da ecoeficiência institucional e ao fortalecimento da governança ambiental interna, a Autarquia desenvolveu ações destinadas à racionalização do uso da frota e à redução do potencial de geração de resíduos poluentes associados ao transporte institucional.

Como medida de eficiência operacional, a Sudam adotou a prática de otimização dos deslocamentos, planejando trajetos que permitam o atendimento de múltiplas demandas em uma mesma saída. Essa abordagem evita retornos desnecessários dos veículos à sede e reduz o número total de percursos isolados, contribuindo para menor consumo de combustível, redução de emissões atmosféricas e diminuição do desgaste da frota. Essa prática está alinhada às ações previstas no PDLS, que destacam o acúmulo de viagens para trajetos iguais ou próximos como instrumento para reduzir a poluição e o consumo de insumos no transporte terrestre.

O aprimoramento do controle do consumo de combustível também foi reforçado pela contratação de empresa especializada na gestão da frota oficial. Em 2025, o consumo registrado foi de 2.175,82 litros, enquanto em 2024 foram contabilizados 791,43 litros, valor referente apenas ao período a partir de 25/06/2024, data de início do contrato de gerenciamento, o que explica a diferença entre os exercícios. O acompanhamento sistemático

desses dados atende às metas e ações previstas no PDLS, que incluem a elaboração de relatórios de desempenho do transporte terrestre, contemplando consumo de combustível e quilometragem rodada como insumos para decisões de melhoria e eficiência.

No que se refere aos deslocamentos institucionais, houve aumento de 632 em 2024 para 801 em 2025, refletindo intensificação das atividades finalísticas da Autarquia. Os trechos aéreos – modal que geralmente possui maior impacto ambiental – cresceram 33,9%, enquanto os deslocamentos terrestres tiveram aumento de 17,8%. Embora esse crescimento represente maior demanda operacional, reforça a necessidade de manter práticas de racionalização e monitoramento, conforme orienta o PDLS por meio de suas diretrizes de ecoeficiência e governança ambiental.

Com essas ações, a Sudam busca assegurar que a expansão das atividades institucionais ocorra de maneira alinhada ao compromisso de redução de impactos ambientais, fortalecendo a responsabilidade ambiental na gestão da mobilidade institucional, em consonância com as diretrizes do PDLS.

Tabela 37 – Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam 2024-2025

Tipo de Transporte	2025	2024
Trechos Aéreos	470	351
Deslocamentos Terrestres	331	281
Total	801	632

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM

Resíduos Sólidos

Diante do fato de que parte das edificações do complexo predial da Sudam possui mais de 60 anos e que diversas intervenções de manutenção predial ao longo dos anos resultaram no acúmulo de resíduos e entulhos que requerem descarte adequado; somado à presença de vegetação de grande porte nas áreas comuns, que gera naturalmente resíduos orgânicos volumosos (galhos e folhagens) não passíveis de descarte no lixo comum; e à necessidade de manter os espaços de circulação em condições salubres, foi realizada, em 2025, a contratação de serviços especializados para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos presentes no complexo.

A contratação incluiu mão de obra, equipamentos e máquinas, e sua execução observou as diretrizes da Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada de resíduos da construção civil e resíduos correlatos.

As remoções foram realizadas por meio de caçambas estacionárias com capacidade de 5 m³, utilizando retirada manual nas áreas internas e remoção mecanizada nas áreas externas do complexo predial.

As medições registradas em 2025 apresentam os seguintes resultados:

- Remoção de entulho (retirada manual): 150 m³;

- Remoção de aterro (retirada mecanizada): 60 m³.

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

No que concerne às normas legais e técnicas adotadas pela Contabilidade da Sudam e FDA, as mesmas são registradas e evidenciadas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

4.2. Informações acerca do setor de contabilidade

Na Sudam, não existe um setor de contabilidade constituído, de modo que as tarefas ligadas à contabilidade compõem a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No exercício de 2025, as principais atividades contábeis desempenhadas foram:

- a) Registro da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade;
- b) Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil, bem como a regularização de inconsistências contábeis;
- c) Elaboração do Relatório Contábil Anual e contribuição com a elaboração do relatório de gestão;
- d) Orientação e análises tributárias, bem como a regularização de erros no recolhimento de tributos;
- e) Cumprimento de obrigações acessórias junto aos órgãos públicos.

4.3. Resumo da situação financeira e contábil da Sudam

Com base nas Demonstrações Contábeis da Sudam, informa-se que:

a) Situação Patrimonial

A Sudam encerrou o exercício de 2025 com o Patrimônio Líquido negativo de R\$ 193.464.583,55, uma melhora de 8,18% em relação 2024. Essa situação, a princípio, não representa um risco à instituição, pois esta não depende exclusivamente de recursos próprios, sendo que uma boa parte das obrigações serão quitadas com recursos repassados pelo governo federal.

Tabela 38 – Balanço Patrimonial Sudam 2025

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
ATIVO TOTAL	R\$ 118.997.184,10	R\$ 116.503.343,88
Ativo Circulante	R\$ 112.646.383,51	R\$ 110.803.735,04
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 96.125.616,81</i>	<i>R\$ 91.280.712,19</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 15.998.055,22</i>	<i>R\$ 19.002.047,47</i>
<i>Estoques</i>	<i>R\$ 447.287,96</i>	<i>R\$ 462.215,85</i>
<i>VPD Pagas Antecipado</i>	<i>R\$ 75.423,52</i>	<i>R\$ 58.759,53</i>
Ativo Não Circulante	R\$ 6.350.800,59	R\$ 5.699.608,84
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>
<i>Imobilizado (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 4.324.637,53</i>	<i>R\$ 3.673.445,78</i>
<i>Intangível (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 1.342.555,89</i>	<i>R\$ 1.342.555,89</i>
PASSIVO TOTAL	R\$ 312.461.767,65	R\$ 327.193.634,97
Passivo Circulante	R\$ 312.461.767,65	R\$ 327.193.634,97
<i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</i>	<i>R\$ 2.191.882,91</i>	<i>R\$ 2.211.618,16</i>
<i>Fornecedores a pagar</i>	<i>R\$ 212.631,32</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Transferências Fiscais</i>	<i>R\$ 40.069.333,59</i>	<i>R\$ 59.573.814,67</i>

<i>Demais Obrigações</i>	R\$ 269.987.919,83	R\$ 265.408.202,14
Passivo Não Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 193.464.583,55	- R\$ 210.690.291,09

Fonte: SIAFI

b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2025 registrou Resultado Patrimonial positivo de R\$ 17.165.785,98, um aumento de 145,52% em relação a 2024, evidenciando um crescimento do patrimônio da Sudam em 2025, embora o patrimônio líquido continue negativo.

Tabela 39 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2025

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 1.781.706.375,55	R\$ 222.942.189,56
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	<i>R\$ 11.932.086,00</i>	<i>R\$ 2.517.458,44</i>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>R\$ 11.009.920,26</i>	<i>R\$ 11.129.309,89</i>
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	<i>R\$ 1.702.628.403,71</i>	<i>R\$ 156.171.078,49</i>
<i>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</i>	<i>R\$ 12.452.537,72</i>	<i>R\$ 32.229.608,25</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	<i>R\$ 43.683.427,86</i>	<i>R\$ 20.894.734,49</i>
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-R\$ 1.764.540.589,57	-R\$ 260.652.265,05
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>-R\$ 28.735.905,70</i>	<i>-R\$ 27.039.343,75</i>
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>-R\$ 11.267.815,78</i>	<i>-R\$ 10.954.645,27</i>
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	<i>-R\$ 12.092.523,67</i>	<i>-R\$ 10.611.307,66</i>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>-R\$ 0,00</i>	<i>-R\$ 190,05</i>
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 1.692.011.305,56</i>	<i>-R\$ 142.658.745,41</i>

<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 19.831.417,31</i>	<i>-R\$ 68.885.379,62</i>
<i>Tributárias</i>	<i>-R\$ 499.958,60</i>	<i>-R\$ 193.051,59</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	<i>-R\$ 101.662,95</i>	<i>-R\$ 309.601,70</i>
Resultado Patrimonial	R\$ 17.165.785,98	-R\$ 37.710.075,49

Fonte: SIAFI

c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2025 registrou Resultado Orçamentário negativo de R\$ 6.358.405,38, uma melhora de 75,79% em relação ao resultado negativo de 2024. Importante destacar que a execução orçamentária da Sudam não depende das receitas arrecadadas. Conforme já mencionado, a Sudam depende das transferências financeiras governamentais para pagar parte de suas despesas empenhadas.

A seguir, apresenta-se um resumo do Balanço Orçamentário da Sudam em 2025.

Tabela 40 – Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2025

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receitas Realizadas - Correntes	R\$ 60.383.313,52	R\$ 30.333.900,05
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 9.428.008,80</i>	<i>R\$ 11.164.735,22</i>
<i>Receita de Serviços</i>	<i>R\$ 11.932.086,00</i>	<i>R\$ 2.517.458,44</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 39.023.218,72</i>	<i>R\$ 16.651.706,39</i>
Receitas Realizadas - De Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas	- R\$ 66.741.718,90	- R\$ 56.594.998,22
<i>Correntes</i>	<i>- R\$ 53.795.948,13</i>	<i>- R\$ 53.171.676,52</i>
<i>De Capital</i>	<i>- R\$ 12.945.770,77</i>	<i>- R\$ 3.423.321,70</i>
Resultado Orçamentário	- R\$ 6.358.405,38	- R\$ 26.261.098,17

Fonte: SIAFI

d) Resultado Financeiro

O exercício de 2025 registrou Resultado Financeiro positivo de R\$ 4.844.904,62, uma queda de 66,79% em relação ao resultado de 2024. Destaca-se o fato de que o valor das Transferências Financeiras Recebidas é muito próximo ao total pago no período (empenhos do exercício + restos a pagar), indicando que a Sudam depende dessas transferências para honrar com seus compromissos.

Tabela 41 – Resultado Financeiro Sudam 2025

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Total de Ingressos	R\$ 1.770.040.102,36	R\$ 191.824.057,43
<i>Receitas Realizadas</i>	R\$ 60.383.313,52	R\$ 30.333.900,05
<i>Transferências Financeiras Recebidas</i>	R\$ 1.702.628.403,71	R\$ 156.171.078,49
<i>Outros Ingressos – Temporários ou Compensatórios</i>	R\$ 7.028.385,13	R\$ 5.319.078,89
(-) Total de Saídas	-R\$ 1.765.195.197,74	-R\$ 177.235.701,82
<i>Pgto. Despesas do Exercício</i>	-R\$ 43.583.786,83	-R\$ 43.865.743,04
<i>Pgto. Restos a Pagar (Processados e Não Processados)</i>	-R\$ 46.515.563,51	-R\$ 109.311.395,37
<i>Transferências Financeiras Concedidas e Outras Saídas</i>	-R\$ 1.675.095.847,40	-R\$ 24.058.563,41
Resultado Financeiro	R\$ 4.844.904,62	R\$ 14.588.355,61

Fonte: SIAFI

4.4. Resumo da situação financeira e contábil do FDA

No que tange à situação financeira e contábil do FDA em 2025, em relação às principais contas e fatos contábeis do período, registramos sobre o (a):

a) Situação Patrimonial

O FDA encerrou o exercício de 2025 com o Patrimônio Líquido equivalente ao seu Ativo, de R\$ 10.157.010.278,14, um aumento de 28,51% em relação ao PL de 2024.

Essa situação patrimonial é resultado da falta de Passivo na contabilidade do Fundo. O Passivo, de modo geral, é constituído pela liquidação dos empenhos; porém, no caso específico do FDA, como a liquidação geralmente ocorre quando uma nova liberação de financiamento é autorizada, os pagamentos são realizados junto com a liquidação dos empenhos.

Tabela 42 – Balanço Patrimonial FDA 2025

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
ATIVO TOTAL	R\$ 10.157.010.278,14	R\$ 7.903.565.994,33
<i>Ativo Circulante</i>	R\$ 4.805.624.079,73	R\$ 4.428.164.389,37
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 4.295.475.404,11</i>	<i>R\$ 3.975.177.603,61</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 510.148.675,62</i>	<i>R\$ 452.986.785,76</i>
<i>Ativo Não Circulante</i>	R\$ 5.351.386.198,41	R\$ 3.475.401.604,96
<i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i>	R\$ 5.351.386.198,41	R\$ 3.475.401.604,96
<i>Créditos a Longo Prazo (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 5.043.976.610,24</i>	<i>R\$ 3.167.992.016,79</i>
<i>Ações</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>
PASSIVO TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<i>Passivo Circulante</i>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<i>Passivo Não Circulante</i>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 10.157.010.278,14	R\$ 7.903.565.994,33

Fonte: SIAFI

b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2025 registrou Resultado Patrimonial positivo de R\$ 2.260.760.773,97, um aumento de 7.395,34% em relação a 2024. Esse aumento tão acentuado no Resultado Patrimonial ocorreu principalmente devido ao aumento das Transferências e Delegações Recebidas, que em 2025 foram de R\$ 2.434.241.416,05 —desse montante destacamos os valores recebidos para pagamento de restos a pagar (R\$ 1.623.886.542,10) e o saldo da operação de recompra de cotas do FINAM (R\$ 354.744.170,58).

Tabela 43 – Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2025

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 3.133.836.039,56	R\$ 822.654.359,83
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>R\$ 694.022.257,20</i>	<i>R\$ 729.111.592,15</i>
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	<i>R\$ 2.434.241.416,05</i>	<i>R\$ 93.464.506,84</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	<i>R\$ 5.572.366,31</i>	<i>R\$ 78.260,84</i>
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-R\$ 873.075.265,59	-R\$ 792.492.151,55
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 736.881.342,56</i>	<i>-R\$ 443.162.153,87</i>
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 136.193.923,03</i>	<i>-R\$ 349.329.997,68</i>
Resultado Patrimonial	R\$ 2.260.760.773,97	R\$ 30.162.208,28

Fonte: SIAFI

c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2025 registrou Resultado Orçamentário positivo de R\$ 697.506.727,43, uma melhora de 128,35% em relação a 2024. O Resultado é apurado do confronto entre Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas no exercício; entretanto, em 2025 o FDA empenhou aproximadamente 15,65% da sua dotação orçamentária, o que justifica o aumento tão acentuado no Resultado Orçamentário.

Tabela 44 – Resultado Orçamentário FDA 2025

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receitas Realizadas	R\$ 966.244.890,78	R\$ 803.470.618,52
Receitas Correntes	R\$ 331.851.242,30	R\$ 453.772.971,49
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 331.682.746,98</i>	<i>R\$ 453.694.710,65</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 168.495,32</i>	<i>R\$ 78.260,84</i>
Receitas De Capital	R\$ 634.393.648,48	R\$ 349.697.647,03
Amortização de Empréstimos	<i>R\$ 279.649.477,90</i>	<i>R\$ 349.697.647,03</i>
Transferências de Capital	<i>R\$ 354.744.170,58</i>	<i>R\$ 0,00</i>
Despesas Empenhadas	- R\$ 268.738.163,35	- R\$ 3.263.807.624,94
Correntes	<i>- R\$ 0,00</i>	<i>- R\$ 0,00</i>
De Capital	<i>- R\$ 268.738.163,35</i>	<i>- R\$ 3.263.807.624,94</i>
Resultado Orçamentário	R\$ 697.506.727,43	- R\$ 2.460.337.006,42

Fonte: SIAFI

d) Resultado Financeiro

O exercício de 2025 registrou Resultado Financeiro positivo de R\$ 320.297.800,50, uma melhora de 181,78% em relação a 2024. Esse aumento se justifica pelo aumento das Transferências Recebidas.

Tabela 45 – Resultado Financeiro FDA 2025

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Total de Ingressos	R\$ 3.047.363.297,54	R\$ 896.935.125,36
Receitas Realizadas	R\$ 966.244.890,78	R\$ 803.470.618,52
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 2.079.497.245,47	R\$ 93.464.506,84
Outros Ingressos – Temporários ou Compensatórios	R\$ 1.621.161,29	R\$0,00
(-) Total de Saídas	-R\$ 2.727.065.497,04	-R\$ 1.288.611.599,14
<i>Pgto. Despesas do Exercício</i>	<i>-R\$ 0,00</i>	<i>-R\$ 674.599.216,70</i>
<i>Pgto. Restos a Pagar (Processados e Não Processados)</i>	<i>-R\$ 1.990.184.154,48</i>	<i>-R\$ 170.850.228,57</i>
<i>Transferências Financeiras Concedidas & Outras Saídas</i>	<i>- R\$ 736.881.342,56</i>	<i>- R\$ 443.162.153,87</i>
Resultado Financeiro	R\$ 320.297.800,50	- R\$ 391.676.473,78

Fonte: SIAFI

4.5. Gestão de Custos

Na Sudam não há sistemática de apuração dos custos da instituição, tendo em vista que não há servidores responsáveis pelo acompanhamento dos custos no Sistema de Informação de Custos (SIC), ferramenta gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível apenas para servidores públicos de órgãos superiores da Administração Pública Federal.

4.6. Conclusões de auditorias independentes ou órgãos de controle e as medidas adotadas

No exercício de 2025, a Sudam manteve o acompanhamento e a adoção de providências relacionadas às recomendações decorrentes da Auditoria Anual de Contas conduzida pela Controladoria-Geral da União (CGU), que abrangeu o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e suas unidades vinculadas, dentre elas a Sudam e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

A referida auditoria foi realizada no exercício de 2024, tendo como objeto as contas relativas ao exercício de 2023, cujas constatações e recomendações encontram-se consolidadas no Relatório de Auditoria nº 1.358.261. Os desdobramentos dessa auditoria estenderam-se ao longo dos exercícios subsequentes, incluindo 2024 e 2025, demandando acompanhamento continuado por parte da gestão.

Neste Relatório de Gestão, são apresentadas exclusivamente as recomendações da CGU que impactaram as contas contábeis da Sudam e do FDA, bem como as medidas adotadas pela gestão para o saneamento das situações identificadas, o fortalecimento da conformidade contábil e o aprimoramento dos controles internos.

Quadro 20 – Conclusões do Relatório de Auditoria nº 1358261, Recomendações e Medidas Adotadas

Conclusão	Recomendação	Medidas Adotadas
Superavaliação do Passivo na Conta 215310000 – TRANSFERENCIAS A PAGAR.	Não houve	O problema foi regularizado durante o processo de auditoria, conforme informado no Ofício nº 79/2024-GAB/SUPEIRN, de modo que não houve recomendações.
Inconformidade na prestação e análise de contas dos TEDs.	1 - Baixa dos ativos e passivos relacionados a TEDs que já percorreram o trâmite regulamentar; e o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor em que se estimar, a partir da análise dos processos, que as devoluções não se concretizem após a instauração de TCE.	<ul style="list-style-type: none">Baixa de ativos relacionados a TEDs: Com a revogação do Decreto nº 6.170/2007 e com fundamento no art. 24, § 2º, do Decreto nº 10.426/2020, foram impugnados no SIAFI os TEDs 676075, 679678, 685254, 685631 e 681542, todos já enquadrados em TCE.Reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa: Para os TEDs impugnados, foram registrados os respectivos saldos na conta contábil 113920101 – Ajuste para Perdas – Subgrupo 113, no Ativo da Sudam, representando a provisão de perdas necessária.Baixa de passivos relacionados a TEDs: Nos casos em que a Sudam figurava como Unidade Descentralizada, a baixa dos passivos é de competência das Unidades Descentralizadoras, não cabendo registro pela Sudam.

	<p>2 - Organização de um Plano de Ação para: solicitar instauração de TCE no âmbito dos TED vencidos, de acordo com o Decreto nº 10.426/2020; envio dos RCO para os quais o prazo regulamentar encontra-se expirado, enquanto atuando como unidade descentralizada; e análise dos RCO recebidos cujo prazo de análise já haja transcorrido, e emissão de parecer conclusivo acerca de sua aprovação, enquanto atuando como unidade descentralizadora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cada setor responsável tratou individualmente os TEDs sob sua competência, não havendo a elaboração formal de um plano de Ação. • Regularização dos TEDs vencidos: Como Unidade Descentralizadora, a Sudam possuía 9 TEDs expirados; desses, 5 foram impugnados no SIAFI, em razão da instauração de TCE; 1 foi aprovado; os demais seguiram em análise processual. Como Unidade Descentralizada, havia 16 TEDs expirados, dos quais nenhum foi regularizado durante o exercício de 2025.
--	---	--

Fonte: CGOFI/DIRAD/SUDAM

4.7. Indicações de locais ou endereços eletrônicos de publicação ou acesso de informações contábeis

As informações referentes às Demonstrações Contábeis da Sudam e do FDA poderão ser acessadas no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>.

APÊNDICE

Glossário

Amazônia Legal: constitui a área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5 (cinco) milhões de km².

Aporte: subsídio, qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito.

Autarquias: são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

Convênio: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Contrato de repasse: instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

Dotação Orçamentária: toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

Conformidade Contábil: consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Conformidade de Gestão: consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e na existência de documentos que respaldam as operações é um instrumento de controle essencial para a boa execução orçamentária e financeira.

Controles internos da gestão: processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada, conduzido pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudam

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia: fundo criado pelo Decreto nº 7.839, de 09 de novembro de 2012, cuja finalidade é participar financeiramente de investimentos na área da Região Amazônica em projetos que promovam a efetiva geração de um círculo virtuoso na Região.

Gestão de Integridade: na Administração Pública corresponde ao conjunto de arranjos institucionais que visam à entrega dos resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

Gestão de Riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudam.

Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudam, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos.

Incentivos e Benefícios Fiscais: são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo a carga tributária, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e gerando crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Laudo Constitutivo: documento emitido pelo Superintendente, fornecido à empresa interessada após a aprovação da Diretoria Colegiada, para fins de reconhecimento do direito à concessão do incentivo pela Receita Federal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Lei Orçamentária Anual: é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano.

Planejamento estratégico: configura o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida para a empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Planejamento Plurianual: é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

Política de gestão de pessoas: documento institucional que objetiva estimular o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal e que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional: tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Recursos discricionários: incluem todos os outros fatos que não são obrigatoriamente previstos em Lei, tais como contas de água, luz, serviços terceirizados etc.

Relatório de gestão: relatório composto por documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica e da conformidade da gestão dos responsáveis por um ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro, prestado ao Tribunal de Contas da União.

Sistema Eletrônico de Informações: é um sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

Sustentabilidade ambiental: define o modo como o homem age na utilização dos bens naturais e providencia soluções para as necessidades de si mesmo e dos outros, de forma que não agrida o meio ambiente e garanta a utilização do mesmo por futuras gerações.

Termo de Execução Descentralizada: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

ANEXOS

ANEXO – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2023 A 2025

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2023 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Civis da União		21.487.770,00	21.190.749,41	20.705.950,71	19.139.940,76
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis		10.503.460,00	10.391.526,63	10.391.526,63	9.567.273,87
2004 - Assistência Médica e Odontológica		1.674.528,00	936.998,83	671.076,17	646.101,89
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	85.078,00	73.180,62	73.180,62	66.872,97
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos	33.843,00	26.215,57	26.215,57	23.868,61
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos	1.120.617,00	1.066.799,22	1.066.799,22	974.021,22
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	101.429,00	18.772,98	18.772,98	18.772,98
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		2.819.787,00	2.750.743,22	2.750.743,22	2.750.743,22
Subtotal Administrativo obrigatório		37.826.512,00	36.454.986,48	35.704.265,12	33.187.595,52
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	8.434.284,00	8.423.204,38	3.500.535,60	3.467.599,85
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	120.270,00	120.270,00	118.070,00	118.070,00
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	705.600,00	705.600,00	381.223,95	381.223,95
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		91.114,00	91.113,83	91.113,83	91.113,83
Subtotal Administrativo discricionário		9.351.268,00	9.340.188,21	4.090.943,38	4.058.007,63
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial		2.490.276,00	2.490.275,23	1.978.109,70	1.978.109,70

214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas	1.718.670,00	1.718.669,80	519.397,00	0,00
005X - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.199.432,00	2.191.432,00	0,00	0,00
4542- Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	888.625,00	871.515,00	0,00	0,00
00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	0,00	0,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	815.906.253,00	638.488.060,64	0,00	0,00
Subtotal Finalístico	823.203.256,00	645.759.952,67	2.497.506,70	1.978.109,70
TOTAL GERAL	870.381.036,00	691.555.127,36	42.292.715,20	39.223.712,85

Fonte: Tesouro Gerencial - elaborado por CPOR/CGEFE

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2024 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		23.107.965,00	23.101.248,79	22.446.564,06	20.893.457,23
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		11.134.242,00	10.866.881,62	10.866.881,62	10.017.144,51
2004 - Assistência Médica e Odontológica	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Cíveis - Complementação da União	1.020.966,00	790.108,99	298.142,38	283.827,40
	Plano Orçamentário 0002 - Exames Periódicos - Cíveis	99.441,00	0,00	0,00	0,00
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	115.868,00	101.390,65	98.751,97	91.017,81
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	56.591,00	35.035,87	35.035,87	33.225,86
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.642.400,00	1.603.732,46	1.585.429,30	1.452.429,30
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	39.191,00	28.690,08	28.690,08	28.690,08
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores		2.838.212,00	2.701.437,66	2.701.437,66	2.701.437,66

Subtotal Administrativo obrigatório		40.054.876,00	39.228.526,12	38.060.932,94	35.501.229,85
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas* *contém Emenda Parlamentar	9.488.864,00	9.485.051,50	4.623.780,03	4.518.723,70
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	113.116,00	113.109,20	73.409,20	73.409,20
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.826.071,00	1.826.071,00	637.871,09	625.154,72
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		58.556,00	58.555,23	58.555,23	58.555,23
Subtotal Administrativo discricionário		11.486.607,00	11.482.786,93	5.393.615,55	5.275.842,85
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado		0,00	0,00	0,00	0,00
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial		2.892.359,00	2.892.358,68	2.892.358,68	2.892.358,68
214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional		1.814.269,00	1.814.269,00	1.584.950,00	1.584.950,00
4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica		674.367,00	674.367,00	500.000,00	500.000,00
00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica		1.265.103,00	1.265.103,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		3.264.763.288,00	3.263.807.624,94	674.599.216,70	674.599.216,70
Subtotal Finalístico		3.271.409.386,00	3.270.453.722,62	679.576.525,38	679.576.525,38
TOTAL GERAL		3.322.950.869,00	3.321.165.035,67	723.031.073,87	720.353.598,08

Fonte: SIOP - elaborado por CPOR/CGEFE

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2025 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		24.545.919,00	23.309.911,91	23.069.911,91	21.526.504,49
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		12.361.586,00	12.151.897,00	12.151.897,00	11.302.865,38
2004 - Assistência Médica e Odontológica	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Cíveis - Complementação da União	459.304,00	412.993,34	231.083,03	220.624,73
	Plano Orçamentário 0002 - Exames Periódicos - Cíveis	121.844,00	121.843,39	56.843,39	56.843,39
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	136.896,00	96.852,60	94.852,60	88.282,20
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	36.739,00	24.669,27	24.669,27	23.965,72
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.789.032,00	1.541.032,65	1.521.032,65	1.397.657,65
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	69.149,00	17.470,18	17.470,18	17.470,18
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores		2.755.618,00	2.475.544,16	2.475.544,16	2.475.544,16
Subtotal Administrativo Obrigatório		42.276.087,00	40.152.214,50	39.643.304,19	37.109.757,90
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	10.030.274,00	10.017.325,27	4.998.646,37	4.666.353,47
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	133.645,00	133.644,20	120.510,20	119.889,62
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.293.237,00	1.293.236,69	514.652,59	501.251,96

216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos na Amazônia Legal	102.400,00	83.431,32	83.431,32	77.637,99	
Subtotal Administrativo Discricionário	11.559.556,00	11.527.637,48	5.717.240,48	5.365.133,04	
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial	954.833,00	887.089,81	0,00	0,00	
214S -Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	Plano Orçamentário 0000 - Despesas Diversas	1.906.500,00	1.906.500,00	443.200,00	433.916,00
	Plano Orçamentário 0001 - Sustenta + Amazônia	499.000,00	499.000,00	449.000,00	434.825,00
4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	3.477.470,00	3.477.469,50	1.766.950,30	1.766.950,30	
00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.716.832.076,00	268.738.163,35	0,00	0,00	
Subtotal Finalístico	1.726.869.879,00	278.708.222,66	2.659.150,30	2.635.691,30	
TOTAL GERAL	1.780.705.522,00	330.388.074,64	48.019.694,97	45.110.582,24	

Fonte: Tesouro Gerencial - elaborado por CPOR/CGEFE

Obs: O valor de R\$ 1.780.705.522,00 refere-se à dotação atualizada da unidade 53202, constante da LOA 2025 (SIOP), enquanto o valor de R\$ 1.787.340.317,08, apresentado na Tabela 15, considera, adicionalmente, créditos consignados e descentralizações de emendas e destaques orçamentários contabilizados no Tesouro Gerencial.